

Desenvolvimento, Relações Socioeconômicas e Estado

Antônio Dimas Cardoso e Elton Dias Xavier
(Orgs.).

Apoio:



Antônio Dimas Cardoso e Elton Dias Xavier
(Orgs.).

Desenvolvimento, Relações Socioeconômicas e Estado

© - EDITORA UNIMONTES - 2020
Universidade Estadual de Montes Claros

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

D354

Desenvolvimento, Relações Socioeconômicas e Estado
[recurso eletrônico] / Antônio Dimas Cardoso e Elton Dias
Xavier (organizadores). – Montes Claros : Editora Unimon-
tes, 2020.

262 p.; 21 cm. E'book PDF.

Modo de acesso: world wide web

<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-65-86467-12-3

1. Processos socioeconômicos. 2. Sociedade. 3. Poder. 4. Es-
tado. 5. Desenvolvimento. 6. Políticas Públicas. I. Cardoso,
Antônio Dimas. II. Xavier, Elton Dias. III. Título.

CDU : 304

Elaborado por Neide Maria J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

Apoio:



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Programa de Apoio à Pós- Graduação (PROAP), auxílio 0928/2020, processo 88881.593009/2020-01.

EDITORA UNIMONTES

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil CEP: 39.401-089 - CAIXA POSTAL: 126
www.unimontes.br - editora@unimontes.br

Filiada à

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
SOBRE OS AUTORES.....	11
01 - POLÍTICAS SOCIAIS E IMPLEMENTAÇÃO: CAPACIDADE DE INOVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG <i>Raíssa Cota Pales, Eduardo Antônio Salomão Condé, Gilmar Ribeiro dos Santos.....</i>	17
02 - PRINCÍPIOS DE UMA PEDAGOGIA EMANCIPATÓRIA EM MARX: APONTAMENTOS PARA A CRÍTICA DA PERSPECTIVA TOYOTISTA <i>Zaira Rodrigues Vieira.....</i>	36
03 - ESTADO, ESTRUTURAS DE PODER E EDUCAÇÃO SUPE- RIOR DO BRASIL NO SÉCULO XXI <i>Luciana Santos Lenoir, Maria da Luz Alves Ferreira.....</i>	51
04 - UNIVERSIDADE E UTOPIA EM DARCY RIBEIRO <i>Ildenilson Meireles.....</i>	73
05 - RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL COMO VETOR DE LIBERDADE E RECONHECIMENTO SOCIAL NO COMBA- TE ÀS DESIGUALDADES <i>Marta Ribeiro Grave, Antônio Dimas Cardoso.....</i>	90

06 - ENSAIO SOBRE O BOLSONARISMO: A CONDIÇÃO DOS CÍNICOS <i>Laurindo Mekie Pereira, Fábio Antunes Vieira</i>	114
07 - FEDERALISMO FISCAL E PACTUAÇÃO COOPERATIVA <i>Geraldo Reis</i>	134
08 - SALVEM OS LIVROS E AS BRUXAS: A PÓS-VERDADE É UMA DISTOPIA <i>Elton Dias Xavier, Paulline Ribeiro Barros</i>	164
09 - JOVENS QUE FAZEM CIDADE: CIRCULAÇÃO E RESIS- TÊNCIAS EM SÃO PAULO <i>Giancarlo Carraro, Enrico Spaggiari</i>	185
10 - PRECONCEITO, EXPERIÊNCIA E IDEOLOGIA A PARTIR DE T. W. ADORNO <i>Rafael Baioni do Nascimento</i>	205

APRESENTAÇÃO

As desigualdades socioeconômicas e as relações Estado, mercado e sociedade civil constituem nos dias atuais uma problemática das mais desafiadoras para estudiosos e críticos dos modelos de desenvolvimento que tomaram forma nas sociedades contemporâneas. Desigualdades que se manifestam na concentração de renda e da propriedade, do conhecimento e do poder, do acesso e da exclusão, na redistribuição dos recursos públicos e no tratamento diferenciado dos indivíduos por parte do Estado.

No que pese os nossos problemas estruturais, que são reproduzidos ao longo dos tempos no sistema periférico do capitalismo, estamos vivenciando uma recorrência de crises e apreensões, em suas dimensões políticas, sanitárias e econômicas, que inibem a institucionalização de políticas públicas e condicionam potencialidades e possibilidades de desenvolvimento social.

Os trabalhos aqui reunidos neste livro são fruto da atuação coletiva no âmbito da Linha 2 Relações Socioeconômicas e Estado, uma das áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS –, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Trata-se de coletânea organizada com a finalidade de ofertar ao público leitor segmentos da produção científica de autores oriundos da interdisciplinaridade acadêmica, cujo fio condutor da

discussão é problematização de perspectivas de desenvolvimento que não se restrinjam somente à dimensão econômica dos processos sociais.

Este livro coloca à disposição da comunidade acadêmica e público leitor em geral uma pletora de estudos, diagnósticos e reflexões originários de pesquisas em execução – ou em fase de conclusão – no PPGDS, no bojo dos cursos de mestrado e doutorado. Agrega trabalhos resultantes da atuação conjunta entre orientadores e orientandos, numa interface de saberes, tendo como eixo analítico a construção do conceito qualitativo de “desenvolvimento”, inspirado por princípios e valores. Sem abdicação do diagnóstico empírico, estatístico, reconhecemos, portanto, a centralidade das subjetividades na articulação entre estrutura e ação que está em processo de reprodução e transformações de sociedades e sistemas.

O campo de estudo dos autores é vasto teoricamente e dinâmico empiricamente. Há uma variedade de argumentações e enfoques. Interessa-nos aqui, no entanto, articular teorias e práticas; cultura e modos de apropriação; estrutura e ação; poder e legitimação; identidade e individuação. No entanto, há um foco central em todo esse debate: “as pessoas em primeiro lugar” (SEN & KLISKSBERG, 2010).

O desafio passa a ser discutir desenvolvimento como processo civilizador (Cohn, 2016) e como luta por reconhecimento (Honneth, 2009). Civilizador no sentido vinculado a um conceito de bem comum sobre o qual os integrantes de uma coletividade devem racionalmente dialogar, de maneira propositiva e estabelecer relações cooperativas entre si, com preservação de sua autonomia e possibilidade simétricas de discordâncias. Trata-se aqui de discutir potencialidades, perspectivas emancipatórias, mas sem perder de vista problemas generalizados de constrangimentos, desigualdades e violência.

Os textos estão organizados de modo a realçar a pluralidade das discussões. O capítulo 1 intitulado “Políticas sociais e implementação:

capacidade de inovação no município de Montes Claros-MG”, autoria de Raíssa Cota Pales, Eduardo Antônio Salomão Condé e Gilmar Ribeiro dos Santos, analisa a complexidade de gestão das políticas sociais, notadamente nas áreas de saúde, educação e assistência social, tendo como foco empírico de pesquisa o município de Montes Claros-MG. O segundo capítulo, autoria de Zaira Rodrigues Vieira, extrai da obra de Karl Marx “princípios de uma pedagogia emancipatória” e sua repercussão na relação entre trabalho e educação, com ênfase na abordagem dialética e no pensamento materialista.

O capítulo 3 “Estado, estruturas de poder e educação superior no Brasil no século XXI”, desta coletânea, de autoria de Luciana Santos Lenoir e Maria da Luz Alves Ferreira, analisa a relação Estado e sociedade civil, na construção de “pactos sociais”. Procura enfatizar a contradição entre o público e o privado e os seus desdobramentos sociais, tendo como eixo empírico de pesquisa o processo de ampliação de Instituições de Ensino Superior no contexto de globalização e neoliberalismo. O capítulo seguinte, “Universidade e utopia em Darcy Ribeiro”, autoria de Ildenilson Meireles, articula o diagnóstico da década de 1960 do intelectual nascido em Montes Claros com a crise atual da Universidade brasileira, procurando explorar o elemento utópico desse processo.

“Rendimento Básico Incondicional como vetor de liberdade e reconhecimento social no combate às desigualdades” é o título do capítulo 5, autoria de Marta Ribeiro Grave e Antônio Dimas Cardoso, que problematiza o conceito de reconhecimento social e situa essa discussão no âmbito debate travado na contemporaneidade por Axel Honneth e Nancy Fraser, principalmente, sobre a política de distribuição e redistribuição. Na sequência, capítulo 6, os autores Laurindo Mekie Pereira e Fábio Antunes Vieira, no “Ensaio sobre o bolsonarismo: a condição dos cínicos”, abordam sobre o crescimento da direita brasileira. Discutem a crise vivenciada

pela democracia face ao processo de globalização e alastramento do neoliberalismo.

No capítulo 7, “Federalismo fiscal e pactuação cooperativa”, o autor Geraldo Reis discute conceitos e características do federalismo e do federalismo fiscal, estabelecendo conexões epistemológicas entre a Geografia das Finanças Públicas e a Economia. Analisa transferências intergovernamentais e desequilíbrios fiscais entre os estados e governos locais em “movimento pendular”, historicamente, de centralização e descentralização das finanças públicas.

No capítulo 8, o ensaio “Salvem os livros e as bruxas: a pós-verdade é uma distopia”, autoria de Elton Dias Xavier e Paulline Ribeiro Barros, discute utopia e distopia a partir da ficção literária. Já o capítulo 9, “Jovens que fazem cidade: circulação e resistências juvenis em São Paulo-SP”, autoria de Giancarlo Marques Carraro Machado e Enrico Spaggiari, tendo os espaços urbanos da principal metrópole do país e a categoria juvenil como referenciais etnográficos, investiga experiências corporais juvenis, analisando de forma contextual e relacional as práticas de skate de rua e o futebol.

O último e 10º capítulo desta coletânea, “Preconceito, experiência e ideologia a partir de T. W. Adorno”, autoria de Rafael Baioni do Nascimento, disponibiliza ao leitor uma reflexão teórica sobre o preconceito em sua relação com a experiência e com as ideologias, inspirado na teoria crítica de Theodor W. Adorno, da primeira geração da Escola de Frankfurt, na Alemanha. Este capítulo, de caráter ensaístico, discute a autonomia do sujeito e suas potencialidades emancipatórias que implicam no combate às práticas autoritárias, ao sistema desigual, injusto e violento.

Por fim, agradecemos aos autores e aos que trabalharam na edição do livro, especialmente ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros –

UNIMONTES –, atualmente sob a coordenação das professoras Andréa Narciso Rocha de Paula e Mônica Teixeira Amorim. Elas, por sua vez, estimularam e apoiaram integralmente este projeto editorial da Linha de Pesquisa Relações Socioeconômicas e Estado.

Os Organizadores

Referências

- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.
- COHN, Gabriel. Weber, Frankfurt: teoria e pensamento social 1. Rio de Janeiro: Azougue, 2016.
- SEN, Amartya & KLIKSBURG, Bernardo. As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

Antônio Dimas Cardoso

Bacharel em Ciências Sociais, com especialização pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Mestre em 2000 pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília – UnB – e doutor também em Sociologia (2004) pelo Centro de Pós-Graduação sobre as Américas, também da UnB, com estágio de pós-doutoramento pela Universidade Nova de Lisboa – UNL (Portugal). É professor efetivo da UNIMONTES, vinculado ao Departamento de Política e Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social.

Eduardo Antônio Salomão Condé

Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2004) – e mestre em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ (1996). É professor associado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde também atua no programa de Pós-Graduação (Mestrado-Doutorado) em Ciências Sociais. É pesquisador associado ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Políticas Públicas e Desenvolvimento (INCT PPED), do qual participam UFRJ, UFF, UNICAMP e UFJF. Suas áreas de interesse abrangem a Ciência Política e suas fronteiras com a Economia,

destacando-se os seguintes campos: políticas públicas, desenvolvimento, proteção social em perspectiva comparada e integração europeia.

Elton Dias Xavier

É graduado em Letras (1989) e em Direito (1995). É doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2004) – e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (2016). Pós-Doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2017/2018). É professor titular da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Enrico Spaggiari

Doutor e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP. Em tal instituição é pesquisador vinculado ao GEAC (Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade), ao LUDENS (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Futebol e Modalidades Lúdicas) e ao LabNAU (Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana). Fundador e editor do Site Ludopedio. É um dos coordenadores da coleção EntreJogos (Editora Intermeios).

Fábio Antunes Vieira

Doutorando em Desenvolvimento Social pelo PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES –, sob a orientação do professor Laurindo Mékie Pereira. Docente D4N2 do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG (Campus Januária). Foi docente do Departamento de História da UNIMONTES.

Geraldo Reis

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração e Finanças (atual UNIMONTES) (1987), mestrado em

História Econômica pela Universidade de São Paulo (1995) e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, da PUC-MG (2016). Atualmente, é professor de educação superior do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, pela Universidade Estadual de Montes Claros –UNIMONTES.

Giancarlo Marques Carraro Machado

Doutor e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP. É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – e do Departamento de Política e Ciências Sociais, da mesma instituição. Atualmente também realiza estágio pós-doutoral no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo – USP.

Gilmar Ribeiro dos Santos

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Bacharelado e Licenciatura (1989). Especialista em Semiótica e Teorias do Discurso pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1993). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996). Doutor em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual de Montes Claros. Atuou na elaboração do projeto de criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, Mestrado e Doutorado, do qual é professor desde 2004.

Ildenilson Meireles

Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros

– UNIMONTES (1997) –; mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR (2003) e doutorado, também em Filosofia, pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2009). Realizou estágio de pós-doutorado na PUCPR (2013) e atualmente é professor do Departamento de Filosofia da UNIMONTES; professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (Mestrado/Doutorado); professor do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF.FILO); coordenador do Grupo de Pesquisa Pensamento Contemporâneo e Membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência.

Laurindo Mekie Pereira

Graduado em História na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES (1998) –, mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU (2001), doutorado em História pela Universidade de São Paulo – USP (2007) – e pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa, com bolsa CAPES (2016). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em História – PPGH – e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS –, ambos da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Luciana Santos Lenoir

Doutoranda e mestra em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Graduada em Ciências Sociais. Licenciada em Sociologia e História.

Maria da Luz Alves Ferreira

Possui doutorado em Ciências Humanas (Sociologia e Política) (2007), pela UFMG, e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2000). É professora lotada no Departamento de Política e Ciências Sociais e ministra aulas no Curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Área de atuação: Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho informal, cidadania e relações de gênero, estratificação e desigualdades sociais: raça, gênero e classe e Sociologia da América Latina.

Marta Ribeiro Grave

Licenciada, desde 2011, em Serviço Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (Portugal). Estudou durante um semestre, no âmbito do programa de intercâmbio ERASMUS, na Facultad de Ciencias Sociales y del Trabajo da Universidad de Zaragoza (Espanha). cursou a graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES –, que interrompeu em 2014. É mestre em Desenvolvimento Social pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES. Profissionalmente, tem contribuído na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de projetos sociais, entre outras ações na área da educação e da formação de adultos. Atua como Oficial de Projetos na agência de Cooperação Internacional Suíça HEKS/EPER.

Pauline Ribeiro Barros

Graduada em Direito pelas Faculdades Santo Agostinho e atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS –, da Universidade Estadual de Montes Claros –UNIMONTES. É

bolsista CAPES.

Rafael Baioni do Nascimento

Psicólogo e doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, coordena o (In)Serto – Núcleo pela diversidade sexual e de gênero da UNIMONTES. É professor do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Montes Claros e dos programas de pós-graduação em Desenvolvimento Social, Educação e História.

Raíssa Cota Pales

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – e mestrado em Desenvolvimento Social pela mesma Universidade.

Zaira Rodrigues Vieira

Possui pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2015), é doutora em Filosofia pela Université Paris Ouest Nanterre La Défense (2012); mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2004) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999). Atualmente, é professora efetiva da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG –, após sua transferência em 2020 do Departamento de Política e Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da UNIMONTES. De 2013 a 2014 atuou como professora substituta do Departamento de Ciência Política da UNICAMP.

POLÍTICAS SOCIAIS E IMPLEMENTAÇÃO: CAPACIDADE DE INOVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG¹

*Raíssa Cota Pales
Eduardo Antônio Salomão Condé
Gilmar Ribeiro dos Santos*

Introdução

A cidade é um *locus* privilegiado para quem observa a vida social, ao mesmo tempo é um espaço de convivência, de conflito onde as políticas encontram seu público, lugar de encontro e desencontro. Espaço onde o poder local exerce sua capacidade de ação e implementação. Este não é um estudo sobre o direito à cidade, sobre normas de convivência, sobre as lutas sociais. É um estudo sobre cidades, políticas públicas e dilemas de implementação dessas políticas, particularmente Saúde, Educação e Assistência Social.

O presente trabalho é produto da pesquisa “O lugar das políticas sociais e sua implementação: o nível municipal, articulação interníveis e

¹ Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa “O lugar das políticas sociais e sua implementação: o nível municipal, articulação interníveis e capacidade de inovação em municípios selecionados de Minas Gerais e São Paulo” (Processo CNPq 477686/2013-3), que se iniciou ao final de 2013 e encontrou termo em novembro de 2016. Os autores agradecem ao CNPq pelo financiamento do projeto que originou este capítulo.

capacidade de inovação em municípios selecionados de Minas Gerais e São Paulo”, realizada em cidades polos de Minas Gerais e São Paulo. Foi um estudo sobre cidades, políticas públicas e dilemas de implementação dessas políticas, particularmente Saúde, Educação e Assistência Social. A ideia de “polo” tem referência na obra de Perroux (1960), para quem a categoria representa o centro dinâmico de uma região ou de um país, com seu crescimento expandindo-se para a região de seu entorno e associando, dessa forma, o desenvolvimento regional a esta dimensão, com destaque para a indústria e seus efeitos de difusão.

Por sua vez, Hirschman (1961), contribuiu para este debate em termos da propagação sócio espacial do desenvolvimento econômico, indicando como surge uma interação entre áreas desenvolvidas e seu entorno. Partindo da realidade da industrialização, estes autores enfatizam desequilíbrios gerados a partir dela: Perroux destaca os efeitos distintos (e desequilibrados) do crescimento, enquanto Hirschman lembra que a escassez de recursos nas regiões em processos de crescimento, ao invés de investimentos espalhados por vários setores, ocorre concentração reforçando determinados setores e um polo local mais forte. A realidade dos municípios brasileiros reproduz, por toda parte, os mecanismos de desequilíbrio apontados desde os trabalhos citados, das décadas de 1950 e 1960.

Aqui, cidades-polo são compreendidas como um ponto focal para investimentos e recursos, mantendo relações de influência e atração sobre cidades menores e constituindo relações muitas vezes hierárquicas e funcionais entre o “centro” e seu “entorno”. Assim, importam cidades do interior que exercem influência regionalizada, seja em termos de vigor econômico, seja por critérios sociais e organizacionais, independentes de um critério populacional, o que poderia produzir ambiguidade com a ideia de “cidade-média”.

Neste quadro, surge a questão: o que ocorre com a capacidade dos municípios em promover políticas, em particular inovando em relação às determinações do “alto”? Assim, o objetivo central foi estabelecer as relações entre política social em sentido mais geral (Saúde, assistência e Educação) e implementação local, bem como a existência de políticas locais (que podem estar associadas às crianças e adolescentes, idosos, população de rua, atividades de formação profissional, transferência local de renda, dentre outras).

Enfatizou-se, no projeto original, a capacidade estatal em cidades polo selecionadas de Minas Gerais e São Paulo para operar estas políticas com autonomia e propor inovações, bem como estabelecer os mecanismos locais de operação das políticas sociais no que tange às suas instituições, práticas, atores e arenas, buscando ainda comparabilidade entre as cidades selecionadas. Para o presente trabalho o foco será apenas uma dessas cidades, a cidade de Montes Claros, localizada no Norte de Minas Gerais. Portanto serão apresentados os resultados alcançados em três anos de pesquisa no município nas áreas da educação, saúde e assistência.

Como cidade polo ressalte-se a presença de um grande número de instituições que prestam assistência, o que reforça um caráter tradicional para as sociedades socioassistenciais e “sem fins lucrativos”. São “entidades parceiras” do setor público, mostrando a dificuldade da cidade em estrita dependência de muitas organizações não governamentais. Existem programas sociais adicionais, como o “Bolsa Moradia” (para diversas vulnerabilidades, com auxílio financeiro), parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo Federal em habitação e um programa de regularização fundiária. O esforço de adaptação às exigências federais e pequenos programas locais indicam a persistência de uma estrutura conservadora na gestão dos programas e institucionalização também tradicional, não incluídas formas inovadoras de participação ou

de gestão.

Foi observado, tanto em Montes Claros como nas demais cidades pesquisadas, que a regra é a institucionalização do legislativo, a implementação do conveniado (ou contratado), o ajuste ao regulado em um cenário de institucionalização que se consolida com uma burocracia de pouca iniciativa e de adesão diversa às políticas. Por exemplo, a adesão ao SUS e seu modelo universal é mais forte que ao frequentemente conflagrado setor de educação, enquanto a assistência, que tem adesão elevada de muitos profissionais, sofre com as próprias dificuldades de implementação.

Políticas de proteção social e o município

Entre outros, Cardoso & Jacoud (2005) mencionam o “sistema brasileiro de proteção social” organizado em quatro eixos: trabalho, assistência, direitos incondicionais e infraestrutura social. Draibe (2005) reflete em torno de um “estado de bem-estar social” construído pelo alto, segundo processos através dos quais a base material capitalista e estilos de vida foram concluídos entre nós. Morfologicamente, está organizado por três pilares (provisão universal para Saúde pública e Educação e programas de Assistência Social), em uma estrutura federativa peculiar que abrange alto grau de centralização, mas com muitos elementos de implementação descentralizados. Por sua vez, Kerstenetzky (2012) observa que, em defesa de sua tese com relação a um *welfare state* à brasileira, fruto da difusão das próprias políticas de bem-estar, existem no Brasil três ondas longas de inovação institucional e difusão de direitos sociais: 1 – bem-estar social corporativo (1930-1964); 2 – universalismo básico (1964-1988) e 3 – o pós-1988, este em direção a um universalismo estendido. Adiante, entre 1988 e 1994, são emergentes “novos cidadãos”, entre 1995 e 2002, a cidadania

convive com a austeridade econômica e, finalmente, entre 2003 e 2009, amplia-se a convivência entre cidadania e prosperidade. Nesse último período, utilizando-se de uma feliz observação da autora, fortalecem-se mudanças como “políticas sociais economicamente orientadas” e “políticas econômicas socialmente orientadas” (Kerstenetzky, 2012, Parte III). Conforme, ainda, considerou Fleury, o sistema brasileiro de proteção social, “(...) até o final da década de 1980, combinou um modelo de seguro social na área previdenciária com um modelo assistencial para a população sem vínculos trabalhistas formais. Ambos os sistemas são organizados e consolidados entre as décadas de 1930 e 1940, como parte do processo mais geral de construção do estado moderno, intervencionista e centralizador, após a revolução de 1930” (Fleury, 2003).

A Constituição de 1988 representa um ponto de inflexão nas características da proteção social entre nós. A seguridade social ganha centralidade com um importante componente: antes restrita a setores determinados, como aqueles formalmente empregados, agora o vínculo entre contribuintes e benefícios se altera em direção ao princípio da sua utilização pela necessidade do usuário, consagrando um princípio universalista. Esta característica reveste-se de especial relevância particularmente devido aos denominados direitos sociais como dever do Estado. Como reza o perfil constitucional, por diversos setores são detalhados instrumentos de proteção legal, que precisam ser traduzidos em leis complementares para sua plena execução. Foi o caso do sistema universal de Saúde, a expansão da assistência, a redistribuição obrigatória de recursos mediante fundos públicos específicos ou a consolidação dos direitos adicionais em Educação ligados às creches e pré-escolas.

Como um todo, acirra-se a disputa em torno das receitas tributárias e é estabelecido um novo padrão para o financiamento. Aqui está um ponto central para este estudo, uma vez que este padrão se desenvolve em torno

das transferências obrigatórias para Saúde e Educação, até a configuração de um sistema tributário que permite a expansão previdenciária. A própria regulamentação posterior do Sistema Único de Saúde – SUS (até meados dos 1990) e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (na prática até meados dos anos de 2000) reflete parte desta dimensão. O conflito distributivo ganha nova perspectiva, a apropriação da renda nacional para o financiamento da seguridade (saúde, previdência e assistência), mais os gastos com Educação, implicam em um novo “pacto tributário” de extração de recursos. Esta disputa marcou o ambiente político brasileiro não somente porque as coalizões instaladas em torno das mudanças – mais fortes na Saúde desde o movimento sanitário, muito menos articuladas em nível da assistência, por exemplo – eram díspares, mas porque havia dispositivos nada simples de implementação preconizados pela Constituição, como a descentralização. Mais que isso, conforme Fleury, é adotada uma rede descentralizada, com um único comando e um fundo para cada esfera, articulada com instâncias deliberativas que permitissem a participação da sociedade (Fleury, 2003).

Assim, a Constituição abre caminho para inovações institucionais que começaram a ganhar corpo. Uma das mudanças mais profundas está relacionada ao novo desenho federativo brasileiro, que possibilitou novas experiências de gestões participativas. No âmbito do Executivo local, destacam-se as implantações e funcionamento dos Conselhos gestores de políticas públicas e os orçamentos participativos. Por outro lado, a existência das possibilidades não implica em formas impositivas condutoras ao sucesso das empreitadas, seja pelas disputas locais, seja pelas dificuldades de implementação, seja por dificuldades institucionais e de financiamento.

Por óbvio, todas essas transformações, relativas à gestão de políticas públicas, também não ocorreram na mesma proporção nas diferentes

regiões brasileiras, nas diversas regiões metropolitanas ou mesmo nas mesorregiões. Um dos principais motivos para a pouca efetividade das intervenções dessas políticas regulatórias é a clara dificuldade em adotar ações coletivas no formato federalista brasileiro, dificuldade gerada pela tensão entre a cooperação e a competição, entre a ação compulsória e a voluntária. O lugar de confluência dessas forças e dessas incertezas, mas também o lugar de implementação, é o município, este ente peculiar do federalismo brasileiro.

Os municípios como agentes administrativos e entes políticos são constituídos em um emaranhado de regras e elementos de regulação dos mais variados. Desde a Carta de 1988, com o aumento de suas obrigações em políticas, a situação local se estabeleceu em dois níveis: por um lado, dependente de transferências da União e com as regras crescentemente centralizadas, foi preciso reconstituir seu modo de operação, com custos econômicos e políticos agregado seja para implantar infraestrutura e contratar pessoal, seja para atuar na política local implementando políticas que se tornaram sua obrigação. Por outro lado, sua história, sua constituição formal e informal, suas redes locais e capacidade instalada (burocrático-gerencial e de imposição de regras) permaneceram como uma sombra. Não sendo possível parar o relógio e refundar a lógica local e suas instituições instaladas, o caráter incremental e de experimentação esteve presente – com suas implicações.

A perspectiva neoinstitucionalista, em particular sua vertente histórica, pode ajudar a sinalizar o caminho. Instituições, conforme Thelen & Steinmo, são organizações formais e informais que, por suas regras, estruturam condutas. E, citando Hall, as instituições conformam “(...) *the formal rules, compliance procedures, and standards operation that structures the relationship between individuals in various units of the polity and economy*”⁴ (Steimo, Thelen & Longstreath, 1992, p. 2). Portanto, as

organizações operam por regras, procedimentos e normas que fornecem significação e estruturação.

Paul Pierson (1993) referia-se às “regras do jogo” estabelecidas, produtoras de constrangimentos variados por sua influência sobre os atores. No campo das políticas públicas estas regras operam na formulação e na própria construção de outras instituições para operar a consecução dessas mesmas políticas: as regras instaladas atuam diretamente no conjunto dos recursos disponíveis e sua distribuição, pré-configurando ações. Seu resultado lógico é a constituição, ou a consolidação, de certos grupos de interesse que se estruturam em relação à própria ordem institucional instalada e passam a agir como atores envolvidos e interessados nas políticas, limitando a ação de outros grupos. Uma vez estabelecidas as regras e procedimentos, constituídos os grupos de interesse e suas constelações, bem como a indução dos indivíduos a determinados comportamentos, o debate em torno das políticas não pode mais ignorar a trajetória estabelecida e, quanto mais o tempo passa, maiores são os custos agregados para uma mudança de trajetória.

Na implementação e no desenvolvimento das *policies*, o tempo faz com que os atores aprendam com a própria política e, segundo Menicucci, “a elaboração de uma nova agenda e o desenho de respostas alternativas podem ser definidos em virtude dos sucessos alcançados ou podem refletir lições dos erros passados. Uma vez adotada, uma política tende a ser readotada (...) leva os gestores a reproduzir políticas preexistentes apenas ajustando-as marginalmente (...)” (Menicucci, 2007, p. 32).

Entretanto, para evitar uma rigidez interpretativa, as instituições nem podem tudo e muito menos impedem a ação estratégica. É uma realidade conhecida que as instituições prefiguram ações, espriam-se pelo tempo e também aprendem com as práticas e ações; mas também é verdadeiro que, uma vez especificadas “(...) as regras formais, procedimentos de

conformidade e padrões de operação que estruturam a relação entre os indivíduos em várias unidades da política e da economia” os atores escolhem estratégias ótimas para si mesmos e em função dos demais “jogadores”. Se, por um lado, as instituições importam definindo regras, produzindo ação, constituindo uma lógica de permanência e estruturação, os atores jogam por suas regras, mas operam, não raro, no limite e em função de estratégias. Em nível municipal/local este elemento é de muita relevância em um cenário onde as definições vindas do topo estruturam uma ordem local forçosamente adaptativa – um cenário de resiliência e com atores locais ativos na implementação.

No caso dos municípios é preciso considerar ainda sua capacidade estatal, um conjunto de variáveis que determinam sua capacidade para a ação (e a conseqüente implementação com seus variados formatos). Segundo Geddes (1994) e Evans (2004), esta é a capacidade para formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de um Estado (aqui também da cidade polo) e uma adequada capacidade institucional para impor regras e implementar as decisões tomadas pelos agentes responsáveis. Inclusive aqui a capacidade de arrecadar, investir e garantir direitos. Este conceito realiza a ponte entre os níveis federados, o papel da descentralização e a própria capacidade de inovação local.

Montes Claros: história e desenvolvimento

As primeiras incursões de portugueses no Norte de Minas datam de meados do século XVI, quando a expedição Espinosa-Navarro saiu da Bahia subindo o Rio São Francisco. Mas o início da ocupação na região, de fato, ocorreu no século XVII, com os Bandeirantes Matias Cardoso e Gonçalves Figueira, este último fundador de uma fazenda às margens do Rio Verde Grande, a qual deu origem ao Arraial das Formigas, hoje

município de Montes Claros. A localidade era passagem obrigatória da maioria das boiadas e dos tropeiros que circulavam por “aquelas bandas do sertão”. Mas ainda era mais um povoado pobre como quase todos em Minas Gerais no período. Com a decadência da mineração no Alto Jequitinhonha, ao longo do século XIX, o Norte de Minas retornou para a Bahia, via rio São Francisco, seu maior intercâmbio comercial. Cidades ribeirinhas como Januária, São Francisco e Pirapora alcançaram grande importância na região. O rio era a grande via por onde passava a maior parte dos produtos comprados e vendidos em uma vasta região do Norte de Minas. A rota Pirapora-Juazeiro era de intensa navegação na época, transportando produtos e pessoas diariamente.

O primeiro ciclo a se destacar na região, além da pecuária, foi o algodão no final do século XVIII, cuja produção teve destaque com altas e baixas até a primeira metade do século XX. O algodão propiciou a criação das primeiras indústrias têxteis em Montes Claros, no século XIX. A chegada da ferrovia em Montes Claros, em 1926, mudou significativamente o município, em todas as suas dimensões. Foi estabelecido o fluxo com a região mais desenvolvida do país, criando uma ligação moderna e constante com Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar de Pirapora ser o início da hidrovia do São Francisco e ter sido interligada pela ferrovia em 1918, foi Montes Claros, devido a sua posição geográfica, que se consolidou como o principal entreposto comercial, industrial e de serviços do Norte de Minas ao longo do século XX. Em meados do mesmo século foi concluída a ligação ferroviária com Salvador. Montes Claros passou a ser, então, um dos mais importantes polos na ligação entre o Nordeste e o Sudeste brasileiro, ligação imprescindível no desenvolvimento do país.

A história do município é marcada fundamentalmente pela contradição de ser ao mesmo tempo dominado pelas elites de origem agrária e ter um caráter fortemente cosmopolita presente na sociedade em

decorrência de sua posição de entreposto entre as duas principais regiões do país. Desde o século passado os dados mostram que praticamente metade dos habitantes do município de Montes Claros é originária de outros municípios. Esta é uma característica exclusiva das grandes capitais ou mesmo de cidade criadas em função de ocorrências excêntricas.

Outro fator fundamental para a formação da sociedade local foi a implantação de um parque industrial na cidade através dos incentivos da SUDENE, a partir do final da década de 1970. Isto proporcionou enorme fluxo migratório de mão de obra, um conjunto diversificado de indústrias que atraiu trabalhadores manuais do entorno da cidade assim como profissionais especializados do país e do exterior. Foram quase duas décadas de industrialização, interrompida pela crise brasileira dos anos 80 do século passado.

A política local seguiu a tradição coronelista presente no interior do país. Grandes fazendeiros mantinham sob seu domínio político a população dependente de seus favores. A presença do Estado era muito restrita nos rincões de Minas Gerais. Esta era suprida, de certa forma, pelos coronéis que cobravam a subserviência dos mais pobres como contrapartida. Segundo COSTA (1997), nessas relações de produção, destacava-se a figura do coronel e, naquele momento, a forma de estruturação social tinha nele a personagem fundamental. LEAL (1949) e QUEIROZ (1976) ao descrevê-lo demonstram o seu poder que se baseava em diversas ações: estendia-se ao ponto de substituir o Estado e assumir, ele próprio, o seu papel para com as camadas inferiores da sociedade; através de trocas de favores a ele recorriam buscando solucionar a mais variada gama de necessidades pessoais ou da parentela.

Até os anos 1970 do século passado a cidade era governada pelos fazendeiros e/ou alguns profissionais liberais com a sua concordância. Uma sociedade tradicional dividida entre uma elite agrária minoritária

abastada e uma população muito pobre e dependente dessa elite. Os conflitos políticos ocorriam em função de desentendimentos entre a própria elite. Na segunda metade do século XX, a política local foi, aos poucos, assimilando a entrada de alguns profissionais liberais mais independentes do tradicionalismo das elites.

No acirramento da luta contra a Ditadura Militar no final da década de 1970 outras forças políticas começaram a se destacar. Montes Claros era uma cidade com um significativo parque industrial e milhares de trabalhadores de um conjunto de indústrias modernas, os quais construíram um campo de luta sindical, mudando definitivamente a estrutura social da cidade. Como setores sociais inéditos até então, emergiram uma classe operária industrial e uma classe média menos numerosa, mas com grande inserção social.

A modernização da sociedade possibilitou mudanças políticas importantes ao longo dos anos 1970. A industrialização atraiu grande contingente populacional, enquanto produtores rurais expulsos de suas terras foram atraídos pela oferta de trabalho em uma cidade em franco crescimento. A economia local não conseguiu absorver todos eles que, assim, foram jogados no subemprego e mesmo na mendicância, tendo sido abrigados em péssimas condições de moradia na periferia da cidade. O processo de industrialização interrompido pela crise brasileira reconfigurou a sociedade na cidade tendo também o acréscimo de uma enorme periferia muito pobre.

Em 1982, Montes Claros participou da virada nacional da oposição contra o governo militar. O PDT no Rio de Janeiro e o PMDB no restante do país foram protagonistas da denominada “grande virada nacional”. A oposição venceu as eleições nos principais estados e nas cidades mais importantes do país. Importante frisar que até aquele momento a ditadura não permitia eleições diretas nas capitais e em algumas cidades estratégicas

do país.

A nova gestão municipal, conduzida por um jovem radialista como prefeito e um médico, militante político progressista, protagonizou uma grande mobilização da população em determinados setores. Apesar do viés populista, a gestão do município realizou uma organização de associações de moradores em dezenas de bairros pobres, uma rede de entidades promotoras de atividades esportivas, assim como fomentou um significativo leque de atividades culturais. A ascensão da oposição na luta contra a ditadura somada à mobilização social na cidade possibilitou um leque de conquistas sociais para a população mais pobre. Com ações populistas a nova força política da cidade governou por alguns anos, pondo fim a hegemonia das elites rurais tradicionais na região.

Atualmente, Montes Claros é um polo regional com maior poder de concentração em relação ao século passado. A política de desenvolvimento concentrado em determinadas regiões também é replicada no interior de Minas Gerais. Assim, “ao questionar o desenvolvimento em Minas Gerais, não se pode pensar em uma forma predominante em todo o estado. O estado teve seu desenvolvimento marcadamente heterogêneo, resultando em diferenças significativas nas dinâmicas socioeconômicas de suas macrorregiões” (PALES, 2014, p. 13).

A cidade polariza um leque de cerca de cem municípios do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e do Sul da Bahia e concentra serviços, comércio e indústria desta vasta porção geográfica. A indústria é pouco significativa na economia local. Também a agropecuária foi superada enquanto força econômica. Comércio e serviços se destacam como força econômica em Montes Claros. Sua tradição de entreposto comercial continua em evidência, hoje através das multinacionais que monopolizam o comércio de alimentos e demais gêneros de primeira necessidade. De exportador de alimentos até os anos 80 do século passado, o Norte de

Minas se transformou em importador de alimentos. E estes são distribuídos a partir de Montes Claros para toda a região.

Políticas sociais em Montes Claros

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS – é um sistema federal regulamentado através de decretos que norteiam a política de assistência no Brasil atualmente. É por intermédio do SUAS que o município, por intermédio de uma equipe local, executa a política de Assistência Social.

No município de Montes Claros há gestão plena do SUAS, ou seja, todos os serviços do âmbito do SUAS estão em execução sob responsabilidade municipal. No sistema existe uma tipificação dos serviços socioassistenciais, onde subdivide os atendimentos em proteção básica, de responsabilidade do Centro Referência da Assistência Social – CRAS e proteção especial, subdividida em proteção especial de média e alta complexidade. A proteção especial de média complexidade está no domínio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, através do Centro POP e do serviço de abordagem. E a proteção especial de alta complexidade abrange as unidades de acolhimento de crianças, adolescentes, idosos ou mulheres vítimas de violência. A autonomia é relativa. O Governo dá espaço para o município submeter projetos para angariar recursos, porém existe a cartilha do IGDM especificando o que e como pode ser gasto os recursos, onde há um leque variado de opções para os gestores.

Para as atividades da proteção social básica, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS – determina o serviço e faz algumas orientações, por exemplo, que tipo de oficinas podem ser realizadas com crianças de 0 a 6 anos, mas o planejamento das atividades fica por conta do município, das técnicas de referência. É necessário comprovar

ao MDS que existem grupos e que funcionam, relatar a quantidade de crianças e a frequência de realização, tu através de documentos.

Não existe autonomia para a criação de serviços alternativos, pois todos já vêm com as orientações nacionais. Essas observações não servem apenas para a área da assistência social. Na área de educação e na área da saúde esse modelo se aplica também. Em todas as áreas o que se verificou é que os municípios não têm ou tem autonomia bem limitada para inovar. Via de regra são meros executores de políticas públicas.

Outro exemplo ilustrativo é na educação. Ali a principal responsabilidade do município/secretaria é gerir a Educação nas escolas municipais. Nas escolas particulares de Educação Infantil, o município somente faz a fiscalização, observando se estão de acordo com as normas. Dessa forma, a Secretaria de Educação tem a responsabilidade de verificação, inspeção das escolas particulares de Educação Infantil e, mais do que isso, de toda Educação das escolas municipais em termos administrativo, pedagógico e financeiro.

A autonomia é limitada porque, embora a Secretaria de Educação tenha recursos, estes são carimbados, ou seja, só podem ser gastos com a Educação infantil e fundamental. Nesta questão, a secretaria é limitada, ou seja, está sob o controle dos órgãos oficiais do Governo Federal e do governo estadual. Os recursos do FUNDEB, que compõe a maioria dos recursos da Educação Municipal, são fiscalizados também pelo Conselho Municipal de Educação. O Conselho verifica as contas, os gastos e tudo mais passam pelo controle do Conselho, inclusive decisões que são compartilhadas, pois há aquelas que o Conselho não tem como exercer e outras em que é necessário chegar-se a um consenso. Outro órgão atuante é o Conselho de Alimentação Escolar, que também faz o controle com relação à merenda dos alunos. Assim, o Conselho Municipal de Educação fiscaliza os gastos com a Educação e o Conselho de Alimentação Escolar fiscaliza questões

relacionadas à merenda escolar, como está sendo utilizado, se a escola está bem equipada para guardar esse material, se está sendo bem elaborada, dentre outras questões.

Existem programas via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE –, quando a ação é do Governo Federal, responsável por encaminhar os recursos via Programa Dinheiro Direto nas Escolas. Assim, os recursos para um determinado projeto chegam direto ao caixa escolar e é a própria escola que executa e presta contas, conforme estabelece a legislação com relação a recurso público. A maior parte dos recursos da Educação vem do Governo Federal, mas o município é obrigado a destinar verba de 25% do Tesouro para a Educação.

Considerações finais

Para a situação de Montes Claros, o papel institucional da PNA também está se consolidando. Como cidade polo ressalte-se a presença de um grande número de instituições que prestam assistência, o que reforça um caráter tradicional para as sociedades socioassistenciais e “sem fins lucrativos”. São “entidades parceiras” do setor público, mostrando a dificuldade da cidade em estrita dependência de muitas organizações não governamentais. Existem programas sociais adicionais, como o “Bolsa Moradia” (para diversas vulnerabilidades, com auxílio financeiro), parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo Federal em habitação e um programa de regularização fundiária. O esforço de adaptação às exigências federais e pequenos programas locais indicam a persistência de uma estrutura conservadora na gestão dos programas e institucionalização também tradicional, não incluídas formas inovadoras de participação ou de gestão.

É fato que a Constituição reforçou o pacto federativo, ao criar três

entes e ampliar a importância municipal. Esta atribuiu mais obrigações e mais recursos, mas em um cenário ainda em escassez e com dificuldades em modernizar a máquina estatal local. A burocracia combinava limitações com patrimonialismo e corporativismo estabelecidos o que, combinados aos elementos anteriores, tornou a adesão do local ao nacional um processo de relativa lentidão. As cidades polo tinham vantagem relativa sobre municípios menores (e até em relação a algumas capitais) porque poderiam reunir mais capacidade estatal e influência, mas isto não garantia um cenário tranquilo.

Quando a década de 1990, exatamente a década da institucionalização inicial dos direitos sociais e políticas públicas sociais marcadas na Carta de 1988, produziu o ajuste neoliberal, a vida municipal não ficou mais simples, antes se agravou. Um exemplo claro deste ponto é a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, oriunda do programa dos anos 1990 e que forçou o engessamento do investimento público em um momento onde a institucionalização e implementação em saúde, assistência e educação eram críticos. Em nome de um ajuste fiscal que obrigou os prefeitos ao controle quantitativo (e, indiretamente qualitativo) de seu quadro de servidores e escrupulosamente restringir perspectivas em gastos do tesouro, a crise econômica do fim dos anos 1990 agravou ainda mais o cenário para os municípios.

Nem a regulamentação das normas operacionais do SUS, os planos municipais de educação e os municípios assumindo o ensino fundamental e a própria aprovação da LOAS, foram garantia de implementação mais rápida e efetiva. Antes o processo não deslanchou de forma definitiva mais forte antes da primeira metade dos anos de 2000 e até 2012. Das secretarias aos conselhos, de recrutamento e treinamento de servidores (da burocracia interna aos implementadores de nível da rua), da construção física de equipamentos e da institucionalização em si, o processo, ainda

que constantes, foi lento. A velocidade local de implementação variou também de acordo com o cenário político, da maior ou menor adesão às políticas sociais como instrumento de políticas públicas inclusivas.

Os municípios conservam autonomia para adotar algumas políticas, mas o caso é que não lhe restava muito alternativa desde o início. A estratégia indutora do governo central obedecia à lógica de descentralização das políticas sociais produzindo estratégias de incentivo e corresponsabilização na condução das políticas.

A cidade de Montes Claros demonstra que o caminho brasileiro de bem estar, combinando elementos nacionais e unidades subnacionais tem a virtuosidade em encontrar a experiência local com a imensa dificuldade em construir uma vida menos danificada com os desafios legais (como a LRF), as dificuldades em consolidar uma burocracia profissional e identificada aos objetivos de Estado expressos na Constituição, a insegurança da ameaçadora descontinuidade em função da conjuntura e a óbvia ameaça de redução dos investimentos.

Referências

CARDOSO JR., J. C. & JACCOUD, L. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjuração de lógicas diferenciadas. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro (Org.) **Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais**. Montes Claros: Best Comunicação e Marketing, 1997.

DRAIBE, SÔNIA. **The national social policies system in Brazil –**

- construction and reform.** Campinas, NEPP-UNICAMP, 2002.
- FLEURY, Sonia. **Políticas sociais e democratização do poder local**, 2003.
- GEDDES, Barbara. **Politician's dilemma: building state capacity in Latin America.** Berkeley, CA, University of California Press, 1994.
- HIRSCHMAN, Albert. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado de Bem-Estar na Idade da Razão.** Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- MENICUCCI, Telma. **Público e privado na política de assistência de Saúde no Brasil – atores, processos, trajetórias.** Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2007.
- PALES, Raíssa Cota. **Desenvolvimento Regional e Desigualdades Sociais entre as Macrorregiões de Planejamento de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes. 2014.
- PERROUX, François. **L'économie du XXe siècle.** Grenoble, Presse Universitaires de Grenoble, 1961.
- PIERSON, Paul. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of politics. In: **American Political Science.** Review 94, 2000, pp. 251–67.
- STEIMO, Sven; THELEN, Katerine & LONGSTRETH, Frank (eds.). **Structuring politics – historical institutionalism in comparative analysis.** Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- TSEBELIS, George. **Jogos Ocultos.** São Paulo: EDUSP, 1988.

PRINCÍPIOS DE UMA PEDAGOGIA EMANCIPATÓRIA EM MARX: APONTAMENTOS PARA A CRÍTICA DA PERSPECTIVA TOYOTISTA

Zaira Rodrigues Vieira

Introdução

O presente ensaio tem como objetivo apontar alguns aspectos que se podem extrair da obra de Marx no que diz respeito a uma reflexão sobre a educação, bem como lançar luz sobre as diferenças entre esta perspectiva e aquela toyotista. Para tanto, faz-se necessário ressaltar, preliminarmente e de forma sintética, a importância da dialética como traço inseparável das categorias marxianas. Embora tenha sido historicamente colocada em segundo plano, a dimensão filosófica do pensamento de Marx é fundamental. Para esse autor, as categorias são “formas de ser”, “determinações da existência”.

A presença da dialética hegeliana nos últimos escritos de Marx é, como ressaltou Lukács, inquestionável, “*o que não significa dizer que Marx adote um esquema válido em geral e independentemente do objeto em questão*” (VIEIRA, 2018, p. 20). Ele não adere simplesmente à dialética enquanto método. A Lógica de Hegel foi-lhe útil “*na medida em que o ajudou a compreender a ordem de determinação das categorias [...] no*

seio da sociedade burguesa moderna. A dialética tem, aqui, um caráter ontológico e não meramente lógico ou metodológico” (ib., p. 21).

A dialética pode ser vista no fato de que, mesmo após sua crítica a Hegel, em 1843, a perspectiva marxiana não contenha uma ênfase exclusiva sobre a ação ou sobre a determinação estrutural. Ao entender a dinâmica e a força das determinações reais num contexto histórico concreto, Marx não subestima o papel dos ideais e da luta. O que ele aponta é que nem tais determinações nem a luta e os ideais são independentes um do outro. Sob o capitalismo, a luta de classes é tão importante quanto o desenvolvimento das forças produtivas. Mais precisamente, tais aspectos são interdependentes.

Esta problemática repercute de forma clara na relação entre trabalho e conhecimento e, por consequência, na relação entre trabalho e educação. Os processos de expansão ou democratização do ensino primário são, como aponta Vercellone, os que melhor fazem perceber esta relação. Vercellone defende que há, em Marx, uma relação estreita entre a democratização do acesso ao conhecimento e as lutas sociais. A expansão do acesso à educação e a redução do tempo de trabalho não se deveram simplesmente ao desenvolvimento e às melhorias nas forças produtivas, mas foram resultado das lutas e conflitos de classe¹.

A relação intrínseca entre ação política e determinação estrutural pode ser vista também no fato de que se o papel do educador é importante, na medida em que pode contribuir para formar indivíduos críticos e

¹ “Marx sublinha como a questão em jogo, com a redução legal do tempo de trabalho, esteja indissolavelmente ligada a uma luta mais geral pela socialização do acesso ao conhecimento: *‘essa primeira concessão penosamente arrancada ao capital’* era, segundo Marx, apenas o ponto de partida de uma dinâmica conflitante para a abolição da *‘educação e [d]a divisão do trabalho atuais [...]’* (MARX, 2013, p. 558-559). Nesse sentido, é possível afirmar que, para Marx, o desenvolvimento de uma escolarização de massa era uma das condições essenciais que teria permitido aos assalariados acumular um saber *‘tecnológico teórico e prático’* adequado ao nível alcançado pelo desenvolvimento capitalista da divisão técnica e social do trabalho e, ao mesmo tempo, capaz de empreender a transição” (VERCELLONE, 2005, p. 11).

cidadãos ou indivíduos resignados e pragmáticos, Marx mostra que é necessário entender, porém, o contexto social em que ele se encontra para que se possa avaliar o potencial efetivo de sua atividade.

Trabalho: atividade vital e contradições

O pensamento de Marx, além de profundamente marcado pela dialética, é, como se sabe, um pensamento materialista. A partir do momento em que realiza a crítica dos fundamentos idealistas da filosofia hegeliana, Marx procurará conhecer a realidade social a partir de seus condicionantes mais efetivos, dentre eles, o trabalho. O trabalho, o modo de produção, é central para se entender o modo de vida de uma sociedade. Isto porque «*Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida*» (MARX, 2007, p. 87). O trabalho mostra-se fundamental em todas as formações sociais que antecedem o capitalismo, muito embora seja apenas sob este modo de produção que ele assume um caráter universal. No modo capitalista de produção, independentemente de suas especificidades, o trabalho – do engenheiro, do operário de fábrica, do agricultor, etc. – torna-se o fundamento geral da riqueza. O capitalismo assenta-se sobre a centralidade do trabalho e sobre o fato de que os demais aspectos da vida social e a própria sociabilidade passam por esta atividade.

Mas, se o trabalho é central na caracterização da especificidade humana e se ele se torna o centro da vida das pessoas sob o modo de produção capitalista, Marx não deixa de entender essa determinação de uma forma dinâmica. O caráter de atividade vital e de manifestação de si mesmo que o trabalho possui aparece, no capitalismo, apenas como potencialidade (MANACORDA, 2000). O que prevalece aqui é a forma

alienada de trabalho, o trabalho sem sentido porque desprovido de uma finalidade em si. E é por essa razão que a luta de classes e, portanto, a política, a ação, é ainda mais presente e intrínseca a esta formação social marcada por contradições.

Dito de outra forma, embora o trabalho ocupe lugar central e corresponda à atividade vital para Marx, tal determinação não é apenas uma determinação positiva. Se é o aspecto da alienação e do trabalho enquanto sofrimento o que predomina na sociedade capitalista, uma sociedade que venha a suceder esta última também não é entendida a partir de uma mera reorganização do trabalho. O reino da liberdade, embora não independa do trabalho, se realiza para além da esfera das necessidades: *“O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho, que é determinado pela necessidade e pela finalidade exteriormente fixada. Por sua própria natureza, portanto, o reino da liberdade fica além da esfera da produção material”* (MARX, 1971, p. 942). Em vários momentos de sua obra, Marx aponta para o fato de que o desenvolvimento das forças produtivas criaria as condições para uma drástica redução da jornada de trabalho e para o aumento do tempo livre dos indivíduos.

Educação e desenvolvimento onilateral dos indivíduos

Marx não se dedicou ao tema da educação de forma específica. Mas, um dos aspectos centrais do seu pensamento a esse respeito é o princípio da onilateralidade, ou seja, a necessidade e possibilidade do desenvolvimento dos indivíduos em suas múltiplas dimensões (MARX, 2013, p. 554). Contrapondo-se à unilateralidade que predomina no modo de ser da sociedade moderna, marcada pela divisão do trabalho, o autor preconiza uma formação humana de cunho onilateral. A onilateralidade pressupõe o livre desenvolvimento das capacidades e dos prazeres humanos

a partir da superação da divisão do trabalho e do trabalho alienado, sem sentido, que ocupa quase todo o tempo de vida dos indivíduos. A possibilidade de um desenvolvimento onilateral dos indivíduos está, portanto, em estreita relação com o papel da ciência e do tempo livre. O modo capitalista de produção, fundado sobre a busca incansável por lucro, impulsionaria o desenvolvimento da ciência e das forças produtivas. Como aparece claramente, nos *Grundrisse*, Marx percebia tal fato como uma das condições necessárias ao surgimento de uma rica individualidade. A sociedade capitalista criaria as condições de uma universalidade das necessidades, dos prazeres e das forças produtivas.

Outra condição para a realização efetiva desta individualidade rica e plural se assenta, contudo, na superação desse mesmo modo de produção, que se funda sobre a exclusão efetiva dos indivíduos em relação à riqueza universal por eles produzida. Uma vez superada esta sociedade, a riqueza nada mais seria que os indivíduos ricos em determinações, capazes de controlar tanto a natureza externa, quanto a própria natureza. O tempo livre, que surge com a automação, proporcionaria o desenvolvimento de suas faculdades criativas para além do trabalho (MANACORDA, 2000, p. 80). E nesse sentido, o próprio trabalho viria a se transformar. Deixando de aparecer como trabalho, ele apareceria “*como desenvolvimento pleno da própria atividade*” (MARX, 2011, p. 256) com base nas mais diversas aptidões individuais.

O aspecto da onilateralidade aparece também nas referências de Marx à expansão do ensino infantil. Em *O Capital*, ele mostra como esta expansão, a partir das leis fabris implementadas na Inglaterra, revelara a importância de se alternar as atividades: “*Os inspetores de fábrica logo descobriram, com base em depoimentos de mestres-escolas, que as crianças das fábricas, apesar de só receberem a metade do ensino oferecido a alunos regulares, de tempo integral, aprendem tanto quanto estes, e às*

vezes até mais” (MARX, 2013, p. 553). O germe da educação do futuro estaria em se conjugar as atividades práticas, o ensino e a ginástica “*não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões*” (ib., p. 554). Isto não quer dizer que Marx concordasse com o trabalho infantil nas fábricas. Ele entendia, porém, que a educação das crianças, a partir de uma certa idade – cerca de 9 anos – passava também pelo aprendizado das artes manuais e das técnicas.

Vale dizer que Marx é um dos maiores críticos da divisão do trabalho da forma como ela acontece na grande indústria. Isto porque, diferentemente do artesanato, a indústria separa o trabalhador do conhecimento e domínio de sua arte. Logo após a citação acima, Marx critica justamente o fato de que a grande indústria, embora explorasse crianças por anos a fio, não lhes ensinava “*um trabalho sequer, que as torne úteis, mais tarde*” ((MARX, 2013, p. 555).

Como explica Mario Alighiero Manacorda, pedagogo marxista italiano, há, portanto, elementos de uma onilateralidade “*entendida como disponibilidade, variação e multilateralidade, ou como plena posse de capacidades teóricas e práticas, como plena capacidade de prazeres humanos. Essas disponibilidade e variabilidade estão presentes em IA [Ideologia Alemã]*”, escrito em que Marx concebe a hipótese de uma sociedade onde não existam pintores, mas “*no máximo, homens que também pintam*” (IA) (MANACORDA, 2000, p. 83).

Enquanto princípio pedagógico, a reintegração da onilateralidade dos indivíduos pressupõe uma reunificação das estruturas da ciência com as da produção. Marx “*ênfaticamente a necessidade de se oferecer, também nas escolas dos operários, um ensino tecnológico que fosse, ao mesmo tempo, teórico e prático*”. O elemento da teoria é fundamental na “*superação da ruptura ocorrida na fábrica entre a ciência e o trabalho*” (MANACORDA,

2000, p. 86). Marx entendia que a classe operária deveria ter acesso a um profundo conhecimento das bases científicas e tecnológicas de sua época.

Sua concepção do ensino tecnológico – ‘teórico e prático’, como tinha esclarecido em 1866, aos delegados do I Congresso da Internacional – exprime a exigência de fazer adquirir conhecimentos de fundo, i.e., as bases científicas e tecnológicas da produção e a capacidade de manejar os instrumentos essenciais das várias profissões, i.e., de trabalhar, conforme a natureza, com o cérebro e as mãos, porque isto corresponde a uma plenitude do desenvolvimento humano. Em resumo, ao critério burguês da ‘pluriprofissionalidade’, Marx opõe a ideia da ‘onilateralidade’, do homem completo, que trabalha não apenas com as mãos, mas também com o cérebro e que, consciente do processo que desenvolve, domina-o e não é por ele dominado (MANACORDA, 2000, p. 95).

A perspectiva de valorização da onilateralidade não se confunde, portanto, com a perspectiva toyotista de multifuncionalidade do trabalhador.

Da divisão do trabalho à organização flexível do trabalho

A fase do capitalismo que se estendeu até a era taylorista/fordista, mais precisamente até a década de 1970, foi marcada por uma forte e rígida divisão do trabalho e pela separação entre concepção e execução. Já Adam Smith e Babbage, dois importantes autores que enalteciam a divisão do trabalho, indicavam que o fracionamento das atividades consistia em fonte essencial de potencialização dos lucros do capital. Trata-se de uma fonte fundamental na economia de tempo. Segundo Babbage, “*a divisão do trabalho no capitalismo deve ser realizada para minimizar o aprendizado e as habilidades necessárias ao labor. [Ele] Afirma que, quanto mais pormenorizada a divisão e a subdivisão do trabalho, menor é o nível de habilidade requerido*” (MARQUES, 2014, p. 90). Segundo Marx:

Esse processo de cisão começa na cooperação simples, em que o capitalista representa diante dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho. Ele se desenvolve na manufatura, que mutila o trabalhador, fazendo dele um trabalhador parcial, e se consuma na grande indústria, que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a obriga a servir ao capital (MARX, 2013, p. 435).

A despeito desse processo de dissociação entre conhecimento e trabalho, concepção e execução, nos processos pedagógicos, na vida escolar, a classe trabalhadora conquistou, durante o período fordista, alguns avanços. A extensão às classes subalternas da escola e do aprendizado antes reservados às classes privilegiadas (expansão horizontal, mas também vertical: aumento dos anos de escolaridade obrigatória), tal tendência e realidade atual, foi prevista por Marx, de alguma forma também, como um processo que ocorreria em virtude do próprio desenvolvimento das forças produtivas e da liberação da mão-de-obra infantil e expansão dos bens culturais.

O processo de fracionamento e separação entre trabalho e conhecimento, que se desenvolve historicamente com o modo de produção capitalista, sofreria, conforme as previsões de Marx nos *Grundrisse*, uma transformação com o desenvolvimento da automação. As últimas décadas do século XX assistiram ao surgimento dessa realidade brilhantemente antevista por Marx, com base em seus estudos sobre a teoria do valor trabalho. As mudanças provocadas pela terceira revolução industrial confirmaram o que ele havia explicado, ou seja, que a um certo grau do desenvolvimento das forças produtivas, a produção de riqueza passaria a depender menos do tempo de trabalho do que do “*nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção*” (MARX, 2011, p. 588). A ciência e a tecnologia passariam a ser centrais no processo de trabalho, o que colocaria o trabalho humano diretamente

empregado na produção como um apêndice do que, a sua época, eram as máquinas, mas que pode ser melhor entendido hoje como os processos de trabalho informatizados ou robotizados.

A atual fase do progresso tecnológico tende a reunificar a ciência e o trabalho: apoiada na cibernética e na automação, exige cada vez menos operários e cada vez mais técnicos e pesquisadores de alto nível; exige ao mesmo tempo conhecimentos específicos para cada uma das estruturas [...] e capacidade de integrar mais estruturas ou de dominar as relações que as une (MANACORDA, 2000, p.129).

O elevado nível tecnológico trouxe consigo a necessidade de se elevar o nível técnico, cultural e social dos indivíduos. Entretanto, alguns dos principais autores marxistas no campo da educação – como Manacorda, Kuenzer, dentre outros – apontam para a contradição entre essas exigências e as condições efetivas de vida e de formação.

A realidade que toma forma nas últimas décadas do século XX trouxe, para a organização do trabalho, novos preceitos. A drástica redução do número de pessoas empregadas e a crise da produção de mais-valor, que é coetânea a esse processo, deram lugar à forma toyotista de organização do trabalho e à chamada pedagogia da flexibilidade ou pedagogia toyotista. Esse é o modelo das reformas da educação que tiveram lugar a partir dos anos 1990.

A pedagogia toyotista

No plano pedagógico, é preciso ressaltar que a importância do trabalho na constituição e formação humanas, bem como a importância de se relacionar teoria e prática, tal como as entende Marx, não se confundem com o modelo de educação preconizado pelas reformas da educação profissional instituídas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Tais reformas enfatizam o assim chamado mérito individual, a flexibilidade, a mudança, a participação, a busca constante do novo e uma aparente supressão da divisão do trabalho entre concepção, execução e controle. “*O enfoque nas competências tende a valorizar a importância da definição precisa dos saberes a serem ensinados tendo em vista sua aplicabilidade e sua aferição por meio de práticas a serem demonstradas*” (FERRETI, 2005, p. 113) tal como aconteceu com a última reforma do ensino na França. Tal reforma, que, segundo Ferreti, teve por base o modelo de competências, “*conduziu ao processo de passagem do ensino anteriormente estruturado sobre saberes disciplinares para um outro articulado em torno de saberes práticos objetivamente verificáveis*” (id.). A despeito das aparências, esse modelo chamado de desenvolvimento de competências não saberia estar mais longe da concepção marxiana de qualificação e onilateralidade. O conceito de qualificação diz respeito precisamente a uma formação que se oponha à alienação e cisão entre concepção e execução. Mais que uma unidade entre trabalhador e empresa, ele ressalta a contradição de interesses entre eles (FERRETI, 2005, p. 99).

Como explica Acácia Kuenzer, a pedagogia toyotista se apropria, do ponto de vista do discurso, “*de concepções elaboradas pela pedagogia socialista*”, o que “*tem levado muitos a imaginar que, a partir das novas demandas do capital no regime de acumulação flexível, as políticas e propostas pedagógicas de fato tenham passado a contemplar os interesses dos que vivem do trabalho*” (KUENZER, 2005, p. 78). Categorias clássicas de uma pedagogia emancipatória, como a “*formação do homem em todas as suas dimensões de integralidade [...], a superação da fragmentação do trabalho em geral, e em decorrência, do trabalho pedagógico [...], a transdisciplinaridade*” (id.), etc. foram apropriadas pela pedagogia toyotista, própria à época das tecnologias flexíveis, com base na microeletrônica.

Contudo, o que se faz efetivamente é “*capacitar o trabalhador novo, para que atenda às demandas de um processo produtivo cada vez mais esvaziado, no qual a lógica da polarização das competências se coloca de forma muito mais dramática [...] É preciso que o trabalhador se submeta ao capital, compreendendo sua própria alienação como resultante de sua prática pessoal ‘inadequada’*” (id.). Daí a importância central dos processos de persuasão. As formas de se evitar o desperdício “*tais como a multitarefa ou o controle de qualidade feito pelo trabalhador, não têm como objetivo reconstituir a unidade rompida, mas [...] ampliar as possibilidades de valorização do capital*” (id.). As práticas toyotistas de produção, onde um trabalhador cuida de vários processos, desenvolve múltiplas tarefas, têm como base, na verdade, um esvaziamento ainda maior de sua atividade, uma redução dos requisitos de qualificação e uma intensificação do uso da força de trabalho.

Isso não significa dizer que, com a alteração do modo de acumulação do capital, e com a passagem de formas rígidas (fordistas e com base na eletromecânica) de produção para formas flexíveis (toyotistas e com base na microeletrônica) não tenham sido alteradas também as competências exigidas dos trabalhadores. A crescente incorporação de ciência e tecnologia da informação pelos processos produtivos traz consigo uma demanda por trabalhadores mais flexíveis e por um “*desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como: análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade diante de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa*”, etc. (KUENZER, 2005, p. 86).

A ampliação ao infinito das tarefas e exigências requeridas pelo mundo do trabalho não implica, porém, um domínio maior dos processos e habilidades mais complexas. Ao contrário, tais demandas do capital internacionalizado implicam, como mostra ainda Kuenzer, “*uma aparente*

contradição: quanto mais se simplificam as tarefas, mais se exige conhecimento do trabalhador e, em decorrência, a ampliação de sua escolaridade” (KUENZER, 2005, p. 86). O que se amplia, na verdade, é o número de exigências que recaem sobre o mesmo. O que nada mais é que o imperativo de comportamentos flexíveis e de adaptação rápida e eficiente a situações novas e imprevistas.

Esse tipo de comportamento novo, diverso daquele previsível exigido na era fordista, não diz respeito, portanto, a uma qualificação mais global ou onilateral, tal como entendia Marx. O que diversos estudiosos do campo da pedagogia, que se apoiam sobre o pensamento deste último ou de clássicos do marxismo como Gramsci, têm apontado é que, ao contrário de uma reunificação no trabalho dos vários aspectos (físicos e mentais) que constituem a atividade enquanto totalidade, o que se verifica, nesta nova realidade, é apenas uma ampliação da tarefa. Dito de outra forma, no lugar da exigência de politecnia, trata-se de exigência de polivalência. E *“por polivalência entende-se a ampliação da capacidade do trabalhador para aplicar novas tecnologias, sem que haja mudança qualitativa desta capacidade*” (KUENZER, 2005, p. 88).

Considerações finais

A exigência do desempenho de diferentes tarefas com base em distintos conhecimentos não implica em *“superar o caráter de parcialidade e fragmentação destas práticas [...] A este comportamento no trabalho corresponde a interdisciplinaridade na construção do conhecimento, que nada mais é do que a inter-relação entre conteúdos fragmentados, sem superar os limites da divisão e da organização segundo os princípios da lógica formal”* (id.). Essa juntada de partes fragmentadas não corresponde, portanto, ao *“conhecimento da totalidade com sua rica teia de inter-*

relações [...] É suficiente usar os conhecimentos empíricos disponíveis sem apropriar-se da ciência, que permanece como algo exterior e estranho” (KUENZER, 2005, p. 88-89).

Uma pedagogia emancipatória ou educação onilateral pressupõe, ao contrário, a superação de um conhecimento meramente empírico e a formação e capacitação humana para um pensamento crítico, mais abstrato, que seja capaz de criar e de entender as estruturas internas e conexões entre os fatos. A fragmentação e simplificação das tarefas à qual o indivíduo que vive do trabalho deve se submeter, mesmo sob as novas formas de organização do trabalho, foi explicada também por Smith como portadora de efeitos degradantes para as habilidades intelectuais e cognitivas:

A compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda a sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não têm nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. O entorpecimento de sua mente o torna não somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno, e, conseqüentemente, de formar algum julgamento justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada [...] Assim, a habilidade que ele adquiriu e sua ocupação específica parece ter sido adquirida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais (SMITH, 1776: V, p. 13).

Se autores das mais variadas extrações apontam para a relação diretamente proporcional entre a degradação intelectual dos indivíduos e o avanço da tecnologia ou da criação de habilidades inventivas

propiciado por seu trabalho, a configuração mais recente do contexto educacional tende, também ela, a aprofundar tal tendência. Se o contexto da mundialização do capital apontou, como anteviu Marx, para o papel crescente do saber nas atividades econômicas, as reformas neoliberais no âmbito da educação mostraram-se todas na contramão do onilateralismo marxiano. No lugar de um avanço da concepção republicana segundo a qual a escola está voltada para os valores “*social, cultural e político do saber*”, para o avanço da cidadania, as reformas neoliberais apresentam-se “*fundamentalmente competitiveness-centred*” (LAVAL, 2019, p. 18), voltadas para a competitividade cada vez mais aguçada entre indivíduos que disputam escassos postos de trabalho.

De forma contraditória, a realidade atual conduz, portanto, à compreensão da justeza do entendimento de Marx no que concerne ao papel do avanço da democracia e dos direitos, no caso específico, no campo da educação, tendo em vista a importância da mesma para a própria crítica e superação dos limites da sociedade capitalista.

Referências

FERRETI, Celso João, “Empresários, trabalhadores e educadores: diferentes olhares sobre as relações de trabalho e educação no Brasil nos anos recentes”. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, Autores associados, 2005.

KONDER, Leandro, “Marx e a sociologia da educação”. In: Tura, M. L. R. (Org.) **Sociologia para educadores**, Rio de Janeiro, Quartet, 2004.

KUENZER, Acacia Zeneida, “Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho”. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE,

J. L. (Org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, Autores associados, 2005.

LAVAL, Christian, **A Escola não é uma empresa**, São Paulo, Boitempo, 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero, **Marx e a pedagogia moderna**, Cortez, 2000.

MARQUES, Rodrigo M., **Intelecto geral e polarização do conhecimento na era da informação: o vale do silício como exemplo** (tese de doutorado), UFMG, 2014.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, **A Ideologia alemã**, São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, Karl, **O Capital**, São Paulo, Boitempo, Livro I, 2013.

MARX, Karl, **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro III, vol. VI, 1971.

MARX, Karl, **Grundrisse**, São Paulo: Boitempo, 2011.

SMITH, Adam [1776], **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VERCELLONE, Carlo, «Dalla sussunzione formale al general intellect: Elementi per una lettura marxiana dell'ipotesi del capitalismo cognitivo», *Atti del workshop internazionale Lavoro cognitivo e produzione immateriale. Quali prospettive per la teoria del valore?*, Pavia, Università degli studi di Pavia, 2005.

VIEIRA, Zaira Rodrigues, **Trabalho e emancipação humana em Marx – os Grundrisse**. Campinas: Papel Social, 2018.

ESTADO, ESTRUTURAS DE PODER E EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL NO SÉCULO XXI

*Luciana Santos Lenoir
Maria da Luz Alves Ferreira*

Introdução

A organização política do Estado tal qual como se estrutura na contemporaneidade ainda apresenta fortes características dos fundamentos ideológicos e econômicos liberais que foram concebidos durante o que tendem a denominar como modernidade. Mediante a construção de “pactos sociais”, a sociedade civil tornou-se a responsável por legitimar e financiar o Estado, além de credenciá-lo para administrar as questões sociais. Nessas circunstâncias, são atribuídas funções ao Estado vinculadas às medidas econômicas, fato que evidencia a subordinação da sua autoridade política à dinâmica dos processos produtivos.

Nessa perspectiva, emerge um duplo movimento que alimenta a frequente contradição entre o público e o privado nas conjunturas da sociedade e do Estado. Trata-se de um paradigma que associa dimensões que criam antagonismos entre o estatal/público e privado/mercantil. Tal situação desvirtua o essencial, no caso o público, e constrói um campo de

disputa potencializado, hegemonicamente, pelos interesses privados. Desse modo, o estatal tende a ser reduzido a um mero polo de contraposição ao privado que, por conseguinte, não se configura como campo exclusivo dos indivíduos, mas também dos interesses mercantis, tais como os processos de privatização.

A partir da globalização e dos fundamentos políticos e econômicos neoliberais, o Estado responsabilizou-se por produzir legislações e estruturas regulatórias que favorecem a atuação de corporações. Desse modo, identifica-se que as políticas brasileiras destinadas à educação superior foram conduzidas por um movimento de transformações na lógica de organização e gestão respaldados por paradigmas neoliberais que direcionaram a reforma do Estado no Brasil desde a década de 1990. Consequentemente, apresenta-se uma espécie de naturalização do processo de amplificação de Instituições de Educação Superior – IES – com caráter privado, como também a consolidação de novas dinâmicas intervencionistas globais que atingem as universidades públicas.

Aspectos históricos e teóricos que norteiam a concepção de Estado

Os paradigmas que atualmente determinam a concepção de Estado e das suas respectivas instituições, remontam à origem histórica do que se convencionou como modernidade, por meio de referências ideológicas, com caráter eurocêntrico e liberal. Apesar disso, torna-se útil demonstrar abordagens alusivas à funcionalidade e à estrutura do Estado mediante os parâmetros conceituais do que se configura como moderno, uma vez que são fatores determinantes para compreender o Estado tal qual como apresenta-se na contemporaneidade.

Compreende-se que as funções a cumprir pelo Estado atrelaram-se a um conjunto de ações normativas e a um ordenamento jurídico que

estabeleceram sua capacidade decisiva e seu poder. Nesse contexto, verifica-se a formatação dos direitos que designaram as formas de Estado e a composição da participação na esfera do poder político. Os direitos fundamentais foram caracterizados pelo aparato tradicional traçado pelas liberdades burguesas, sejam de ordem pessoal, política ou econômica e que delimitaram o poder de intervenção do Estado. Tratam-se dos direitos responsáveis por garantir o *status quo* da sociedade burguesa desvinculada do Estado.

No que condiz aos direitos sociais, identifica-se que foram representados conforme os níveis de participação política e as formas de distribuição da riqueza social produzida. Podem configurar-se como imprevisíveis, mas devem ser atendidos em consonância às demandas que emergem no contexto sociopolítico em que se manifestam. Desse modo, os direitos sociais funcionam como mecanismo para que a sociedade transponha ao Estado e são capazes de alterar a sua estrutura formal. Nessas circunstâncias, a composição do Estado assume um perfil variável e complexo que tende a oscilar perante as condições de liberdade e participação.

É válido mencionar que a atuação mínima do Estado mediante a livre concorrência capitalista foi marcante durante o século XIX e encontrou-se permeada pela dinâmica de acumulação do capital com autorregulação e equalização da taxa de lucro. A organização política do Estado alicerçada pelos fundamentos liberais, estabeleceu o exercício do monopólio da violência (controle da ordem policial), da moeda e da tributação. Evidenciaram-se as condições de “expansão da estrutura oligopolista das grandes empresas na produção e distribuição de bens e serviços e a concorrência intercapitalista terminou sendo incorporada à esfera estatal” (POCHMANN, 2017, p. 313).

Diante da conjuntura descrita, eclodiu na segunda metade do século

XIX, a “questão social” como um problema a ser tratado pela burguesia. De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) a “questão social” foi consequente da Revolução Industrial e estabeleceu o término da concepção orgânica da sociedade e do Estado, conforme os parâmetros da filosofia hegeliana, e impediu que a unidade da estrutura econômico-política fosse salvaguardada pelo desenvolvimento autônomo da sociedade. Nesse contexto, surge a necessidade de implantação de uma tecnologia social capaz de averiguar as origens das divisões sociais e que fosse capaz de repará-las por intermédio de reformas sociais. É assim que, ao findar o século XIX, desencadeou-se uma alternativa ao liberalismo, no caso o Estado interventivo, concebido mediante mecanismos de financiamento e administração de programas de seguro social.

Salienta-se que as funções do Estado associadas às medidas econômicas expõem a subordinação da autoridade política à dinâmica dos processos produtivos, fato capaz de revelar a diversidade que o desenvolvimento das formas do “político” apresenta em relação às necessidades de reprodução da força-trabalho. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) mencionam que assim foram reveladas as funções do Estado com seu caráter intervencionista e complementares à permutabilidade da força-trabalho como mercadoria. O cumprimento das funções estatais que afetam o processo de produção ocorre por meio da expansão do trabalho formal, remunerado com a renda e não com um salário. Trata-se de um trabalho não equivalente às mercadorias, mas que representa valores de uso que são consumidos e não trocados no mercado.

As demandas sociais que traçaram a organização do denominado Estado moderno foram conduzidas para a construção, regulação e consolidação do “pacto social”¹. Desde então, o direcionamento das

1 Remete-se à concepção de “Contrato Social” elaborada por Jean-Jacques Rousseau e mediada por fundamentos sociopolíticos tendo em vista estabelecer as características do que se denomina como sociedade civil. Trata-se de uma ideia conduzida pelos princípios do direito político, cuja autoridade concentra-se em um governo estruturado

questões públicas foi atribuído à sociedade, que por sua vez, concedeu poder político ao Estado e o público tornou-se universo para atuações privadas respaldadas pela própria sociedade e pelo Estado.

Segundo Silva Júnior (2011), desde a construção do ideário de Estado moderno, estabeleceu-se uma contradição das percepções entre público e privado, derivada da outorga das atividades que englobam legislar, julgar e executar que são pertinentes à dimensão individual, como também, oriunda da esfera normativa do “pacto social” condicionado ao poder político do Estado. Desse modo, o autor revela que emerge um duplo movimento que induziu à constante ambivalência entre público e privado nas conjunturas da sociedade e do Estado na modernidade. Tal situação evidencia um núcleo de contradição permeado por relações que envolvem interesses e poder político, e que são balizadas por critérios eminentemente econômicos. Considera-se, portanto, que na modernidade, a organização da sociedade articulou-se para que a contradição entre o público e o privado seja constantemente balizada pela política.

Diante das considerações expostas, identifica-se a condução de um paradigma que associa dimensões que criam antagonismos entre o estatal/público e privado/mercantil. De acordo com Silva Júnior (2011), são condições construídas, de modo estratégico, por intermédio de um discurso que insiste em disseminar a demonização da esfera estatal, enquanto sacraliza-se a esfera privada. Tal situação é responsável por desfocar o essencial, no caso o público, e por arquitetar um campo de disputa potencializado, hegemonicamente, pelos interesses privados. Nessa perspectiva, o estatal tende a ser reduzido a um mero polo de contraposição ao privado que, por conseguinte, não se configura como campo exclusivo dos indivíduos, mas também dos interesses mercantis,

por um pacto social, em que cada cidadão renuncia à sua liberdade individual tendo em vista a garantia de dignidade, igualdade jurídica e moral e, também, liberdade civil perante aos membros da sociedade.

tais quais os processos de privatização. São nessas condições, que validam-se concepções que determinam a universalização dos direitos como ação expressa pelo *público*; enquanto o acesso aos direitos (saúde, educação, habitação, segurança, saneamento básico e cultura) torna-se responsabilidade do *privado* por meio da mercantilização.

Globalização e Estado neoliberal

Reconhece-se que a Segunda Guerra Mundial pode ser interpretada como o fato histórico responsável por estimular o processo de internacionalização do capital e por articular processos econômicos peculiares destinados à expansão das empresas multinacionais. No período em questão, identifica-se a marcante atuação das grandes empresas de capital predominantemente norte-americano que desencadearam o estreitamento do mundo mediante um jogo estratégico de interesses econômicos e uma redefinição das relações sociopolíticas entre as nações.

As análises de Bruno (2009) demonstram que entre o período que se estende do pós-guerra até a década de 1970, os métodos de concentração de capital que balizaram a mencionada internacionalização foram capaz de conjugar fronteiras e inter-relacionar governos e instituições. Trata-se de um processo que envolveu a criação de diversos organismos internacionais² com a expectativa de houvesse uma articulação de maior amplitude dos interesses entre as nações, tendo em vista estabelecer acordos entre os diferentes e múltiplos atores. Desse modo, a forma de internacionalização do capital, predominante no período em questão, correlacionava sistemas econômicos ordenados por intermédio de poderes políticos nacionais ou plurinacionais, com atributos para exercer ações de

² São exemplos de organismos internacionais: a Organização das Nações Unidas – ONU; o Fundo Monetário Internacional – FMI; o Acordo Geral de Tarifas e Comércio – GATT – e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

regulação macroeconômica.

As exposições de Pochmann (2003) apontam para a percepção de que o século XX configurou a reafirmação da sociedade salarial nos países considerados como desenvolvidos mediante dois processos civilizatórios do capitalismo. Um foi marcado pela estruturação do mercado de trabalho, em que houve o predomínio dos contratos de empregos assalariados diante do total da ocupação, sustentados pela proteção social e trabalhista. O outro foi constituído pela distribuição secundária da renda nacional, que garantiu a ampliação do rendimento do trabalho no total do excedente econômico por meio de políticas tributárias e sociais.

É no século XXI, assinalado pela dinâmica sociopolítica mundial estabelecida pela globalização econômica e conduzida pela estrutura oligopolista de competição intercapitalista, que as funções estatais sofreram reconfigurações. As diferentes esferas das políticas nacionais adquiriram sobreposição às condições expostas pelo antigo Estado mínimo. Compreende-se que tal fenômeno ocorreu por intermédio de condicionamentos de uma revolução tecnológica, em que o padrão de regulação estatal até então vigente foi significativamente afetado.

Pochmann (2017) expõe que a regulação dos Estados nacionais da estrutura oligopolista de competição, concedeu espaço para o domínio de corporações transnacionais que passaram a controlar o sistema gerador de valor operado. Trata-se de uma reconfiguração que delineou uma nova dinâmica do centro global e que alterou as relações internas que compõem a denominada periferia capitalista. Nesse contexto, o poder econômico dos Estados nacionais sucumbiu à monopolização da produção, à distribuição da riqueza formatadas em escalas globais e às regras estratégicas impostas pelas corporações transnacionais. Desse modo, os papéis do Estado e as decisões nacionais foram reformatados conforme a pressão efetuada pelos organismos internacionais e aos interesses das grandes agências

transnacionais.

A dinâmica global da concorrência monopolizada frente à ausência de autorregulação e à insuficiência da regulação pública no âmbito dos Estados nacionais aponta para a nova condição de estagnação secular. Enquanto a órbita financeira dificulta a desvalorização do velho formato do capital, as novas formas capitalistas sofrem barreira no interior da estrutura monopolista de competição dominada pelas grandes corporações transnacionais (POCHMANN, 2017, p. 315).

Considera-se que mesmo diante das intensas interferências da globalização capitalista, a trajetória do governo do Brasil atuante nos anos 2000 foi traçada pela condução peculiar de políticas econômicas e sociais nacionais. Nesse contexto, foram estabelecidas políticas sociais inclusivas e de crescimento econômico sustentável. E “enquanto o país conseguiu aproveitar os ventos favoráveis da globalização, a maioria política negou o retorno do programa neoliberal” (POCHMANN, 2017, p. 322).

A estruturação da ordem oligopolista fundada pela competição intercapitalista, determinou um padrão de intervenção estatal, adaptado às exigências da dinâmica de acumulação, porém como favorável à regulação amortecedora dos conflitos sociais inerentes à luta das classes e estratos sociais. Vislumbrou-se, então, a possibilidade do estabelecimento inédito de políticas públicas de abrangência nacional para além do Estado.

Destaca-se nesse processo, a eclosão das tecnologias de informação e de telecomunicações, que possibilitaram aos grandes conglomerados econômicos, por intermédio de processamento de informações e de banco de dados, a realização de operações financeiras ininterruptas que abrangeram o espaço econômico global. Conforme Bruno (2009), centenas de conglomerados e organismos transnacionais extrapolaram a área de suas operações, por meio da globalização do *design*, da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, fato que permitiu a construção de redes de

empresas e operações interdependentes com deslocamento da tomada de decisões que envolvem a gestão da economia mundial.

Faz-se necessário expor que os condicionantes da transnacionalização impedem qualquer governo de operar sua própria política monetária, diante da ampla capacidade de acumulação e de transferência financeira que as grandes empresas detêm. Uma vez consideradas como produtoras, são capazes de transcender as barreiras comerciais de cunho protecionista, além de que distribuem filiais entre países cujos mercados são por elas disputados. Como também são credoras, possuem autonomia para inspecionar os governos que porventura demonstrem oposição às suas intervenções. Nessa perspectiva, conseguem construir alternativas estratégicas que independem da atuação de governos eleitos, seja qual for o país em que operam suas matrizes ou filiais.

As exposições de Bruno (2009) revelam que a transnacionalização abrange um processo em que empresas operam em redes e são instituições que tornam-se responsáveis por coordenar a economia no contexto mundializado. Em contrapartida, os Estados nacionais restringem-se às dimensões locais, cercados de limitações para manter determinados mecanismos de controle de suas economias, como também de garantir aos seus cidadãos condições de estabilidade econômica, políticas de emprego, poder aquisitivo, proteção contra riscos ambientais e decisões externas. Nessa perspectiva, os Estados nacionais sobrevivem em meio às disputas entre si, tendo em vista alcançar os investimentos das grandes empresas, mediante a oferta de benefícios, numa posição de subordinação.

Trata-se de uma estrutura de poder diferenciada, constituída de múltiplos polos capaz de debilitar o poder e as atribuições do Estado central, fato que reduz significativamente sua capacidade de ação e que provoca sua desagregação por intermédio das privatizações e da cooptação de seus órgãos. A coordenação política diante das circunstâncias estratégicas

e impostas pela integração mundial da economia, é elaborada por uma estrutura de poder com características supranacionais que, embora não reconhecida juridicamente, é responsável por determinar a articulação de variados polos a saber:

- os centros de decisão dos maiores grupos econômicos;
- os organismos internacionais, que embora tenham surgido de iniciativas dos Estados, já não encontram mais correspondência direta nos governos, tendo há muito tempo estabelecido com seus interlocutores as grandes empresas;
- os organismos políticos e administrativos oriundos da esfera governamental que, apesar de se apresentarem formalmente como tais, já foram inteiramente cooptados pela esfera de interesses das grandes empresas;
- as grandes centrais sindicais burocratizadas, que atuam como gestores de compra e venda da força de trabalho e procuram garantir a disciplina dos trabalhadores, integrando suas lutas e reivindicações no quadro estrito da legalidade capitalista. Essas centrais já há muito tempo reduziram suas atividades à participação em órgãos tripartites e às negociações com o patronato (BRUNO, 2009, p. 22-23).

Nesse contexto, o terreno tornou-se fértil e propício para a proliferação das práticas neoliberais. Como afirma Harvey (2014), o neoliberalismo é compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que carrega a proposta do bem-estar humano mediante a promoção das liberdades e capacidades empreendedoras individuais. Tais condições são promovidas em circunstâncias institucionais sustentadas por direitos à propriedade privada, livre mercado e livre comércio.

Apesar de uma retórica envolvente e amplamente difundida por diferentes segmentos políticos e sociais, o processo de neoliberalização foi hegemônico e carregado do que Harvey (2014) denomina como “destruição criativa”. Verifica-se que as práticas econômicas neoliberais

atingiram não apenas os antigos poderes e estruturas institucionais, mas também assolaram a própria organização estatal; as formas de divisão de trabalho; as relações sociais; o acesso aos recursos tecnológicos; os padrões de vida e de consumo; os paradigmas; a exploração dos recursos naturais e até mesmo os sentimentos. Foram impostos princípios éticos diferenciados que concentraram-se em processos de troca mediados por relações contratuais de mercado.

Desse modo, a neoliberalização fundamentou-se por guarnecer todas as ações humanas e dos Estados no domínio da lógica do mercado, munida por bases tecnológicas de dados que orientam e controlam as decisões em dimensões globais. Configura-se, assim, uma nova compreensão do tempo-espaço: “quanto mais ampla a escala geográfica (o que explica a ênfase na ‘globalização’) e quanto mais curtos os períodos de tempo dos contratos de mercado, tanto melhor” (HARVEY, 2014, p. 13).

O papel do Estado neoliberal determina-se na construção e preservação de mecanismos para garantir uma estrutura institucional adequada ou adaptável às práticas mencionadas. É também responsável por designar as estruturas e funções militares, de defesa, exigidas para proteger os direitos de propriedade individuais e tendo em vista assegurara performance dos mercados. Caso inexistam mercados, estes devem ser criados pela ação do Estado.

Contudo, Harvey (2014) alerta que o Estado não deve aventurar-se para além das ações que lhe foram atribuídas no contexto neoliberal. Uma vez permissíveis as intervenções estatais nos mercados, devem ser limitadas, porque conforme a teoria, é bem provável que o Estado não dispõe de informações suficientes para compreender “devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício” (HARVEY,

2014, p. 12).

Em suma, o Estado neoliberal é aquele responsável por determinar a legislação e os mecanismos regulatórios que enaltecem as corporações. Em conjunturas da esfera municipal frequentemente, as parcerias público-privadas são estabelecidas e o governo encarrega-se dos riscos, enquanto o setor privado absorve a maior parte dos lucros. De acordo com Harvey (2104), caso necessário, o Estado neoliberal, é capaz de adotar princípios coercitivos e táticos de policiamento tendo em vista inibir ou reprimir ações coletivas de oposição ao poder corporativo. Desse modo, o poder coercitivo do Estado é intensificado para proteger interesses corporativos. Mesmo que alguns Estados ainda salvaguardem a tradicional condição de independência do serviço público, há uma constante ameaça de extingui-la no percurso do neoliberalismo. Verifica-se que os vínculos entre o Estado e o poder corporativo edificaram-se progressivamente e que ainda sustentou-se da democracia representativa está ameaçado.

Universidades brasileiras no século XII

No contexto sociopolítico e econômico contemporâneo, identifica-se que as políticas brasileiras destinadas à educação superior foram conduzidas por um movimento de transformações na lógica de organização e gestão respaldados por paradigmas neoliberais que direcionaram a reforma do Estado no Brasil desde a década de 1990. De acordo com Dourado (2005), desde então, articularam-se políticas de diversificação e diferenciação institucional na esfera da educação superior que sustentaram-se pela naturalização das instituições não-universitárias e por um processo de expansão do acesso às instituições de caráter privado. O autor salienta que foi implementado um processo de reforma com atributos pragmáticos que delimitou o escopo de ação na educação superior à formação profissional,

fundamentado por critérios eminentemente econômicos.

Nessa perspectiva, Santos (2008) apresentou uma contundente análise acerca da conjuntura da sociopolítica e administrativa da Universidade pública durante a primeira década do século XXI e que permanece válida até o momento. Suas considerações descrevem a busca pujante das Universidades em acionar preceitos democráticos e práticas cidadãs capazes de reverenciar a diversidade cultural. Contudo, o autor também apresenta as limitações enfrentadas pelas universidades quanto à incapacidade de solucionar determinadas crises, mesmo diante da tendência em geri-las tendo em vista impedir que se aprofundassem. Tais crises são pertinentes aos critérios de hegemonia, legitimidade e constituição das universidades públicas.

A crise de hegemonia é resultante das contradições entre as funções tradicionais da universidade e outras atribuições que lhe foram atribuídas no decorrer do século XX. Nessa perspectiva, o autor expõe duas funções contraditórias que foram destinadas à universidade e que revelaram a sua incapacidade em executá-las. Uma função é referente às produções de alta cultura, pensamento crítico, conhecimentos científicos e humanísticos tendo em vista a formação das elites.

A outra função é alusiva à produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, de caráter utilitário para atender à formação de mão de obra qualificada requerida demandada pelo desenvolvimento capitalista. Como as Universidades não conciliaram tais funções, o Estado e seus respectivos agentes econômicos criaram mecanismos externos, condição que retirou do ensino superior a exclusividade quanto à produção de pesquisa e que conduziu a uma crise de hegemonia.

Já a crise de legitimidade evidenciou-se quando a universidade destituiu o seu perfil de instituição consensual, uma vez que houve a contradição entre a hierarquização dos saberes especializados mediante as

restrições do acesso e a credenciação das competências. Nesse contexto, identificam-se as exigências sociais e políticas quanto à democratização da universidade e as pautas de reivindicações sociais quanto à igualdade de oportunidades.

No que condiz à crise institucional, interpreta-se que é resultante da incongruência entre a reivindicação da autonomia e a pressão progressiva para que a mesma fosse subordinada aos critérios de eficácia e de produtividade de cunho empresarial ou de responsabilidade social. Segundo Santos (2008), enfocou-se em tratar a crise institucional mediante propósitos reformistas, fato que criou uma ideia ilusória de enfrentamento das duas outras crises. Nessa perspectiva, as resoluções adquiriram um caráter negativo, uma vez que foram desencadeadas uma crescente descaracterização intelectual da Universidade, uma sucessiva segmentação do sistema universitário e, de modo geral, uma progressiva desvalorização dos diplomas universitários.

Nas três últimas décadas, a crise institucional encontrou-se vinculada à crise financeira e tende a ser interpretada como um fenômeno estrutural consequente do declínio de prioridade da Universidade pública no que concerne aos bens públicos idealizados e conduzidos pelo Estado. Há que se considerar que a crise institucional não implica necessariamente em defender que suas causas reduzem-se à crise financeira. Desde então, inculcou-se o paradigma de que a universidade pública e o Estado são irreformáveis e que a solução para tanto vincula-se à mercantilização universitária.

Desde meados do século XX, as universidades públicas brasileiras encontraram-se atreladas às designações políticas protagonizadas pelo Estado, ou seja, a um projeto nacional com caráter seletivo e elitista. Foram projetos estruturados e salientados pela percepção de desenvolvimento econômico, tecnológico ou de modernização. O processo

de globalização aliado às demandas neoliberais reprimira os pressupostos de projeto nacional. No caso dos países considerados como periféricos e semiperiféricos, a conjuntura política e econômica da globalização – concebida de forma agressiva e excludente – exigiu uma reestruturação do projeto nacional e, concomitantemente, da Universidade.

Compreende-se que a lógica que constitui a globalização neoliberal pressupõe minar, sistematicamente, os projetos nacionais, cujos quais encontraram nas universidades e em seus agentes o apoio para que se constituíssem. Por conseguinte, a universidade pública tornou-se alvo vulnerável às críticas daqueles que norteiam e defendem a globalização neoliberal, a não ser que seus objetivos coadunem com os propósitos econômicos e políticos emergentes.

O Estado brasileiro, historicamente caracterizado como ente partidariamente vinculado aos interesses do setor privado, configura-se por uma enorme dívida social no sentido de alargamento dos direitos sociais e coletivos, ou seja, da esfera pública. Desse modo, a inserção do país na lógica neoliberal, como coadjuvante no processo de globalização em curso, sintonizado às premissas de liberalização econômica, desregulação financeira, alterações substantivas na legislação previdenciária e trabalhista e, fundamentalmente, na intensificação dos processos de privatização da esfera pública, tem sido apresentada pelos setores dirigentes como um claro indicador de modernização do até então Estado patrimonial. A perspectiva neoliberal é, nesse contexto, ideologicamente difundida apenas como reformulação da gestão do desenvolvimento capitalista, na qual a desigualdade é aceita como norma, e o desemprego, como contingência necessária ao desenvolvimento do capital DOURADO, 2002, p. 237).

A inabilidade política do Estado e a insustentabilidade de projeto nacional refletiram certa incapacidade epistemológica da Universidade e desordenou suas funções sociais. As consequências das políticas de

autonomia e de descentralização universitárias transferiram as bases dessas funções de dimensão nacional para os problemas locais e regionais. Revelou-se, portanto, uma espécie de crise de identidade que impactou a criticidade acadêmica e o espaço público universitário.

Considera-se que há uma variedade de níveis que fundamenta a mercadorização da Universidade. Um nível compreende em induzir a Universidade pública a superar a crise financeira por meio de instrumentos que criem receitas próprias, ou seja, mediante parcerias com o capital, especialmente, industrial. Destarte, a Universidade pública preserva sua autonomia e a sua estrutura institucional, mas privatiza um conjunto de prestação de serviços. Outro nível é explicável diante da supressão da diferença entre o caráter público e privado, condição que permite à Universidade ser interpretada como uma empresa que não se reduz à produção para o mercado, mas que capaz de produzir a si mesma como “mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes” (SANTOS, 2008, p. 21).

É nesse contexto que apresenta-se uma espécie de naturalização do processo de amplificação de Instituições de Educação Superior – IES – com caráter privado, como também a consolidação de novas dinâmicas intervencionistas globais que atingem as universidades públicas. Dourado (2011) revela que o cenário descrito é perceptível pelas transformações que reconfiguraram as estruturas de organização e gestão das IES, mediante a busca por maior qualificação do quadro docente; efetivação da pesquisa e pós-graduação; aperfeiçoamento da produção acadêmica e adoção de procedimentos de autoavaliação. Em contrapartida, tais instituições presenciam situações em que é evidenciada a redução de recursos, além da regulação da por uma autonomia e diferentes níveis de cobranças tendo em vista a vinculação da pesquisa às necessidades do mercado.

As redefinições funcionais do Estado no Brasil no início do século XXI foram alicerçadas pelos padrões exigidos pelo Banco Mundial, uma vez que financiamentos condicionaram o país a cumprir diretrizes padronizadas pelo referido organismo. Na esfera educacional, o Banco Mundial foi responsável por estabelecer os parâmetros da política macroeconômica, em consonância com o Fundo Monetário Internacional – FMI.

Desse modo, tal concepção de política assenta-se: na defesa da descentralização dos sistemas (ênfase no localismo, desarticulação de setores organizados...); no desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagens necessárias às exigências do trabalho flexível; na realocação dos recursos públicos para a educação básica; na ênfase à avaliação e à eficiência, induzindo as instituições à concorrência; na implementação de programas compensatórios (programas de saúde e nutrição, por exemplo), onde se fizerem necessários; na capacitação docente em programas paliativos de formação em serviço, dentre outras orientações. Esses indicadores revelam o caráter utilitarista presente nas concepções do Banco Mundial para a educação, pois fragmentam, desarticulam a luta pela democratização da educação em todos os níveis, entendida como um direito social inalienável. Ao defender o princípio da priorização da educação básica, cujo foco é a educação escolar, busca-se construir mecanismos ideológicos, sobretudo em países como o Brasil que sequer garantiu a democratização do acesso à educação básica e a permanência nesse nível de ensino (DOURADO, 2002, p. 239).

Ao considerar que a Universidade é um bem público, indaga-se em que condições um bem público venha a ser produzido por uma instituição de caráter privado. O setor privado, enquanto produtor de serviços universitários adquire características peculiares, com variações conforme o país e com objetivos cooperativos, solidários, lucrativos ou não.

Esse processo implicou mudanças na concepção e organização

da educação superior implementadas por alterações na legislação educacional, ao mesmo tempo em que sinalizou para a diversificação institucional, secundarização do setor público, diversificação de fontes de financiamento voltadas para a educação superior privada, redução do escopo da autonomia universitária. Tais alterações implicaram, substantivamente, um processo de expansão caracterizado pela precarização da qualidade da educação e por viés nitidamente privado, reforçado, sobremaneira, pela interpenetração entre as esferas pública e privada, em detrimento da educação superior pública (DOURADO, 2005, p. 111).

Para Santos (2008), o desenvolvimento do setor privado lucrativo estruturou-se por meio de três fundamentos políticos: conter a expansão do setor público com o argumento de crise financeira; degenerar os salários dos professores universitários forçando-os a recorrer às atividades empregatícias parciais e precárias em instituições privadas e criar ações estratégicas para regulação do setor privado. Tais condições possibilitaram que o setor privado aproveitasse do conhecimento e da formação ofertados pela universidade pública. Desse modo, constituiu-se “um processo de acumulação primitiva por parte do capital universitário com a conseqüente descapitalização e desarticulação da Universidade pública” (SANTOS, 2008, p. 95-96).

Em contrapartida, Heringer (2018) destaca que a mobilização de determinados movimentos sociais e atores políticos desencadeou mudanças significativas no que condiz à democratização do acesso à educação superior pública no Brasil. Ressalta-se que desde o início do século XXI, o governo brasileiro buscou implementar políticas para ampliar o número de estudantes no ensino superior. As políticas empregadas foram permeadas por ações quanto à ampliação do sistema universitário público; expansão das universidades federais já existentes; criação do Programa Universidade para Todos – ProUni; aumento das concessões ao Fundo de

financiamento estudantil – Fies; expansão e criação de Institutos Federais de Educação Técnica e Tecnológica e, também, criação e execução das políticas de ação afirmativa. Conforme a autora, tratam-se de políticas e medidas que favoreceram a expansão de vagas e a ampliação do acesso, no que tange à inclusão e à diversificação dos públicos que inseriram-se na educação superior.

De acordo com Santos (2008), a ruptura com a globalização neoliberal requer ações emancipatórias por meio do que denomina como globalização alternativa com caráter contra-hegemônico. Tal contra-hegemonia concebe a universidade como bem público e requer que a sua reforma seja reflexo de um projeto nacional fundamentado por mecanismos políticos capazes de responder positivamente às demandas sociais, pelo viés da democratização. Trata-se de estabelecer fundamentos nomológicos e verdadeiramente democráticos que permitam encerrar a trajetória histórica de exclusão de minorias sociais e dos seus respectivos saberes que a Universidade tendeu a protagonizar. Inevitavelmente, são necessárias transformações mediadas em âmbito nacional, porém articuladas aos parâmetros globais vigentes.

Considerações finais

As políticas e a gestão da educação superior no Brasil, no decorrer dos séculos XXI, foram e continuam conduzidas pelos interesses e pelas ações do Estado. Desse modo, identifica-se um conjunto de intervenções transnacionais, arranjos políticos e institucionais resultantes do contexto que envolve a globalização econômica e as políticas econômicas neoliberais.

As ações políticas e institucionais foram norteadas por marcos regulatórios complexos, com caráter ambivalente, que resultaram em

normatizações estabelecidas por agências transnacionais, mas também por diferentes atores e movimentos sociais. No que condiz às políticas públicas, identifica-se a prevalência de orientações hegemônicas, direcionadas estrategicamente por organismos multilaterais.

As políticas de expansão da educação superior foram intermediadas por movimentos assíncronicos, fato que indica a heterogeneidade do referido nível de ensino e as suas respectivas práticas sejam de ordem pública ou privada. O processo expansionista obteve caráter predominantemente privado, mediante a criação de novas Instituições de Educação Superior – IES e o reordenamento das outras já existentes, a geração de novos cursos e a redefinição das estruturas organizacionais.

É evidente a necessidade de consolidar a expansão da educação superior pública no Brasil, conjugada a novos processos de gestão e de regulação efetivem a sua autonomia e democratização. Nesse sentido, torna-se imprescindível a conscientização e a mobilização para a elaboração de reformas que busquem o sentido contra-hegemônico, capaz de desmercantilizar a educação superior e, conforme exposto por Santos (2008), buscar o reestabelecimento da Universidade como bem público comprometida com as demandas sociais emergentes, com mecanismos deveras democráticos.

Referências

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 403-409.

BRUNO, L. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. OLIVEIRA, D. A. (Org.) **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 15-45.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, 2002, p. 234-252.

_____. Reorganização dos sistemas público e privado da educação superior no Brasil. **Linhas Críticas**, v. 11, n. 20, 2005, p. 103-118.

_____. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V.27, n.1, 2011, p. 53-65. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpa/article/view/19967> Acesso em 06/10/2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. Florianópolis, v. 19, n. 1, 2018, p. 7-17. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902018000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 09/10/2020.

POCHMANN, M. Novas políticas de inclusão socioeconômica. **Revista de Economia Mackenzie**. São Paulo: Mackenzie, 2003, p. 27-36.

_____. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da Nova República. **Educação & Sociedade**. V. 38, nº. 139, Campinas: 2017, p. 309-330.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e da universidade IN: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008, p. 13-106.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. A mundialização da produção do valor e a racionalidade das reformas da educação. In: ALMEIDA, M. de L. P.;

PEREIRA, E. M. de A. (Org.). **Políticas educacionais de ensino superior no século XXI: um olhar transnacional**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 21-70.

UNIVERSIDADE E UTOPIA EM DARCY RIBEIRO

Ildenilson Meireles

Em 1968, em pleno exílio no Uruguai, Darcy Ribeiro organizou um fórum de discussão acerca da condição da Universidade latino-americana cujas análises atestavam, naquele momento, o estado de calamidade das instituições de ensino superior nos países dependentes. Essa constatação a partir de um estudo sistemático do estado atual das Universidades latino-americanas tinha em vista um projeto de recuperação da força política da Universidade, novos propósitos de formação e uma nova cultura acadêmica menos encastelada e fechada em si mesma, menos europeizada, e mais envolvida com os reais problemas do seu entorno.

Esse projeto foi batizado por Darcy Ribeiro de *Universidade Necessária*, um projeto certamente utópico, pois pensava a Universidade a partir de um presente conturbado em direção a um futuro mais promissor em que pudesse contribuir de forma efetiva nos avanços estruturais do povo latino-americano. Desse colóquio organizado por Darcy Ribeiro na Universidad de la República de Uruguai nasceu justamente o livro *A Universidade Necessária*, que traz uma análise profunda, em forma de

comparação, das estruturas universitárias europeias e norte-americanas em relação às estruturas latino-americanas. Em boa hora, tomamos esse texto para pensar o futuro da Universidade brasileira, na perspectiva de Darcy Ribeiro, a partir do diagnóstico preciso que ele contém e que pode nos fornecer pistas importantes para uma nova aposta institucional capaz de render expectativas mais promissoras em relação ao futuro da nossa Universidade.

Gostaria de partir do estado atual da nossa Universidade para alcançar Darcy Ribeiro. Quero mostrar que tudo o que temos passado hoje, os ataques à nossa Universidade pública, à ciência de modo geral, às humanidades em particular, e à filosofia e à sociologia de modo mais programático desde o governo Michel Temer com a reforma do ensino médio tem tudo a ver com as análises feitas por Darcy Ribeiro em vários textos, conferências, discursos, em seus livros publicados, todos espalhados, mas organizados aqui e ali por estudiosos de sua obra. Meu propósito é articular esse diagnóstico feito por ele na década de 1960 com o diagnóstico que se pode fazer hoje, decorridos já mais de 40 anos da publicação de seu texto principal sobre a Universidade, a fim de explorar, a partir desse diagnóstico, o elemento utópico desse projeto urgente de renovação dos propósitos institucionais e sociais da Universidade brasileira.

Então, o que temos hoje? Temos, por um lado, o que todos têm assistido, um verdadeiro bombardeio contra a Universidade pública desde esse governo profascista e com tendência fortemente genocida que é o governo Bolsonaro, passando por governos estaduais que se submeteram a essa lógica de destruição e privatização do ensino público, prática que alcança parte significativa da população que colabora nesse processo de destruição da universidade pública. A primeira tarefa crítica que temos é elaborar uma pergunta cuja resposta parece óbvia, mas sempre nos desconcerta. Por qual razão esse ódio à Universidade? Mesmo considerando

o teor crítico da estrutura e organização da Universidade brasileira, como faz Darcy Ribeiro em *A Universidade de Brasília* (2011), estávamos todos certos de que a Universidade se caracterizava por ser o espaço necessário ao incremento científico do qual o país sempre dependeu para superar o seu atraso econômico e alçar voos mais interessantes em direção a uma cultura própria. Não é o que nos assola nesse momento, por isso a pergunta feita acima deve orientar nossa reflexão sobre as razões do ódio ao ensino público em geral e à universidade em particular.

Há vários motivos, claro, mas quero destacar alguns que considero os mais importantes em relação à Universidade. Há sempre aquele argumento mais senso comum que coloca os ataques ostensivos na conta da ignorância do governo e seus asceclas e eleitores fanáticos; há aqueles que creditam todo esse despautério ao tempo de agora, como se os ataques ao ensino tivessem começado hoje; há aqueles que creditam o discurso de ódio ao fascismo, à loucura ou insanidade, à vingança do governo, ao projeto da direita e por aí vai... É certo que todos esses argumentos têm lá seu sentido e sua verdade, mas eu quero caminhar a partir de outro ponto que me parece conhecido e bastante repetido, mas ainda pouco explorado em chave crítica.

É o fato de que as causas mais vicejantes da calamidade do nosso sistema de ensino, especialmente da calamidade da nossa Universidade brasileira, são causas que têm sua raiz na história de formação do povo brasileiro e não poderiam simplesmente ficar ausentes da estruturação da Universidade, desde sua concepção mais originária. Assim, se quisermos lograr algum êxito nessa análise, só o conseguiremos refazendo essa história, acompanhando suas nuances, as perversidades envolvidas no projeto de elaboração das diretrizes educacionais no país, os interesses de classe. Já destaco aqui uma primeira manifestação de Darcy Ribeiro quando do seu discurso pronunciado por ocasião da cerimônia de posse de

Cristóvão Buarque como reitor da UnB, em 1985. Darcy Ribeiro relembra o projeto de construção da Universidade de Brasília, sua concepção como Universidade que abriria um novo horizonte para o ensino superior no país.

Nessa esteira, a UnB serviria de modelo para um projeto mais robusto de universidade, mais próximo das exigências do país. Atento à nova dinâmica que instaurou na capital do país, Darcy Ribeiro entendia que era inevitável que se criasse ali um centro universitário capaz de promover um ensino de excelência. Aproveitando essa oportunidade que se abria com a nova capital, Darcy, juntamente com Anísio Teixeira, concebeu o que seria a Universidade modelo para a superação do atraso acadêmico já demonstrado pelo sistema universitário da época, mas também imaginou o que seria o modelo de centro de excelência do conhecimento capaz de levar o país a um nível cultural extraordinário recrutando, para isso, todas as potencialidades disponíveis no seu entorno.

Essa ideia de Darcy Ribeiro de construir uma Universidade diferente tinha como motivação a recusa da Universidade vigente, “a velha Universidade estava em crise” (RIBEIRO 2018, p. 107), diz ele. Rodeado de figuras públicas importantes no destino da política nacional de ensino e instituições históricas na luta pela consolidação da ciência e da pesquisa no país, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC, o sentimento era o mesmo em relação ao papel da Universidade. E qual era esse sentimento?

Nós nos recusávamos a aceitar a universidade de mentira que se cultivava no país, tão insciente de si como contente consigo mesma. O que ela gostava era de fazer cerimônias solenes, em que meu amigo o reitor Pedro Calmon, dizia aplaudidíssimos discursos de contentamento pleno com a bobaginha que tinha e que chamavam de “universidade brasileira” (RIBEIRO, 2018, p.107).

Bem, Darcy Ribeiro está, em 1985, se referindo à década de 1960 quando a UnB foi concebida e tornada possível pelo então presidente Juscelino Kubitschek. Essa descrição que ele faz da velha Universidade em crise não é nada diferente da nossa Universidade atual, é possível arriscar sem temer. Quero dizer que o que domina a nossa Universidade é a ostentação dos cargos, dos títulos acadêmicos que conquistamos e carregamos, da produção esfomeada para preenchimento de currículo, das cerimônias medíocres para puxar saco de políticos e demarcar nosso espaço de poder. Não passa muito disso. A nossa Universidade ostenta poder, grandes cerimônias, grandes eventos e congressos, ostenta luxo – várias delas –, honrarias concedidas mais a políticos e autoridades do que a quem de fato deveriam interessar, ao povo.

Em suma, esse aspecto da Universidade é uma casca que encobre as razões pelas quais ela não pode se destinar ao povo. É a fachada que esconde o que há de mais degradante e perverso em suas raízes históricas. Encantados que somos pela ostentação e pelos títulos acadêmicos, não prestamos muita atenção à história da nossa Universidade. E essa é justamente a tarefa, diz Darcy Ribeiro nos termos de uma utopia, pois “o Brasil não pode passar sem uma Universidade que tenha o inteiro domínio do saber humano e que o cultive não como um ato de fruição erudita ou vaidade acadêmica, mas com o objetivo de, montada nesse saber, pensar o Brasil como problema” (RIBEIRO, 2018, p.108).

Temos aqui um primeiro aspecto de suma importância nas considerações de Darcy Ribeiro sobre a *Universidade Necessária*, não esta que se encontra esgotada em sua calamidade, mas aquela capaz de impulsionar o saber e a cultura nacionais de tal forma que conduza o país a superar sua condição dependente. A primeira tarefa da Universidade deveria ser pensar o Brasil. Bem, isso não foi feito. Por quê? Porque a nossa Universidade nasceu colonizada. Ela se projetou e foi pensada

com uma mentalidade colonizada e a partir de um extrato europeu, mais especificamente de um certo “figurino francês”. Os nossos cursos universitários, em sua grande maioria, são uma demonstração disso. O próprio Darcy Ribeiro falava da sociologia brasileira como uma espécie de “cavalo de santo” da sociologia francesa. Ou seja, uma sociologia que não tem voz própria e que não é dominada por um pensamento sobre o Brasil e sobre a condição social dos brasileiros. Não expressa as necessidades nem os anseios do povo brasileiro, esse povo de maioria esmagadora que vive em situação de penúria social.

Essa crítica feita por Darcy Ribeiro é retomada pelo professor Nildo Ouriques, da Universidade Federal de Santa Catarina, quando escreveu um importante livro, *O colapso do figurino francês*, sobre o processo de ruptura que é preciso levar a cabo com o modelo francês que domina o pensamento social brasileiro. Ele tenta mostrar como o pensamento sociológico brasileiro (e isso serve também ao pensamento filosófico) não consegue dar conta dos problemas nacionais, os problemas que nos atingem diretamente e nos interessam, com esse extrato europeu que domina as Universidades brasileiras. O ponto forte de sua análise é a urgência em exorcizar essa forma de pensamento cativo que reforça a condição dependente da própria Universidade. Essa crítica é retomada em outra obra, *Crítica à razão acadêmica*, desta feita em colaboração com o professor Waldir Rampinelli, em que as vísceras do *modus operandi* da academia são expostas de modo a constranger os intelectuais mais progressistas.

Ou seja, de fato, é inconcebível que a sociologia brasileira se interesse mais pela obra do Pierre Bourdieu do que pela obra de Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, mesmo Darcy Ribeiro, dentre tantos outros nomes importantes ainda em anonimato. É inconcebível que a Universidade brasileira tenha um número tão insignificante de produção acadêmica

sobre os povos indígenas, sobre o povo negro e suas lutas, sobre a classe trabalhadora. Certamente há muitos trabalhos nessa área, mas ainda insuficientes para alterar a condição degradante em que se encontram os povos originários e os trabalhadores. É assustador que a nossa Universidade tenha uma produção irrisória a partir de autores nacionais e produza muito mais sobre as obras de autores europeus e norte-americanos.

O projeto da Universidade de Brasília, a UnB, foi concebido como alternativa à velha Universidade em crise e como modelo para um novo e arrojado programa de ensino superior que integraria as faculdades e institutos centrais e colocaria o conhecimento em circulação como um bem público. Em 1962, logo após a publicação da lei que autorizou a fundação da UnB, Darcy Ribeiro publicou *A Universidade de Brasília* em que apresentou toda a estrutura da Universidade, seu funcionamento, suas diretrizes, perfil de professores e estudantes e tudo o mais que se poderia exigir de uma Universidade para um ensino de excelência voltado à causa das necessidades reais do povo brasileiro. Mesmo em relação à cidade de Brasília ele já sinalizava os ganhos com a fundação de uma nova Universidade, pois sua tarefa seria “dar à população de Brasília perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo” (RIBEIRO, 2011, p.20).

Quero tentar mostrar daqui por diante alguns aspectos que considero importantes até que alcancemos a aposta de Darcy Ribeiro na *Universidade Necessária*, apesar de que ele mesmo não faz uma coisa separada da outra. A crítica da Universidade brasileira, o diagnóstico de sua calamidade, já contém em si os elementos da *Universidade Necessária*. Esses aspectos que vou apontar me parecem ser a grande enrascada na qual entramos e da qual teremos ainda muita dificuldade de escapar. O primeiro aspecto, portanto, gostaria que fosse a questão do fracasso educacional brasileiro.

É uma formulação do Darcy Ribeiro bastante citada, mas sempre sem o entendimento do que está em jogo na formulação. Não é raro ouvir de pesquisadores e professores, ou ler de especialistas em educação, que o Brasil fracassou em seu projeto educacional, que a escola fracassou, que o ensino está nessa situação degradante devido ao fracasso dos nossos governantes, que falta vontade política para que avancemos no nosso projeto de ensino público. Mas não é nada disso. O que atesta a calamidade da nossa Universidade não é o fracasso, como algo que tinha tudo para certo e deu errado, mas trata-se de uma grande façanha, como algo que foi programado para que as elites fossem bem sucedidas. Um dos grandes momentos de lucidez na organização do ensino no país foi evitar a universalização do ensino. Darcy Ribeiro volta sempre a esse ponto porque entendia e defendia que a educação básica deveria ser oferecida de modo universal e o caminho para isso deveria ser a federalização do ensino.

Diferente de outros países latino-americanos e europeus que conseguiam universalizar o ensino a partir de reformas estruturais, o Brasil se empenhou em evitar isso que seria catastrófico para os interesses do Império e das elites que se sucederam na condução do destino do país. Conceder aos municípios e aos estados (prefeitos e governadores, portanto) a gestão do ensino básico era a grande artimanha para garantir o sucesso do empreendimento educacional. Ou seja, àqueles que mais interesse tinha em manter o povo iletrado, analfabeto e chucro era destinada a tarefa de promover o ensino. Daí que boa parte da nossa história política pode ser contada com o jargão do “voto de cabresto”. Daí também que a educação, não demorou muito, se tornou um grande negócio disputado no mercado. Com o que a política se preocupa? Com o ganho eleitoral que a educação pode dar. É por isso que não há qualquer projeto de ensino. Não é interessante para a classe política que domina os interesses públicos, muito menos para a elite empresarial desse país, que haja educação pública.

Educação é coisa de oportunidade, de momento, nunca foi prioridade do estado brasileiro e está longe de sê-lo.

Por que, de cima a baixo, do governo federal, passando pela política estadual de ensino, chegando ao município, professores são tratados com tanto descaso? Por que os nossos governantes têm tanta raiva da educação, mas dela se servem nos processos eleitorais? É aqui que Darcy Ribeiro é cirúrgico:

A eficácia total, entretanto, eficácia diante da qual devemos nos declinar, aquela que é realmente o grande feito que nós, brasileiros, podemos ostentar diante do mundo como único – é a façanha educacional da nossa classe dominante. Esta é realmente extraordinária! É por isso que eu não concordo com aqueles que, olhando a educação desde outra perspectiva, falam em fracasso brasileiro no esforço para universalizar o ensino (DARCY, 2015, p. 24).

E o arremate de Darcy é fantástico porque nos desconcerta. Diz ele, ainda no mesmo texto, “Eu acho que não houve fracasso algum nessa matéria, mesmo porque o principal requisito de sobrevivência e de hegemonia da classe dominante que temos era precisamente manter o povo chucro”. Lendo Darcy Ribeiro de forma mais rigorosa não é difícil entender o motivo de tanta “indiferença” com a educação. Mas não é indiferença como mera “falta de interesse”. É indiferença programática que se tornou estrutura do nosso sistema político porque ele é dominado pelas elites. Até mesmo no imaginário social há um certo descaso das pessoas com o ensino público em geral (quando pedem pela privatização do ensino, ou quando viram as costas para as greves de trabalhadores da educação). Então, penso que é nessa chave que é preciso ler o projeto educacional brasileiro e a estruturação da nossa Universidade.

Quero dizer que o descaso, a indiferença, o ódio pelo ensino público, tudo isso está arraigado na nossa sociedade que encontra nas elites o que há

de mais perverso em seu projeto de reserva cultural somente para si. Esse é o elemento estruturante do projeto bem sucedido da educação brasileira. É preciso repetir, mais uma vez e muitas vezes mais, esse projeto bem sucedido é o projeto perpetrado pelas elites brasileiras de garantir para si as regalias e os privilégios, do Império à República, da Velha República à Ditadura, da Ditadura à Nova República. Ou seja, o Brasil nunca deixou de perpetrar esse projeto bem sucedido de atraso nacional e isso não seria possível sem que a educação do povo fosse colocada na conta do fracasso. Por isso fracassar é propósito, não é contingência.

Outro aspecto bastante tematizado por Darcy Ribeiro e que merece a nossa atenção é o pensamento da utopia coletiva em relação ao futuro da Universidade pública. Ele já reclamava desse parasitismo que dominava a Universidade dos anos 1960, do individualismo e do umbigo que tomaram conta das Universidades e que a conduziram inevitavelmente à decadência. Darcy Ribeiro era um utópico, tinha propósitos bem firmados no chão, mas elevava esses propósitos ao nível de um pensamento radicalmente universal. Quero dizer, ele vislumbrava, em chave utópica, uma Universidade enraizada no solo brasileiro, uma Universidade que fosse capaz de problematizar as questões nacionais, única forma de o país se libertar do atraso e da dominação das elites. “Uma Universidade”, diz ele, “que não tem um plano de si mesma, carente de sua própria ideia utópica de como quer crescer, sem a liberdade e a coragem de se discutir amplamente, sem um ideal mais alto, uma destinação que busque com clareza, só por isto está debilitada e se torna incapaz de viver o seu destino” (DARCY, 2018, p. 111).

A utopia de Darcy Ribeiro era universalizar a educação de modo que os pobres tivessem condições objetivas de uma vida digna, que a riqueza do país fosse distribuída de tal forma que nenhum indivíduo passasse fome, que nenhuma criança ficasse sem escola e educação, que a

Universidade tivesse liberdade e coragem para projetar a si mesma como elemento revolucionário. E esta é a função da utopia. Mais uma vez, é importante citar textualmente sua perspectiva utópica.

Esta é a função da utopia: ordenar e concatenar as ações, para fazer frente ao espontaneísmo fatalista e, sobretudo, para impedir que os oportunistas façam prevalecer propósitos mesquinhos. Impedir que o professor tal, muito competente às vezes em seu campo, porém, com mais talento ainda para puxar o saco do ministro tal, para adular o senador tal (o governador, o prefeito...), a fim de que o seu pequeno reino da universidade cresça mais que a universidade como um todo. Esta eficácia daninha destrói a universidade, tal como o câncer destrói um corpo. É um parasita que vive da carne da instituição que habita (DARCY, 2018, p. 111).

É algo delicado, que mexe com suscetibilidades, mas não podemos nos furtar a fazer pelo menos uma referência a isso, inquietos que ficamos com esse constrangimento fornecido pela crítica de Darcy Ribeiro. O que são nossos eventos acadêmicos no Brasil senão o espaço para o desfile desse tipo parasita? Ele circula livremente, e sorridente, com o seu currículo lattes estampado na testa, com sua pesquisa profunda do conceito x ou y em fulano de tal, dá carteirada quando é questionado por algum estudante ralé de graduação ou mestrado...(você não leu direito! Você não entendeu o autor! Se você soubesse ler no original, talvez você entendesse melhor! Fui aluno do Heidegger! Fui orientado por Deleuze! Fui amigo pessoal do Foucault! E as carteiradas não param... Alguns desses parasitas só chegam a reconhecer como pares os de mesma titulação e da mesma paróquia conceitual. Eles encarnam o seu filósofo e são incapazes, por vaidade e mesquinhez, de fazer a crítica mais honesta, aquela probidade intelectual reclamada por Nietzsche em *Além de Bem e Mal*. De todo modo, são incapazes, com toda a pedra do saber que carregam na barriga (como dizia Nietzsche de alguns historiadores), de pensar as questões da sua própria

rua. Problematizar o Brasil passa longe da perspectiva desse sujeito. E aqui reside um dos maiores problemas: não se trata de um indivíduo ou outro, um pesquisador ou outro, mas é o que domina a nossa Universidade. É a música que ela dança e nós dançamos com ela, somos capturados para dentro desse cercadinho onde os pavões desfilam suas penas em competição ininterrupta. E o pior, dormimos com a boa consciência do trabalho realizado sem nos darmos conta de que somos cúmplices do nosso próprio atraso. “A dura verdade é que nós, universitários”, informa Darcy Ribeiro,

temos sido e somos, também nós, coniventes com o atraso do povo brasileiro. Somos coniventes com o projeto que fez de nós um povo de segunda classe, dentro da civilização a que pertencemos. Como negar que tivemos, como nação, um desempenho medíocre? É evidente que sim, mas cabe perguntar quais são os fatores causais desta frustração (DARCY, 2018, p. 112).

Um dos grandes legados de Darcy Ribeiro está em nos alertar para a nossa conivência com esse escândalo que é o atraso cultural do nosso povo, com a miséria do povo brasileiro. Pelo texto de Darcy Ribeiro é de se notar que a Universidade tomou outro rumo que aquele necessário para se pensar o país. Desde sempre a Universidade virou as costas para os problemas nacionais e se dedicou, colonizada que era (e ainda é...), a se ajoelhar aos princípios e ao modo de ser do modelo europeu. O que se passa aqui? Acontece que a Universidade responde a um comando de classe. Ela foi forjada para responder a esse comando. Um exemplo claro disso está no fato de que uma das ideias mais fortes e vigorosas das elites brasileiras, principalmente as elites industriais, é a exportação de produtos. E nós, aqui embaixo, celebramos o fato de o Brasil ser o maior exportador disso e daquilo. Nos orgulhamos disso. Mas logo em seguida a realidade nos dá

um tapa na cara ou um chute no estômago. Como explicar que um país que é o maior produtor de soja do mundo, junto com os Estados Unidos, tenha seu povo passando fome? Como explicar que um país que é o segundo maior exportador de carne do mundo tenha seu povo passando fome? Como explicar que um país que tem um mercado imobiliário superaquecido, com a construção civil sempre em alta, um contingente expressivo de pessoas não tenha onde morar? Como explicar que um país que tem um dos maiores conglomerados de Universidades públicas [e privadas] (mas deixo essas sob suspeita...), com tantos pesquisadores financiados por agências de fomento (agora não mais...), tantos pesquisadores formados nas maiores Universidades da Europa e dos Estados Unidos, não consiga fortalecer a Universidade e protegê-la dos riscos inimigos? É preciso dizer, na questão geral, que a causa disso está, segundo a letra de Darcy Ribeiro, num certo discurso das classes dominantes que se estruturou na nossa sociedade e estruturou a nossa Universidade.

É preciso entender bem, sem deixar-se iludir, que o discurso explicativo das classes dominantes, que ressoa por toda a parte, apesar de tão absurdo é da mais extraordinária atualidade e funcionalidade. Nele, se assentam políticas governamentais muito presentes. Por exemplo, a justificativa de que precisamos produzir para exportar é dada como uma compensação da nossa pobreza. A afirmação de que necessitamos de capital estrangeiro, quando é evidente que ele nos sangra e que somos de fato um país exportador de capital, também se funda na ideia esdrúxula de que somos, ainda, um país por fazer, uma área por colonizar, que estaria até hoje por civilizar (RIBEIRO, 2018, p.113).

É justamente no epicentro desse cenário que está a Universidade brasileira. Então ela não poderia ter outro destino senão esse em que hoje ela se encontra, de cumprir esse papel fraudulento de multiplicação das desigualdades sociais e sua impostura científica de ser conivente com o

atraso cultural engendrado pelas elites nacionais. Ora, precisamos então nos perguntar, com Darcy Ribeiro, qual o destino da nossa Universidade? Qual Universidade nos é necessária para encampar outras formas de luta contra a opressão, contra a miséria, contra o atraso, contra a ignorância? Qual utopia deve orientar o futuro da nossa Universidade?

Penso que um primeiro esboço de resposta está na autonomia que precisa ser exigida pela comunidade universitária a fim de constituir um horizonte próprio de formação acadêmica, de liberdade de ensino e pesquisa, de enfrentamento com as forças políticas vigentes sem a ingerência política de governos. Muitos dirão, como disseram a Darcy Ribeiro, que isso é a mais pura utopia. Pois bem, é isso mesmo. Longe do conformismo que nos assola, a *Universidade Necessária* depende da condição de ser autônoma política e intelectualmente de modo que possa realizar o que é de fato urgente, colocar as necessidades do povo pobre desse país na sua agenda.

Darcy Ribeiro não deixou de denunciar o descalabro que é a nossa Universidade, tanto por razões históricas quanto por comodismo de sua estrutura viciada. De todos os ângulos, uma afronta ao nosso presente e ao nosso futuro. Num país com mais de 50 por cento da população negra, a Universidade é predominantemente ocupada por pessoas brancas. Ela é branca. O que acontece no nosso sistema de ensino público, em que as crianças negras não atravessam o sistema e por isso não chegam à Universidade? Por que a Universidade, ela mesma, é incapaz de denunciar, até mesmo reconhecer, essa atrocidade que é o seu racismo institucional? Outra pista importante a ser considerada é essa farsa curricular e esse discurso hipócrita da interdisciplinaridade e que é preciso denunciar. Nossas Universidades se tornaram mesmo num Império dos especialistas, cada um encastelado no seu gabinete, na sua “tese”, no seu curso, na sua verdade.

Darcy Ribeiro concebia a Universidade como “centro cultural autônomo e criativo”, espaço para frequência de artistas que pudessem dar cursos livres, que pudessem conviver com a dinâmica da vida universitária, que ajudassem a compor uma comunidade universitária. Uma Universidade literalmente aberta à composição com os movimentos da cidade, aos agenciamentos criativos com indivíduos e grupos interessantes. Essa é a direção de uma *Universidade Necessária!* A Universidade como uma potência criativa, potência de conhecimento, mas conhecimento do seu próprio solo, do seu próprio país, do seu próprio povo e suas necessidades. “Uma Universidade se faz é com gente”, diz Darcy Ribeiro entusiasmado com a criação da UnB (2018, p.118), “é com gente competente, e com gente muito competente”.

Extensão do modo das relações institucionais diversas, a Universidade padece de um mal crônico que é preciso combater ostensivamente. “É preciso impedir todo compadrismo. É preciso exterminar todo filhotismo. É preciso vedar todo protecionismo”. Esse espírito paternalista da nossa Universidade, “de achar que quem entrou, por medíocre que seja pode ir ficando; que um professor-auleiro deve ser deixado aí cumprindo seu papel, ainda que o faça muito mediocrementemente, mata a Universidade”.

Não se pode, no entanto, entender mal essa sentença de Darcy Ribeiro. Não se trata em hipótese alguma de instituir a polícia universitária, algo, aliás, muito comum nos discursos privatistas do ensino público e na excessiva burocracia universitária. Não se trata de exterminar professores em virtude do seu desempenho baixo ou da sua falta de produção. Não é isso. Trata-se de um critério de valor indispensável à Universidade. Ser professor não é “bico”, dar aula não é fazer “gambiarra”, atuar de “improviso”. Isso é irresponsabilidade do nosso sistema de formação. É isso que é preciso evitar. A fórmula para isso é a Universidade ter a

capacidade de pensar a si mesma, seu destino, em virtude daquilo que ela tem como causa primordial. A Universidade não pode se dar ao luxo da incompetência, do paternalismo e da vaidade dos carreiristas que se aposentam sem nunca terem contribuído efetivamente com as necessidades do país. “Isso aqui”, afirma Darcy Ribeiro (2018, p.119), “não é carreira militar que pode ser gerontocrática e hierárquica, porque de fato eles (os militares) não precisam fazer guerra nenhuma. Nós sim, temos que travar nossa guerra contra o atraso, e nela só se vence com competência”.

Darcy Ribeiro, esse intelectual inquieto com um Brasil que não deu certo e que transfigurou toda a sua inquietude em imaginação política. Criador do Parque Nacional do Xingú, na Amazônia, o Museu do Índio, projetou duas Universidades brasileiras e tantas outras em países da América Latina, esse nacionalista, inconformado com a superexploração do povo pelas elites, não cansou de esboçar em sua vasta obra um projeto utópico de Universidade. Uma *Universidade Necessária*.

Referências

- RIBEIRO, Darcy. **Educação como prioridade**. Seleção e organização de Lúcia Velloso Maurício. São Paulo: Global Editora, 2018.
- RIBEIRO, Darcy. **Ensaio Insólitos**. São Paulo: Global Editora, 2015.
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- RIBEIRO, Darcy (org.). **Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil**. Florianópolis: Editora Insular: 2015.

RAMPINELLI, W; OURIQUES, N. **Crítica à razão acadêmica**. Vol. 1. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL COMO VETOR DE LIBERDADE E RECONHECIMENTO SOCIAL NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES

Marta Ribeiro Grave

Antônio Dimas Cardoso

Introdução

Nos estudos interdisciplinares, envolvendo diversas áreas de conhecimento das ciências sociais, as discussões sobre “processos socioeconômicos e as relações Estado, mercado e sociedade civil” (PPGDS, 2020) têm desafiado docentes e discentes, notadamente os da pós-graduação, a se debruçarem analiticamente a respeito dos temas associados ao fenômeno das desigualdades sociais, em suas inúmeras dimensões, amalgamando empiria e teoria. Nesse prisma, os estudos adquirem uma dimensão hermenêutica, crítica, sobretudo quando o foco de análise se direciona às possibilidades objetivas de qualificação do desenvolvimento nas sociedades.

Sabe-se que as teorias do desenvolvimento, nos estudos das sociedades contemporâneas, fundamentam boa parte das discussões acadêmicas sob o paradigma do crescimento e processos econômicos-

materiais, principalmente sob a dimensão funcional-estruturalista ou mesmo do marxismo clássico, nas modalidades de acumulação e exploração da força de trabalho, principalmente. Sem pretender negligenciar tais aspectos fundamentais na estruturação das sociedades, o que se pretende neste texto é dar centralidade à problemática do reconhecimento social, no sentido proposto por Axel Honneth (2003, 2015, 2017), mas também por Nancy Fraser (2010), dando ênfase ao debate do problema da distribuição e redistribuição num quadro de desemprego crescente. Estes dois autores contemporâneos, principais expoentes da teoria do reconhecimento, cada um à sua maneira, propõem para todas sociedades a adoção de um Rendimento Básico Incondicional – RBI – como um dos vetores de combate às desigualdades sociais.

A afirmação de valores humanitários, no atual contexto político-institucional de refluxo das conquistas democráticas, de exacerbação das desigualdades e situações de desrespeito para com o outro, põe em evidência a contribuição da teoria crítica do reconhecimento social, notadamente no que diz respeito a busca de alternativas sociais; assim como a retomada da sociologia da moral de Émile Durkheim (2016) nas discussões sobre desenvolvimento social, incluindo as análises de experiências de François Dubet (2003), em sua “sociologia da experiência”, e outros autores contemporâneos, em diálogo com a filosofia social de Hannah Arendt (2008).

Teremos condições, a este ponto, de enfrentar objetivamente o problema da naturalização das desigualdades? Reencontraremos os valores da solidariedade e da participação democrática em meio à violência cotidiana, reproduzida, banalizada e propagada? Realçar este problema, composto por muitas e complexas variáveis, não é, certamente, tarefa fácil. Por esse motivo, não é intenção deste trabalho propor ou teorizar sobre soluções dadas, únicas, estanques. O que se pretende, pelo contrário,

é assumir o potencial da contribuição das ciências sociais – e suas teorias do desenvolvimento – para a formulação de saídas para a crise moderna e para a enfrentamento de seus paradoxos; e, quando muito, apontar vetores de luta por reconhecimento que podem contribuir para a vitalização dos indivíduos a uma perspectiva mais humana da vida social.

Paradoxos da modernidade: autonomia dos indivíduos, desigualdades capitalistas e novos registros de desigualdade

É comum que condições sociais como, por exemplo, o desemprego ou as desigualdades de classe sejam atribuídas a comportamentos ou escolhas individuais, sem que suas condicionantes sociopolíticas sejam reconhecidas ou relevadas. Mundialmente, trabalhos vulneráveis ou precários aumentam, enquanto altos níveis de desemprego se mantêm praticamente inalterados, ano após ano. Entre os trabalhadores, segundo a Organização Internacional do Trabalho, a tendência é que o ritmo de redução da pobreza diminua (ONU, 2018). No entanto, aos desempregados e empobrecidos é recorrente que se apontem dedos punitivos, sustentados por discursos questionadores em torno do mérito e das escolhas individuais.

Os paradoxos e as desigualdades da modernidade capitalista parecem alimentar um crescimento global da extrema direita e a retomada de sentimentos nacionalistas. A adoção de políticas sociais e trabalhistas no advento do Estado de Bem-Estar Social contribuiu para uma importante *medianização* da estrutura social sem, no entanto, ter estimulado processos estruturais de politização ou de aprofundamento democrático. Sabemos que o capitalismo é inerentemente problemático e tendencialmente injusto, com sua propensão estrutural para gerar desigualdades e, logo, relações de dominação. O intelectual português Gonçalo Marcelo chega a considerar que há uma falta de imaginação hermenêutica de algo verdadeiramente

inovador como conteúdo de uma agenda progressista. “A força com que se consegue dizer ‘não’ ao capitalismo e clamar por uma alternativa ainda não é acompanhada da clareza suficiente relativamente a essa alternativa” (MARCELO, 2018, p. 97).

Talvez não exista, ao redor do mundo, um princípio tão consensual quanto o da igualdade. O triunfo do projeto iluminista significou também uma espécie de novo contrato social. Conforme constata François Dubet, “todas as filosofias políticas ou sociais, incluídas as mais liberais, mesmo quando justificam certas desigualdades reais, postulam uma «igualdade de alguma coisa» entre os homens”, assim como “a quase totalidade das sociedades nacionais conhece um desenvolvimento mais ou menos sensível das desigualdades” (DUBET, 2003, p. 21).

Este consenso aparente não impede que a modernidade se multiplique em inúmeras e diversas desigualdades. No contexto das sociedades modernas, o valor da igualdade democrática confronta-se, não raras vezes, com a engrenagem do sistema capitalista, que acirra desigualdades por meio dos seus mecanismos de exploração, acumulação e dominação.

A partir da análise das relações próprias da sociedade industrial “clássica”, Dubet aponta a importância da intervenção pública para atenuar as desigualdades de classe. É justamente a partir da negociação e da regulação política dos conflitos gerados pela desigualdade que a igualdade parece possível e, mais do que isso, compatível com o caráter estrutural da primeira. “Em outras palavras, o encontro da igualdade democrática e das desigualdades capitalistas gera a formação do Estado-Providência e de um sistema de proteções e direitos sociais” (DUBET, 2003, p. 28).

No que toca à concretização da igualdade, também o trabalho cumpre um papel preponderante. É a partir dele que se “organiza a coesão e a integração social” (DUBET, 2003, p. 28). O que importa deixar claro,

no entanto, é que, nas sociedades salariais, as principais desigualdades também provêm do trabalho, na medida em que a relação dos indivíduos com o emprego pode significar incerteza ou precariedade, mais do que integração e estabilidade. A centralidade da relação com o trabalho na análise das desigualdades torna-se ainda mais evidente a partir das consequências do desemprego, já que este constitui “a mais flagrante das desigualdades, atingindo (...) grupos sociais muito «tipificados»: os jovens, os menos qualificados, os mais idosos, as mulheres, os imigrados e seus filhos” (DUBET, 2003, p. 35). Perante o declínio da sociedade assalariada, a fronteira entre setores integrados e excluídos reconfigura-se – após uma tendência de *medianização* (no sentido de incorporação ou nivelamento das diferentes classes a um padrão considerado médio), afirmada e proporcionada pelo advento do Estado Previdência, a instabilidade do mercado de trabalho aumenta e multiplica as desigualdades reais.

Um olhar sobre o processo histórico contribui, como se vê, para compreender o papel estrutural, fundante, das desigualdades de classe no universo das disparidades sociais. Dubet apelida-as de “desigualdades capitalistas” e reconhece a abordagem funcionalista a que a sociologia tende, já que é comum que as desigualdades sejam entendidas como um fenômeno que provê e mantém o sistema, com consequências nas relações culturais e perspectivas de mundo associadas a determinados grupos ou setores (2003, p. 26). Esta representação da igualdade de princípio como variável dependente das desigualdades de classe, embora importantíssima, talvez não seja bastante para compreender a(s) crise(s) contemporânea(s). Que espaço ocupam, nesta análise, as identidades individuais, as subjetividades da diversidade e da vivência humana?

Embora as relações de dominação se mantenham – contrariando, na prática, o tal consenso em torno da igualdade de oportunidades e de direitos – as relações de classe tornam-se insuficientes para explicá-las.

Evidenciam-se desigualdades novas, múltiplas, específicas – étnicas, de gênero ou geração, por exemplo – às quais Dubet chama de “novos registros de desigualdade” (2003, p. 39). Reconhecer a diversidade dos indivíduos implica assumir que as desigualdades não são homogêneas, assim como recusar noções abstratas de igualdade social.

A concepção moderna do indivíduo nunca afirmou outra coisa além do elo de necessidade entre a igualdade e a liberdade, o que produz uma definição “heroica” do sujeito que se constrói a si próprio, que se torna autor de sua vida, de seus êxitos e de seus fracassos. O fato deste ideal nunca ter sido realizado de maneira perfeita, longe disto, não impede que ele se imponha como a única norma de igualdade suscetível de produzir desigualdades elas próprias aceitáveis (DUBET, 2003, p. 53).

Para Dubet, de fato, a afirmação da igualdade de todos é indissociável do *domínio de si* próprio da modernidade. Por esse motivo, defende que a igualdade social não pode anular as particularidades resultantes dos méritos ou projetos individuais. Embora, à primeira vista, esta constatação possa parecer individualista – até mesmo egoísta – seu desdobramento revela justamente o contrário:

o respeito e o reconhecimento se impõem a partir do momento em que as desigualdades de mérito e de desempenho não afetam a dignidade das pessoas. Deste ponto de vista, o desprezo aparece como uma confusão das esferas de justiça, quando as desigualdades de desempenho invalidam os indivíduos enquanto sujeitos livres e iguais (DUBET, 2003, p. 63).

É a partir desta provocação que, deste ponto em diante, se passará a tratar da centralidade dos conceitos de liberdade e política para problematizar as desigualdades próprias das sociedades contemporâneas.

A (própria) liberdade como condição coletiva

À semelhança do que acontece com o princípio da igualdade, também a liberdade provoca fáceis consensos. De uma forma geral, as pessoas são defensoras da ideia de ser livre, mesmo que a concretização da liberdade assuma contornos abstratos, até duvidosos, na vida cotidiana. Nas sociedades modernas, liberdade quase se confunde com individualismo, julgando-se alicerçada pura e simplesmente no exercício da autonomia e da vontade de cada um.

O pensamento liberal – do liberalismo clássico ao neoliberalismo – imprime certa liberdade a aspectos da ordem econômica que influenciam e/ou (des)regulam a vida social. A noção de “livre mercado” constituiu-se historicamente como uma lei natural. Os economistas clássicos ofereceram sustentação teórica e ideológica ao processo de dominação e acumulação burguesa, isto é, de ascensão ao poder da classe capitalista. No contexto histórico da Revolução Industrial, em que se consolidavam ideias favoráveis às liberdades individuais e à limitação da atividade estatal, a noção de que “o bem-estar da sociedade está ligado ao do indivíduo” abriu caminhos para a consolidação do *laissez-faire* como expressão-símbolo do liberalismo econômico (HUBERMAN, 1981, p. 21).

Esta ótica privilegia, até hoje e aparentemente a qualquer custo, mudanças que impulsionem o progresso econômico, mesmo quando estas são causadoras de profundas desarticulações ou desigualdades sociais. As consequências da ação do livre mercado – e dos mecanismos de exploração e acumulação característicos do sistema capitalista – impõem, na prática, limites ao exercício de ser livre. A este ponto, parece sensato assumir que é difícil que a liberdade, embora acordada e defendida, se concretize efetivamente num contexto de contradições e condicionalidades – enfim, de desigualdades.

Se é realmente livre e invisível a mão que regula o mercado, que regras poderiam exercer sobre ele alguma autoridade, tendo em vista a efetivação de dois valores tão caros quanto a igualdade social e a liberdade dos indivíduos? Para Durkheim, o mesmo controle – ou disciplina – que se aplica às relações sociais: a moral.

Esta ideia é defendida pelo sociólogo francês no capítulo *Economistas e Sociólogos*, que integra a obra *Ética e Sociologia da Moral*, de 1887. Influenciado pelas análises de um grupo de teóricos alemães, Durkheim discorre sobre a importância reguladora da ética, não só no que às relações sociais diz respeito, mas também às atividades econômicas.

Importa esclarecer, a este ponto, que a moral é entendida por Durkheim como o conjunto de regras que determina a conduta nas diversas situações da vida cotidiana. Relaciona-se, por isso, com a ação social, hábitos coletivos, atitudes; com aquilo que motiva a forma como os indivíduos agem (DURKHEIM, 2016, p. 21). Uma vez que corresponde aos valores que regem a ação humana inserida na convivência social deve reconhecer-se o seu caráter normativo. Nesse sentido, pode afirmar-se que é justamente a partir do controle que advém da moral – que disciplina as atividades sociais e adequa condutas – que a integração social é possível.

Sem nos propormos discutir as bases últimas da ética, parece-nos indiscutível que a função prática da moral é na realidade tornar a sociedade possível, ajudar as pessoas a viverem juntas sem muitos prejuízos ou conflitos, em resumo, dar salvaguarda aos grandes interesses coletivos (DURKHEIM, 2016, p. 18).

É nesta dimensão de disciplina atribuída à moral que reside sua relação com a economia política. Para o autor, dada a sua pouca moralidade, as atividades econômicas requerem regulamentação social, isto é, precisam ser controladas socialmente, subordinando a dimensão

da utilidade privada à da utilidade pública. Ao contrário do que acontece com os teóricos da economia clássica inglesa, a escola alemã – que, como já referido, influenciou esta obra de Durkheim – admite o caráter ético da economia. Mais do que as leis naturais, são os componentes morais, ligados aos valores e à conduta, que devem determinar os sistemas econômicos, atribuindo-lhes a forma exigida pelo interesse público. Esta noção contraria a ideia liberal, já referida, de que o bem-estar da sociedade está ligado ao do indivíduo:

Para os economistas alemães, ao contrário, os interesses do indivíduo e os da sociedade nem sempre são coincidentes. Como é diferente da soma aritmética de seus cidadãos, a sociedade tem em cada uma de suas funções seus próprios objetivos que superam infinitamente os do indivíduo e que nem sempre são do mesmo tipo. Seus fins não são os nossos, apesar de sermos obrigados a lutar por eles (DURKHEIM, 2016, p. 19).

A subordinação dos interesses particulares aos interesses coletivos contradiz, também, a noção utilitarista e individualista própria do ideário liberal, que tende a relacionar-se com noções de liberdade absoluta dos indivíduos. A liberdade moral, por sua vez, é orientada pela responsabilidade pública, pela ética do bem comum. Neste sentido, a liberdade diz mais respeito ao ato de expressar, na própria qualidade de livre, uma condição coletiva, social, do que a agir de acordo com vontades individuais.

Em diálogo com a economia política, este debate pode ser relacionado com o equilíbrio entre a autorrealização individual e a demanda pela justa distribuição do que é produzido socialmente:

Como [a sociedade] tem necessidades próprias, algumas das quais são materiais, o ser social institui e organiza para satisfazê-las uma atividade econômica diferente da que exerce um indivíduo qualquer ou a maioria dos cidadãos, mas que é exercida pela nação em conjunto. (...) A economia privada

só tem lugar na ciência como um elemento da economia coletiva, que se transforma assim no tema imediato da economia política. Em outras palavras, a ciência da economia trata prioritariamente dos interesses sociais e, apenas como consequência, dos individuais (DURKHEIM, 2016, p. 18).

Tendo problematizado a respeito da dimensão moral da atividade econômica, que relação resta estabelecer entre a superação das desigualdades e a liberdade? A naturalização das desigualdades parece assente na falta de reconhecimento ou, em outras palavras, na aceitação da precariedade (dos outros) como sendo algo necessário e até mesmo justo (HONNETH, 2003). De que forma a moral, subordinada ao bem comum, pode contribuir para atenuar os conflitos resultantes dos novos tipos de dominação?

Não se trata, à partida, de aplicar a mesma receita do século XX. O movimento de racionalização próprio da sociedade pós-industrial atribuiu ao conceito de igualdade uma característica homogeneizadora. A chamada “sociedade da igualdade” revelou-se, na verdade, pouco reconhecedora das intersubjetividades e das experiências culturais particulares. Muitas vezes, inclusões jurídicas não alteraram com profundidade os efeitos desarticuladores dos mecanismos de exclusão social (TOURAINÉ, 1999).

Procurar superar a concepção individualista da liberdade não significa negar a dimensão da autorrealização individual, mas conferir à liberdade uma responsabilidade pública, social. No fundo, a condição coletiva da própria liberdade relaciona-se com a ideia de que “sou livre na medida em que estou em condições de orientar minha ação para objetivos estabelecidos de maneira autônoma ou em relação a desejos autênticos” (HONNETH, 2015, p. 84).

Em *O Direito da Liberdade* (2017), Axel Honneth empreende uma reconstrução normativa retomando os fundamentos clássicos da liberdade. Na obra, o autor apresenta considerações filosóficas, teórico-conceituais, entre noções de liberdade negativa – relacionada com a autonomia e o

exercício da liberdade individual – e liberdade reflexiva ou social, isto é, vivida enquanto experiência recíproca, formada por interrelações.

A ideia da liberdade reflexiva, que em Kant é inteiramente monológica, adquire assim um significado teórico-intersubjetivo que lhe permite estar mais fortemente ancorada nas estruturas sociais do mundo real, já que o sujeito individual só chega à autonomia da autolegislação no socializar-se numa comunidade comunicativa na qual aprende a se compreender como destinatário das normas gerais que, simultaneamente, foi ele próprio que constituiu com todos os demais. (...) Ora, o que se mantém oculto é que tanto o “eu” como também o “nós” só poderiam realizar sua autodeterminação se encontrarem, na realidade social, as condições institucionais que proporcionem a seus objetivos uma oportunidade de realização (HONNETH, 2015, p.70).

Ou, como já apresentava Durkheim:

(...) Independentemente do que já foi dito sobre ela, a liberdade individual não tem em si valor absoluto. Ao contrário, ela tem alguns graves inconvenientes que apenas a sua limitação permite evitar. Nas nossas atuais sociedades, a liberdade só pode ser moralmente boa se for restrita (DURKHEIM, 2016, p. 22).

A reflexão que se propõe é que a dimensão individual da liberdade não pode ser construída sem conexão à dimensão social: ela precisa, portanto, ser moral e restrita, porque referenciada por valores e condutas socialmente construídos e aceites, subordinada à utilidade pública; e reflexiva, logo ampliada para a esfera da objetividade, da concretização histórica, gerada pela experimentação e pela prática social.

Apresentou-se, neste ponto, que a contraposição às desigualdades e à dominação pode passar pela afirmação da liberdade. Num contexto de instrumentalização da vida, de desigualdades e condicionalidades sociais

multiplicadas, de crise das sociedades salariais, de que liberdade se fala, afinal? Daquela regulada pela moral, como a operacionalização de um consenso coletivo. A liberdade reflexiva, social, ampliada para o campo prático, comunitário. Que é socialmente garantida e referenciada, isto é, orientada para o justo acesso de todos ao que é produzido em sociedade. A liberdade que nasce de uma posição intermediária, equilibrada, entre a concretização da autonomia autorrealizada e sua referência na comunidade social.

Numa sociedade, como bem alerta Dubet (2003), em que as desigualdades se multiplicam, a vida moderna exerce tensões no que parecem duas extremidades de uma gangorra: por um lado, o cotidiano hostil, marcado pela concorrência, o individualismo, a racionalização, a insegurança e a competitividade; por outro lado, a necessidade de resgatar a dimensão comunitária e social da vida humana, em que o outro não apareça como suspeito ou concorrente, mas, sobretudo e em primeiro lugar, como pessoa. Trata-se de humanizar a vida, em contraponto à sua racionalização. Mas que espaços restam, efetivamente, para a ação humana, a prática social, para o exercício da liberdade reflexiva?

A esfera pública como arena de concretização da liberdade e da política

Refletiu-se, até este ponto, sobre as relações que se estabelecem entre a pluralidade humana, as novas formas de dominação e as desigualdades sociais contemporâneas. Apesar de ser comum que se associe a igualdade à justiça, procurou-se, em seguida, defender a liberdade como ferramenta de construção de uma sociedade mais igualitária, humana, menos racionalizada e instrumentalizada.

Metodologicamente, a filósofa Hannah Arendt recupera a

originalidade dos conceitos, revisando os preconceitos que, ao longo da história, se cristalizaram em torno dos mesmos. Por este motivo, parece pertinente acioná-la neste momento em que outra questão central se impõe: como pode ser aplicada, operacionalizada, a ideia de liberdade social?

Para Arendt, igualdade não quer dizer, como se tende a assumir, que a mesma lei é aplicada a todos, mas sim que todos têm igual direito à política. No fundo, para a autora, o significado da liberdade é a própria política:

Aqui o significado da política, em contraposição ao seu fim, é o de que os homens, em sua liberdade, podem interagir uns com os outros sem coação, força nem dominação, como iguais entre iguais (...). Para nós isso é difícil de entender por associarmos igualdade ao conceito de justiça, não ao de liberdade, razão pela qual atribuímos um significado equívoco à palavra grega para uma constituição livre, *isonomia*, qual seja igualdade perante a lei. Mas *isonomia* não significa que todos os homens são iguais perante a lei ou que a lei é a mesma para todos, mas que todos têm o mesmo direito à atividade política (ARENDR, 2008, pp. 172 e 173).

Ter o mesmo direito à atividade política é uma ideia fundamental, que dialoga com a tentativa de superar a concepção individualista da liberdade e a noção homogeneizante da igualdade. Arendt explora a dimensão da conduta humana, examinando as potencialidades da relação do ser humano com os seus semelhantes. Isso não quer dizer que discutir a ação humana seja assumir que “só existe o *homem*, da mesma forma como para a zoologia só existe o *leão*” (ARENDR, 2008, p. 144); muito pelo contrário. Tratando-se de política, duas premissas são defendidas pela autora: ela baseia-se “no fato da pluralidade humana” e “diz respeito à coexistência e associação de homens *diferentes*” (ARENDR, 2008, pp. 144 e 145).

Para Arendt, quando a violência se instala e impera é sinal de que a

política perdeu terreno. O poder – no sentido de capacidade humana para agir em conjunto – deixa de existir (ARENDRT, 2008). Por isso, a autora demonstra preocupação com as expressões modernas do totalitarismo, relacionando-as com a separação, muito própria da modernidade, entre a faculdade de pensar e a ação.

De fato, a análise de Hannah Arendt a respeito da promessa da política não é ingênua, nem tampouco otimista. Arendt atribui à política duas consequências: se, por um lado, na sua concepção hegemônica, burocratizada, gera medo; por outro, com motivações quase utópicas, gera esperança. O correr da história, e sua engrenagem de formas de dominação reinventadas, contribuiu para esvaziar a política dos seus sentidos mais originais. Essa deterioração do sentido da política significa consequências tão graves quanto a institucionalização da violência, a reprodução das desigualdades ou o alijamento da participação ativa. Se nos questionamos se a política ainda tem algum significado é porque ela está contaminada por preconceitos “que passaram a exercer um papel cada vez maior e mais legítimo na arena público-política” e “são um reflexo das coisas que partilhamos uns com os outros automaticamente e sobre as quais já não formamos juízos” (ARENDRT, 2008, p. 210).

Combater a burocratização da política passa, pois, por reexaminar preconceitos e recuperar a relação intrínseca entre pensar e agir. O caminho da esperança, antagônico ao do medo, implica entender a potencialidade da política para a formação e revelação de novos “juízos”, isto é, de verdades ofuscadas pelos preconceitos – ideias, ideologias e interpretações do passado que não foram revisadas, criticadas, sequer questionadas. São os preconceitos alienantes que hoje se associam à política como seus sinônimos – como a institucionalização, a representação partidária ou a burocratização do Estado, por exemplo – que afastam as pessoas da ação cotidiana e da participação direta.

O mais curioso nesta relação entre pensamento e ação talvez seja o fato de que Arendt atribui à própria política a tarefa de contribuir para a formação de juízos, “esclarecendo e dissipando preconceitos” (2008, p. 152). Para Arendt, é no agir comunitário que se resgatará o sentido da política enquanto organização e coexistência da diferença. Esse exercício de exame permanente, que pressupõe discernimento e generosidade, depende diretamente da vitalidade da esfera pública.

Se o significado da política é a liberdade, isso quer dizer que nessa esfera – e em nenhuma outra – nós temos efetivamente o direito de esperar milagres. Não por acreditarmos supersticiosamente em milagres, mas porque os seres humanos, saibam eles ou não, na medida em que são capazes de agir, estão aptos a realizar, e realizam mesmo, constantemente, o improvável e o imprevisível.

O enfrentamento às desigualdades, sobretudo as naturalizadas, talvez passe pelo exercício do diálogo e da opinião na sua dimensão mais social, pública. Resgatar o sentido original da política relaciona-se, pois, com o poder e a liberdade de deliberar e agir em concerto. É a partir da retomada da vida comunitária como a verdadeira esfera pública que a sociedade moderna concretizará a política como o *milagre* de colocar processos em andamento.

Aproximação prática: a proposta de Rendimento Básico Incondicional

Tratar das desigualdades e da crise da sociedade moderna associando desenvolvimento e liberdade foi um dos objetivos deste trabalho. De caráter interpretativo, a tarefa encetada neste trabalho foi relacionar diferentes debates teóricos, que visaram a problematização ampla, conceitual e filosófica, com vistas a projetos de redistribuição. Um dos intelectuais

contemporâneos de maior relevo nessa discussão é Nancy Fraser (2010), que é mais enfática do que Honneth na defesa da vinculação entre os conceitos de reconhecimento e redistribuição. Para Fraser, a realização da justiça social pressupõe atualmente tanto redistribuição material quanto reconhecimento cultural. A autora associa mecanismos sociais num mesmo escopo de abordagem: tanto os mecanismos econômicos quanto os culturais; o que para ela exige uma teoria social crítica. Fraser afirma que as esferas da economia e da cultura estão imbricadas na mesma dimensão da vida social.

Apesar do sentido ontológico conferido a este trabalho, julgamos a pertinência de se buscar conexões com propostas que, de forma prática, venham sendo construídas no sentido de enfrentar os conflitos de desigualdade e dominação próprios das sociedades contemporâneas. É com essa intenção que se propõe apresentar de forma breve o Rendimento Básico Incondicional – RBI – enquanto caminho de experimentação possível, que visa, com intencionalidade política e visão prática, desnaturalizar e enfrentar desigualdades, colocando em marcha um projeto mais humanista de desenvolvimento social, com centralidade na redistribuição e no reconhecimento social.

Não se trata, naturalmente, de ter a pretensão de apresentar planos de aplicação orçamentária para o RBI ou de problematizar sua viabilidade no âmbito da realidade social e econômica de determinado país. Essa análise não cabe no âmbito de um trabalho como este. Pretende-se, sobretudo, relacionar a essência da proposta aos três pontos que, a partir de uma abordagem teórica, foram debatidos com centralidade ao longo do artigo: o enfrentamento às múltiplas desigualdades; o domínio da liberdade social ou reflexiva; e a retomada da esfera pública para o centro da política.

O Rendimento Básico Incondicional vem sendo debatido de forma

cada vez mais generalizada, a partir de propostas diversas, até divergentes, devidamente adaptadas às realidades e Constituições de cada país. Testes, debates e consultas públicas a respeito da sua eventual efetivação multiplicam-se um pouco por todo o mundo. No Brasil, por exemplo, a proposta é chamada de Renda Básica Universal ou de Renda Básica de Cidadania e se apresenta como uma medida de mitigação das desigualdades, perante a reconfiguração do mercado de trabalho e a aparente insuficiência dos atuais sistemas de proteção social. O ex-senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, é um dos maiores defensores do Rendimento Básico no Brasil. Seu projeto de lei a respeito da política foi aprovado no Senado e sancionado em 2004, pelo ex-presidente Lula da Silva, porém sem efetivação até os dias atuais, no Brasil. Mais recentemente, em 2016, eleitores suíços rejeitaram a proposta de Renda Básica votada por meio de um plebiscito. A consulta, no entanto, conferiu importante visibilidade pública dessas discussões e possibilidades de efetivação no Brasil à proposta internacional, que vem ganhando adeptos e alimentando problematizações em vários países, como em Portugal.

De acordo com a Associação pelo Rendimento Básico Incondicional em Portugal, “é uma prestação atribuída a cada cidadão, independentemente da sua situação financeira, familiar ou profissional, e suficiente para permitir uma vida com dignidade” (ARBIP, 2019). Um rendimento que é pago em dinheiro, de forma individual, universal e incondicional e em intervalos regulares.

A agenda do Rendimento Básico entra em cena num contexto, como se tratou ao longo deste trabalho, de agravamento e reconfiguração das desigualdades provocadas pelo capitalismo. A precarização, instabilidade e incerteza relacionadas ao mercado de trabalho traduzem-se em desigualdades reais em termos das oportunidades conferidas aos cidadãos no decorrer das suas vidas.

Dada a conjuntura atual, podemos ter chegado a um ponto em que o debate generalizado sobre o Rendimento Básico Incondicional (RBI) se tornou não só inevitável, mas também urgente, se pensarmos sobre as consequências da Quarta Revolução Industrial, sobretudo a automatização e inteligência artificial, para a estrutura e composição do mercado de trabalho. Efetivamente, prevê-se que, numa escala global, possa haver uma perda líquida total de 05 milhões de empregos no período de 2015 a 2020, devido ao chamado “desemprego tecnológico” (COELHO e MARCELO, 2018).

Desde o início deste texto, trabalhou-se a centralidade das relações de trabalho para a integração social e o potencial desarticulador que advém de situações de afastamento, temporário ou mais permanente, do mercado de trabalho. Da mesma forma que a análise das desigualdades modernas centrada na desigualdade de classes se torna insuficiente para compreender toda a sua complexidade e multiplicidade, outras características próprias do contexto atual obrigam a reconfigurar interpretações. Em termos das relações de trabalho, por exemplo, é inegável que as atuais políticas de distribuição de renda não estancam as desigualdades economicamente produzidas, até porque o sistema se torna cada vez mais “estruturalmente dependente da produção de desigualdade” (BARATA e MERRIL, 2014).

A institucionalização da precariedade e a instabilidade do mercado de trabalho, típicas da crise das sociedades salariais, relacionam-se com as desigualdades modernas na medida em que contribuem com processos de desqualificação social dos indivíduos e, ao mesmo tempo, justificam privações em termos de possibilidades de emancipação. Por outro lado, elas revelam também uma crise do Estado de Bem-Estar Social, em seu modelo pós-distributivo, que se vem aprofundando e, como veremos adiante, confere limitações à liberdade individual e social.

Além de um preocupante conformismo com a desigualdade, em muitos dos países ocidentais com sistemas desenvolvidos

de *welfare state* registram-se dados de que pelo menos um quarto da população adulta passou a integrar o “precariado”, ou seja, vive numa situação que não oferece nenhum sentido de carreira e de identidade profissional, com as consequências associadas para os restantes aspectos das suas vidas, em especial a incapacidade de assumir compromissos de longo prazo tão vitais como decidir ter filhos ou assumir um empréstimo bancário para adquirir habitação própria (BARATA e MERRIL, 2014).

A proposta de Rendimento Básico, conforme vem sendo apresentada e debatida em Portugal, está relacionada com uma nova geração de políticas sociais, associando-se à categoria dos chamados *direitos de integração*. Estes direitos – e o debate em torno da importância da sua garantia – surgem no bojo da reforma do Estado Providência e conferem uma nova lógica à relação da tríade indivíduo-Estado-Comunidade. A partir do reconhecimento e da valorização da reciprocidade, rompendo o ciclo de produção de desigualdades inerente à produção de capital, o que se espera de propostas como o RBI é uma contribuição à criação das condições necessárias para que as pessoas possam assumir, de forma plena, “seus deveres e responsabilidades para consigo próprios, as suas famílias e a comunidade a que pertencem” (MTS¹, 2001, p. 13 apud PACHECO, 2009, p. 35).

As dimensões da liberdade social e da prevalência da esfera pública relacionam-se com o RBI justamente a partir desta perspectiva de *criar condições para a vida comunitária*. No fundo, assegurar uma renda mínima permite aos cidadãos (pequenas) “liberdades” que potencializam o espírito comunitário no âmbito das relações e escolhas cotidianas. De forma prática, possuir um Rendimento Básico contraria a instrumentalização de várias dimensões da vida, abrindo possibilidades para, por exemplo, rejeitar uma proposta de trabalho oferecida sob condições precárias, optar por conciliar

1 Ministério do Trabalho e da Solidariedade (Portugal).

atividades laborais formais com atividades criativas, vocacionais ou de orientação social e coletiva, contribuir com a segurança alimentar de uma família de agricultores/as que viva de cultivos sazonais ou garantir certo equilíbrio entre o tempo dedicado ao estudo, ao trabalho e aos cuidados domésticos por parte de uma mãe trabalhadora-estudante. Assume-se, portanto, que evitando as condicionalidades de se submeter, de forma subordinada, a um trabalho que garante precariamente a subsistência ou às incertezas provocadas por um vínculo precário, se desloca também a liberdade individual e utilitarista para um sentido cada vez mais vocacionado e comunitário. Talvez seja este tipo de liberdade que, de acordo com Hannah Arendt, confere aos indivíduos o poder de agir em conjunto e, por meio da política, provocar e concretizar o (aparentemente) impossível.

Parece que o grande desafio da modernidade, tendo em vista o enfrentamento e a superação das desigualdades, passa por recuperar a relação íntima entre a vontade individual e a vontade da comunidade, perdida no processo de consolidação do sistema capitalista. Isso tem tudo a ver com o aprofundamento democrático provocado por Axel Honneth na sua mais recente obra:

(...) uma forma de vida social na qual a liberdade individual não prospere à custa, mas sim com a ajuda, da solidariedade. Não conseguiria referir, por fim, melhor imagem para este objetivo do que a de uma interação espontânea de todas as liberdades sociais na diferença das suas funções específicas: a nossa sociedade só se tornará social no pleno sentido da palavra quando todos os seus membros puderem satisfazer as necessidades partilhadas de intimidade física e emocional, de independência econômica e de autodeterminação política com todos os outros de tal modo que possam confiar na participação e ajuda dos parceiros de interação (HONNETH, 2017, p. 148).

No plano ideal, trata-se da liberdade social assegurada a todos/as, o que talvez seja um resultado ousado para esperar de uma política

pré-distributiva como o RBI. No entanto, assumindo a potencialidade mobilizadora dos ideais de solidariedade e participação, em contraposição ao individualismo e à racionalização das relações, cabe assumir certo “experimentalismo histórico” e debater propostas, teóricas e práticas, que resultem em transformações profundas.

Considerações finais

Pretendeu-se, ao longo do texto, valorizar a dimensão hermenêutica do processo de desenvolvimento social, problematizando sobre os conflitos gerados pelas desigualdades e pela dominação a partir de uma discussão conceitual e filosófica, numa perspectiva crítica, conforme propõe a teoria crítica do reconhecimento, em articulação epistemológica com a “sociologia da experiência” de Dubet, no esforço de compreensão das desigualdades contemporâneas e da gramática dos conflitos no contexto da crise moderna. Essas abordagens teóricas e empíricas, problematizadas neste trabalho, são resultantes de discussões feitas no âmbito da Linha de Pesquisa *Relações Socioeconômicas e Estado*, principalmente na disciplina optativa *Desigualdades e Reconhecimento Social*, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS, 2020).

O trabalho resgatou, inicialmente e de forma breve, considerações panorâmicas sobre o desenvolvimento das sociedades salariais contemporâneas, com ênfase para as influências do trabalho e do Estado Previdência no campo das desigualdades. A partir de uma perspectiva sistêmica, passou-se a provocar-se o diálogo entre Durkheim, Axel Honneth, Nancy Fraser e Hannah Arendt, na tentativa de articular abordagens conceituais que consubstanciem o exercício de *tornar mais humana a vida social*, em contraponto à naturalização das desigualdades e

a instrumentalização e racionalização das várias dimensões do viver. Já no campo das conclusões, buscaram-se conexões com uma proposta que, de forma prática, vem sendo construída no sentido de enfrentar os conflitos de desigualdade e dominação próprios das sociedades contemporâneas. O Rendimento Básico Incondicional – nos moldes já em discussão em Portugal – foi apresentado enquanto possibilidade de operacionalização das discussões teóricas apresentadas no corpo deste trabalho.

Referências

ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

BARATA, André; MERRIL, Roberto. **Pré-distribuição: uma nova agenda política para a esquerda**. Le Monde Diplomatique – Edição Portuguesa, 2014. Disponível em: <<https://pt.mondediplo.com/spip.php?article1028>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

COELHO, Sandra Lima; MARCELO, Gonçalo. **Rendimento Básico Incondicional em Portugal: exorcizando o fantasma ultraliberal**. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, 2018. Disponível em: <<http://www.barometro.com.pt/2018/01/11/rendimento-basico-incondicional-em-portugal-exorcizando-o-fantasma-ultraliberal/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2016.

FRASER, Nancy. **Scales of Justice. Reimagining Political Space in a Globalizing World**. New York, Columbia University Press, 2010.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. **O direito da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HONNETH, Axel. **A ideia de socialismo: tentativa de atualização**. Lisboa: Edições 70, 2017.

MARCELO, Gonçalo. O socialismo de Axel Honneth: da ideia à política. In: CARDOSO, Antônio Dimas (Org.) **Desigualdade e Reconhecimento: atualidade da teoria crítica de Axel Honneth**. Montes Claros/MG: Editora Unimontes, 2018.

ONU – Organização das Nações Unidas. **OIT: desemprego e déficits de trabalho decente continuarão altos em 2018**. Nações Unidas no Brasil, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-e-deficits-de-trabalho-decente-continuarao-altos-em-2018/>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2019.

PACHECO, Vanda Raquel Alves. **Entre a fobia da cigarra e a apologia da formiga: a Inclusão Activa e os Esquemas de Rendimento Mínimo na Europa**. Dissertação (Mestrado em Políticas Locais e Descentralização – As Novas Áreas do Social) – Universidade de Coimbra. Coimbra, 2009.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PPGDS. Linhas de Pesquisa. [www.posgraduação.unimontes.br/ppgds/linhas de pesquisa](http://www.posgraduação.unimontes.br/ppgds/linhas_de_pesquisa). Acesso em: 30 de outubro de 2020.

RBIP – Associação pelo Rendimento Básico Incondicional Portugal. **RBI: o que é?** Página inicial. Disponível em: <<http://rendimentobasico.pt/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

**RENDIMENTO BÁSICO INCONDICIONAL COMO VETOR DE LIBERDADE E
RECONHECIMENTO SOCIAL NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES**

Marta Ribeiro Grave, Antônio Dimas Cardoso

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes.**
Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

ENSAIO SOBRE O BOLSONARISMO: A CONDIÇÃO DOS CÍNICOS

*Laurindo Mekie Pereira
Fábio Antunes Vieira*

A rearticulação e crescimento da direita brasileira, que resultou na eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018, não se trata de um caso isolado, mas parte de uma conjuntura maior e complexa. A eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, em 2016, o oposicionismo da Frente Nacional, de Marine Le Pen a Emmanuel Macron, na França, e a aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia, são alguns exemplos disso. No mais, as eleições de Sebastián Piñera, no Chile, e de Mario Abdo, no Paraguai, corroboram com este atual cenário mundial, em que as forças políticas de orientação de esquerda parecem já não terem o mesmo apelo de outrora.

O avanço da direita pode ser interpretado, dentre outras coisas, em função da crise vivenciada por muitas democracias face ao processo de globalização e o alastramento do neoliberalismo, cujos efeitos têm cooperado para certa descrença em relação ao Estado como provedor das políticas de bem-estar social. Nesse sentido, é perceptível que para atender as orientações da política econômica neoliberal, tais como abertura das

economias nacionais ao mercado mundial, pagamento da dívida pública, privatizações, subordinação às instituições financeiras internacionais, desregulamentação do mercado de trabalho, ganhos decorrentes de práticas de juros altos e, dentre outras, capitalização individualizada dos sistemas previdenciários, muitos governos têm atuado para reduzir as funções sociais dos Estados Nacionais, sobretudo os mais pobres e alguns ditos em desenvolvimento, não sem o apoio dos grandes meios de comunicação (SANTOS, 2002, pp. 30-38).

Em outros termos, também é possível compreender que muitos Estados nacionais têm operado para “enxugar” conquistas e direitos provenientes das práticas keynesianas observadas até a década de 1980, afim de cumprirem as prerrogativas da ideia do Estado mínimo em relação as políticas de bem-estar social, que se presta a política econômica neoliberal, embora o mesmo não tenha ocorrido quando se trata do socorro destes mesmos Estados em relação ao grande capital (SANTOS, 2002, p. 38). Para tanto, um dos artifícios empreendidos pelos neoliberais, tem sido o fomento cada vez mais agressivo ao individualismo em meio às democracias liberais, de modo a fazer crer ser o Estado um empecilho à meritocracia (SANTOS, 2002, pp. 42-43).

As consequências dessas medidas têm sido a intensificação da concentração da renda interna nestes países, o aumento da pauperização da maioria da população e a evasão de divisas da periferia para o centro do capitalismo mundial, como revelam os estudos do economista Thomas Piketty, contidos no livro *A Economia da Desigualdade*. Destarte, a segurança social tem sido convertida em rigidez salarial, o mercado financeiro tem sido priorizado, as despesas públicas de caráter social têm sido reduzidas e o bloqueio da distribuição dos rendimentos, as desigualdades sociais e a pauperização têm sido encaradas como reflexos da competição que pune os menos eficientes (SANTOS, 2020, p. 78).

A concentração de renda é mais perceptível nos países pobres, mas entre os países mais ricos os dados também evidenciam seu crescimento. A título de exemplo, nos Estados Unidos, a parcela populacional do 1% mais rico viu sua parte na renda nacional mais que duplicar nas três últimas décadas que antecederam a crise de 2008, passando, segundo o Congressional Budget Office – CBO –, de 8% em 1979 para 17% em 2007 (SAUVIAT, 2012, p. 150). Ainda sobre os Estados Unidos, no ano da crise em 2008, enquanto boa parte da população teve suas rendas reduzidas, o 1% mais rico passou a controlar 25% da renda total dos Estados Unidos, percentual aproximadamente 15% maior que em 1980 (PESCHANSKI, 2015, p. 27). Comparando os dados, percebe-se que enquanto a crise afetou negativamente a maioria dos norte-americanos, viabilizou o aumento da renda do 1% mais rico em 8% só naquele ano, em parte em função das políticas econômicas do governo destinadas a socorrerem os bancos de um lado, associadas as políticas de austeridade de outro.

No caso do Brasil, os dados também não fogem à regra. Segundo um levantamento realizado pela Oxfam Brasil, ao longo do primeiro semestre de 2020, o percentual de brasileiros vivendo em situação de acentuada pobreza saltou de 5% para 9,5%, elevando para quase 21 milhões, o número de pessoas vivendo com R\$ 353,00 por mês. Contudo, se por um lado tais estatísticas tenham sido verificadas durante a pandemia de Sars-Cov2, por outro é possível afirmar que ela não afetou a todos economicamente, muito pelo contrário. Conforme o mesmo levantamento da Oxfam, entre 18 de março e 12 de julho de 2020, a fortuna dos 42 bilionários brasileiros aumentou R\$ 176 bilhões. Neste sentido, um dos exemplos mais notórios é o de Luciano Hang, dono da rede Havan, que desde a eleição de Bolsonaro, a qual ele apoiou, mais que dobrou sua fortuna, segundo a Forbes, fato que o inseriu no grupo dos dez mais ricos do país (FALCÃO, 2020).

Embora os dados acima evidenciem resultados ruins do governo

Bolsonaro, não são os únicos. Um estudo recente realizado pelo jornal a Folha de São Paulo, que cruzou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE –, Datafolha, Instituto Socioambiental – ISA – e Transparência Brasil, evidencia que o Brasil apresentou piora em diversos indicadores, sobretudo em áreas como assistência social, saúde, educação e meio ambiente em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, em comparação a 2018, último ano do governo de Michel Temer (BRAGON, 2020).

Segundo o estudo, em 2019 o Programa Bolsa Família voltou a ter fila de espera para pessoas em situação de “pobreza extrema”, ou seja, para aproximadamente 1 milhão de famílias. Já o Programa Minha Casa Minha Vida recuou em 57%, inclusive para os setores populacionais de menores rendas. No mais, atrasos nos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – foram registrados ao longo do referido ano, bem como o aumento da mortalidade infantil, dos casos de sarampo e de dengue. Quanto a questão ambiental, cresceram o desmatamento em 29% e as queimadas 86%. Por outro lado, as multas ambientais aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – caíram 25%, enquanto a demarcação das terras indígenas foi paralisada e a política de reforma agrária praticamente nula (BRAGON, 2020).

Ainda sobre o estudo, a balança comercial brasileira caiu de US\$ 58 bilhões para US\$ 48 bilhões. O comércio exterior também apresentou piora, a moeda brasileira desvalorizou frente ao dólar e as contas externas registraram um rombo de R\$ 218 bilhões também em 2019, o maior em relação aos quatro anos anteriores. Além disso, se por um lado a inflação foi mantida sob controle, em parte foi em função da desaceleração do comércio varejista. No mais, embora o volume de empregos com carteira assinada tenha sido ampliando em 614 mil, o trabalho informal foi ampliando em

3,2% (BRAGON, 2020).

Outro aspecto negativo diz respeito a liberdade de imprensa. Segundo o relatório de 2019, produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ –, os ataques aos profissionais desta categoria aumentaram 54% em relação a 2018. Sozinho, o próprio presidente da República foi responsável por 114 casos de descredibilização da imprensa, por meio de ataques a veículos de comunicação e a profissionais. Além disso, proferiu outras 7 agressões verbais e ameaças diretas a jornalistas, totalizando 121 casos, número que corresponde a 58% do total (BRAGA, 2019, p. 5).

No que tange a educação, além das polêmicas envolvendo os ministros da pasta, sobretudo Abraham Weintraub, 8% das bolsas de pesquisa foram canceladas em 2019, bem como os investimentos na educação básica e superior, reduzidos. Pertinente a segurança pública, se por um lado os homicídios dolosos e os latrocínios foram reduzidos em 22% em 2019 (BRAGON, 2020), no primeiro semestre de 2020 voltaram a crescer em 6%, apesar do incentivo do governo à compra de armas (G1, 2020).

Apesar dos dados desfavoráveis e não por acaso, dentro do Governo Bolsonaro há um segmento identificado com o neoliberalismo econômico que defende o enxugamento do Estado, especialmente no que concerne o fim das políticas de bem-estar social, ao mesmo tempo em que o governo opera para a manutenção dos privilégios de magistrados e militares, sobretudo os de altas patentes, dentre outras minorias inscritas nas demais elites ou segmentos mais abastados da classe média. Todavia, cientes da impopularidade de suas propostas reformistas junto a maioria da população, agentes do governo, incluindo aqui o próprio presidente Bolsonaro e seus filhos, têm procurado lançar sobre elas “uma cortina de fumaça”, ao colocarem no centro do debate público pautas de caráter

moral.

Destarte, atuando de modo a desviarem a atenção para os efeitos econômicos e sociais nefastos das reformas, têm utilizado e reforçado todo um conjunto de “simbologias” e discursos destinados à suposta “moralização do debate público” que cooperaram para a vitória eleitoral em 2018. Neste sentido, dentre outras ações, o discurso antipetista continua a se mostrar útil, uma vez que foi uma “forte razão para Bolsonaro ter saído do seu nicho” eleitoral durante o pleito presidencial (NICOLAU, 2018). Corroborando tal afirmação, basta memorar que o próprio presidente já afirmou que vai “falar do PT sempre. Não adianta chorar”, pois, “não é porque perderam a eleição que seus crimes devem ser ignorados. Os efeitos devastadores do desgoverno da quadrilha ainda podem ser sentidos e é papel de todo aquele que ama o Brasil lembrar quem foram os culpados” (BOLSONARO, 2019).

Apesar do exposto, é certo que reduzir os grupos bolsonaristas aos desesperançados com o petismo e seus opositores seria um erro, não sendo esta a intenção aqui. A realidade é mais complexa e envolve muitos interesses e atores sociais. Contudo, embora seja possível afirmar que os interesses da “elite do dinheiro” tenham prevalecido frente aos acontecimentos que viabilizaram a eleição de Bolsonaro em 2018, como ela representa uma parcela muito pequena da população brasileira, isso não teria ocorrido sem a construção de um discurso a partir dos novos e velhos meios de comunicação, que cooperasse para a constituição de uma base eleitoral e militante de apoio.

Examinando textos e dados publicados em obras de Jessé Souza, tais como *A Radiografia do Golpe*, *A Elite do Atraso* e *Resgatar o Brasil* (esta última em parceria com Rafael Valim), bem como de André Singer, ao citar *Os Sentidos do Lulismo*, nota-se que o núcleo de apoio do bolsonarismo se concentra em grande medida em segmentos da classe

média que, em nome de seus interesses, têm corroborado com as ações do atual governo. Contudo, vale ressaltar que, obviamente, há outros atores sociais e motivações inscritas no bolsonarismo, inclusive no que tange algumas parcelas populacionais de menor renda identificadas com o presidente. O bolsonarismo é algo muito novo, tem se mostrado muito plural e vem sofrendo transformações no decorrer do tempo. Dito isso, o recorte aqui trata de um segmento específico para discussão, isto é, uma fração da classe média urbana, cujos partícipes têm atuado cinicamente.

Aqui, a classe média é pensada nos termos de Pierre Bourdieu. Para ele, o capitalismo se constitui não apenas a partir de seus aspectos econômicos, mas também sociais e culturais. Nesta linha, enquanto as famílias mais ricas podem viabilizar uma herança econômica aos seus descendentes que, via de regra, não precisarão empreender maior esforço para manter seu padrão de vida, outros dependerão mais do capital cultural adquirido através dos estudos e suas relações sociais, também uma forma de capital, de modo a constituírem algum capital econômico com que possam viver com algum conforto, bem como desfrutar simbolicamente de uma boa posição hierárquica na pirâmide social (BOURDIEU, 2004).

Na mesma linha de Bourdieu, para Jessé Souza, esses capitais aparecem na realidade social quase sempre juntos e, em meio a ela, enquanto a primazia do capital econômico define a “elite endinheirada” que domina e explora todas as outras, a “preponderância do capital cultural define a classe média”. Todavia, “ambas precisam possuir, em medida variável, tanto os dois capitais principais quanto algum capital social, sob o risco de fracassar na competição social” (SOUZA, 2016, p. 60).

Embora o capital cultural seja um ativo mais vinculado a classe média, as famílias nela inseridas procuram a partir dele conquistarem o máximo de capital econômico possível, não apenas para conforto e poder simbólico, mas também para comprarem o tempo livre dos seus filhos, de

modo a que estes possam também ser dotados de capital cultural. Desta feita, ao contrário dos jovens oriundos das classes populares que precisam desde muito cedo conciliarem trabalho e estudo em instituições públicas muitas vezes precárias, os jovens provenientes da classe média podem se dedicar mais facilmente aos estudos até o início da vida adulta, via de regra, em instituições particulares.

Essa dualidade expressa no parágrafo anterior contribui para que parte significativa das frações da classe média “concentrem capital cultural mais valorizado para o mercado de trabalho”, o que implica a ocupação das melhores vagas de emprego e renda, tanto no setor privado quanto no setor público (SOUZA, 2016, p. 61). Assim, embora esse tipo de privilégio de acesso a maior disponibilidade de capital cultural não seja, propositalmente ou não, melhor tratado em nossa sociedade, coopera para explicar porque parte da classe média é defensora da chamada meritocracia. No mais, outro ponto pouco tratado, diz respeito exatamente a exploração laboral das classes mais pobres, mais desassistidas pelos poderes públicos, as quais Souza compreende como sendo a “ralé” brasileira, por essas mesmas frações da classe média, dependentes de algum ócio necessário à busca de capital cultural (SOUZA, 2016, p. 81).

Segundo Souza, “o caso atual da exploração da ralé brasileira pela classe média”, tem por intento prover a esta última as condições mais favoráveis à boa escolarização e, por consequência, a ocupação das “atividades que são mais bem remuneradas” (SOUZA, 2017, p. 80). Para tanto, é necessário, por exemplo, que suas demandas “domésticas, sujas e pesadas”, sejam realizadas pela ralé, geralmente às custas de baixos salários, jornadas de trabalho excessivas e comprometimento escolar, condições que, de acordo com Souza, acaba explicitando “a funcionalidade da miséria” (SOUZA, 2017, p. 80). Assim, a ralé enquanto “classe roubada, é condenada eternamente a desempenhar os mesmos papéis secularmente servis”,

reflexo da mentalidade da exploração escravista que de algum modo ainda se faz presente em nossa sociedade (SOUZA, 2017, p. 80).

Por esta linha de raciocínio, é possível compreender que a participação da classe média “nos golpes contra as classes populares tem muito a ver, portanto, com as estratégias de reprodução de privilégios e muito pouco com moralidade e combate à corrupção” hipocritamente ligadas a discursos religiosos ou ações deliberadamente seletivas como as decorrentes da operação “Lava Jato” (SOUZA, 2017, p. 95).

Segundo o ministro Ricardo Lewandowski, por exemplo, “a verdade é que as operações [da Lava Jato] foram seletivas, elas não foram democráticas no sentido de pegar os oligarcas de maneira ampla e abrangente”. Assim, para ele “essa avaliação episódica que certas operações produziram pode se mostrar no futuro próximo (...) realmente uma falácia”, pois, “o combate à corrupção no Brasil sempre foi um mote para permitir retrocessos” (JIMÉNEZ, 2020).

Destarte, em virtude das políticas sociais, o governo Lula passou a sofrer não apenas a oposição de uma significativa parcela dos setores médios urbanos, como também sua raiva, face a ameaça da diminuição de alguns de seus privilégios de classe, como a competição pelo acesso ao capital cultural e as melhores ocupações no mercado de trabalho, bem como em função da diminuição da oferta de mão de obra extremamente barata. Além disso, apesar da dinamização da economia, muitos, “especialmente a classe média tradicional, não gostaram de ter de compartilhar espaços sociais antes restritos com os ‘novos bárbaros’ das classes populares ascendentes” (SOUZA, 2016, p. 82).

Neste sentido, pode-se citar as reclamações nos aeroportos pejorativamente comparados como rodoviárias lotadas de pobres, o desconforto pela convivência com os mais pobres nas filas dos supermercados lotados e as críticas em relação ao aumento das vendas de veículos populares que

ampliaram a frota nas grandes cidades. Além disso, as insatisfações com os chamados “rolezinhos” dos adolescentes de periferia em shopping centers, também expressaram o inconformismo de certos setores da classe média em relação aos avanços sociais aos mais pobres (ZYLBERKAN, 2014).

Desta feita, não por acaso Leonardo Avritzer considera que a “classe média se” revoltou “com a perspectiva de ter que se submeter a estruturas igualitárias, do aeroporto ao Sistema Único de Saúde - SUS”, uma vez que estava habituada a utilizar “estratégias de acesso privado a serviços sociais e a estrutura do Estado ao longo de todo o período de modernização recente, dos anos 1930 ao início do século XXI” (AVRITZER, 2019, p. 31). Por isso, a reação conservadora exatamente no momento em que o País caminhava para a “produção da igualdade social”, interrompida pelo “retrocesso destrutivo” representado pela eleição de Jair Bolsonaro em outubro de 2018 (AVRITZER, 2019, pp. 10 e 35).

Destarte, segundo Jessé de Souza, durante as gestões petistas, passou a existir um desconforto “difuso na classe média tradicional que não pode ser apenas compreendido com motivos racionais”. Em termos gerais, a maior proximidade, tanto física quanto de hábitos de consumo, “entre classes sociais que guardavam antes enorme distância, precipitou e explicitou publicamente um racismo de classe antes silencioso e exercido somente no mundo privado” (SOUZA, 2016, pp. 82-83). Contudo, como na “política a legitimação dos interesses é fundamental”, os setores inconformados da “elite do dinheiro” e de frações da classe média não poderiam falar abertamente da sua discordância e incômodo com esse novo quadro. Isso seria incompatível com os princípios do cristianismo e do direito que muitos deles alegam defender (SOUZA, 2018, p. 19).

Foi neste contexto de impasse acerca da necessidade de legitimação da exclusão social da maioria dos brasileiros, que se iniciou a “construção da linha do moralismo, como mais uma forma alternativa de pro-

duzir solidariedade interna entre os privilegiados” (SOUZA, 2016, p. 83). Para tanto, a atuação dos meios de comunicação, tanto os novos quanto os mais tradicionais, foi fundamental. Sobre o assunto, é importante salientar o papel da chamada “velha mídia” em relação às novas, uma vez que, nas “sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas”, a televisão, o rádio, os jornais e as revistas, ainda dispõem de destacada influência junto a sociedade (LIMA, 2013, p. 89).

Nesse sentido, embora as manifestações tenham sido convocadas por meio do uso das novas técnicas de informação e comunicação, tais como as redes sociais através da internet, os agentes sociais nela inscritos “ainda dependem da velha mídia para alcançarem [maior] visibilidade pública, isto é, para serem melhor incluídos no espaço formador da opinião pública”, visto que este espaço de debate, em certa medida, “ainda é monopólio exercido” por ela (LIMA, 2013, p. 90)¹. No mais, “na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido, reunido, com relevos acentuados, o jogo que é jogado no mundo político” (JEANNENEY, 2003, p. 225).

Por mais que as novas mídias tenham cooperado significativamente para a emergência das manifestações desencadeadas a partir de junho de 2013, a mídia tradicional não só passou a dotá-las de maior atenção junto à opinião pública, como também a manipular, em certa medida, as leituras e os enfoques que delas deveriam ser realizadas. Assim, conforme as eleições presidenciais de 2014 se aproximavam, enquanto a bipolaridade política se acirrava nas redes sociais e nas ruas, os setores mais representativos e monopolistas da grande mídia fizeram sua escolha, firmando posições com

¹ Grifo nosso. Embora seja inegável a contribuição dos grandes meios de comunicação no que concerne a formação da opinião pública, conforme entende Venício Lima, é preciso ressaltar que a relativização propositalmente incorporada na escrita do parágrafo é necessária, visto o texto do autor ter sido escrito em 2013, momento em que os novos meios de comunicação e informação a partir da internet, embora já importantes, não tinham a mesma notoriedade e capacidade de alcance público como hoje.

os agentes sociais que apoiaram a candidatura de Aécio Neves em meio a disputa pelo poder político, com vistas ao reformismo econômico de caráter neoliberal e seus impactos no campo social.

A vitória eleitoral de Dilma Rousseff não foi bem recebida por segmentos do grupo derrotado. O cenário pós-eleitoral revelou que o acirramento da disputa, que já era perceptível em certos setores da mídia e no ambiente virtual das redes sociais, seria capaz também de ganhar as ruas. A derrota de Aécio por uma pequena margem percentual desencadeou uma forte reação e setores inconformados passaram, logo após a posse, a cogitar o pedido de impeachment da presidenta.

A articulação pelo impedimento foi vitoriosa e, em 2016, Dilma Rousseff foi deposta. Contudo, envolto em várias denúncias de corrupção e em meio a disputas dentro do PSDB, o projeto ambicionado por diversos segmentos da classe média, dentre outros atores sociais, de viabilizar um governo presidido pelo então senador Aécio Neves, se mostrou inviável. Diante da perspectiva do retorno do PT ao poder, mais precisamente tendo Lula como possível presidente da República, setores ligados as forças políticas de direita se mobilizaram fortemente. Entre outras coisas, massificaram um discurso anticorrupção; promoveram vazamento seletivo de investigações; a judicialização da política; manifestações de rua e apelaram ao terrorismo simbólico. Patriotismo, nacionalismo, anticomunismo e combate à corrupção passaram a ser exaustivamente reclamados por estes setores.

Principal foco desse movimento, Lula foi condenado em 2018, de modo a impedir sua candidatura à presidência da República nas eleições daquele ano. Para Jessé Souza, “o ataque cerrado da mídia ao PT e o ataque concatenado a Lula” representaram “ataques a uma política bem-sucedida de inclusão das classes populares que Lula e o PT representavam”. Mais do que isso, o “combate seletivo à corrupção pela imprensa e seus aliados

no aparelho de Estado foi mero pretexto para combater uma política redistributiva” (SOUZA, 2016, p. 85).

Todavia, mesmo preso Lula forçou as atenções para a carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Com seu apoio, Fernando Haddad despertou um certo temor na direita quanto ao retorno do PT à presidência. Assim, face ao desgaste do PSDB e do candidato Geraldo Alkimin, parte da direita resolveu radicalizar seu apoio ao candidato Jair Bolsonaro, cujo discurso de campanha não só atendia aos anseios desta mesma direita, sobretudo de uma grande parcela da classe média mais tradicional.

Esquivando dos debates e sem apresentar propostas claras de governo, sobretudo no que tange as questões econômicas e sociais, Bolsonaro empreendeu uma campanha pautada por discursos destinados ao convencimento de massa e marcada pela violência simbólica. Apresentando-se como um líder patriótico capaz de moralizar o Brasil, ancorou sua campanha em um processo de depreciação ao PT e suas lideranças. Aos “petralhas”, um dos adjetivos preferidos por ele utilizado, promoveu a associação com a corrupção, com a “bandidagem”, com o comunismo e com o ateísmo.

Para além do exposto, Bolsonaro exaltou a meritocracia tão cara a uma parte significativa da classe média, criticou as políticas sociais, radicalizou o discurso contra a criminalidade, enalteceu o esforço do empresariado face as dificuldades de se produzir em um país marcado por uma legislação trabalhista entendida por ele como paternalista, se valeu do discurso religioso, teceu críticas as minorias a exemplo de indígenas, associou alguns movimentos sociais ao terrorismo, como foi o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, defendeu o regime militar, homenageou torturador e, dentre outras coisas, defendeu a flexibilização da legislação ambiental. Aqui, é perceptível a compatibilidade de alguns elementos do seu discurso de campanha, com alguns dados do

seu governo inicialmente tratados neste texto.

O fenômeno Bolsonaro, ainda mais fortalecido após o atentado contra sua vida praticado por Adélio Bispo, foi beneficiado pela associação da “virtú” com a “fortuna” de que trata Maquiavel em *O Príncipe*. Em outras palavras, Bolsonaro dispunha do perfil político oportuno diante das circunstâncias, característico do “giro à direita”. Seu discurso de massa divulgado através das redes sociais e emissoras parceiras, a exemplo de SBT e Record, desencadeou o apoio apaixonado de milhões de brasileiros predispostos a aceitá-lo, por se identificarem, de algum modo, com os vários aspectos do seu conteúdo, parte dele já tratado aqui anteriormente.

Como já explicitado, os mais de 50 milhões de eleitores que elegeram Bolsonaro reúnem um amplo e diversificado conjunto de perfis e segmentos. A este respeito, qualquer generalização é equivocada. Assim, tratar da classe média consiste em abordar apenas uma parte do eleitorado bolsonarista e, no que cabe a este texto, uma parcela ainda mais específica em meio a ela, cujo comportamento foi pautado pelo cinismo, em função da lógica das discussões tecidas até o momento, sem as quais o conteúdo seguinte não faria sentido.

Como já argumentado, a classe média representa a parcela da sociedade brasileira que, via de regra, concentra o maior volume do que Pierre Bourdieu compreende como capital cultural. À primeira vista parece contraditório pressupor que tal parcela de pessoas, dotadas de maior instrução escolar, possa ser sugestionada por um tipo de discurso que a inscreva na massa. Mas, tomando Hannah Arendt como referência, cabe salientar que, para ela, o homem de massa não é determinado propriamente pela sua escolarização, mas pela incapacidade de se unir a outros pela consciência de um interesse comum que atenda a maioria da sociedade em que vive (ARENDDT, 2006, p. 361).

Considerando o exposto, se por um lado uma parcela da classe

média marcada pela ignorância política para além de sua escolarização, se identificou inconscientemente com o discurso de massa bolsonarista, discussão que este texto não se fará, por outro, nem todos firmaram apoio ao “mito” por esta razão, mas sim por uma opção consciente e deliberada, ou seja, por cinismo em sua versão moderna, segundo trata Peter Sloterdijk. Para ele, o cínico moderno pode ser compreendido como alguém que obtém o esclarecimento acerca da falsa consciência, que é a consciência induzida por uma dada “realidade” e não propriamente pelo “real” (SLOTERDIJK, 2012, p. 34). Contudo, apesar de consciente acerca das nuances de uma dada “realidade”, o “cínico moderno”, ao contrário de seus predecessores da antiguidade, é movido por um sentimento de autoconservação que o conduz a agir segundo a lógica desta mesma “realidade” por ele desnudada.

Embora de um modo mais discreto, na luta pela sobrevivência o cínico moderno, embora consciente, ou seja, embora esclarecido em relação a sua falsa consciência, se adapta a realidade a qual está inserido, agindo em meio a ela de modo a satisfazer seus interesses e potencializar oportunidades de ganhos, ainda que em detrimento ou promovendo o infortúnio de outras pessoas as quais suas ações possam atingir. Assim, o cínico moderno não usa sua consciência esclarecida para tecer críticas a realidade ou ideologia a qual está inserido e muito menos para viabilizar o esclarecimento de outros. Seu comportamento é egoísta e destinado a satisfazer a si mesmo (SLOTERDIJK, 2012, pp. 31-37).

Diante do exposto, é possível afirmar que embora inscrito em uma sociedade de massa, o cínico moderno não pensa como um típico homem de massa, uma vez que não se influencia pelo discurso empreendido pelo líder através do controle do aparato dos meios de comunicação. Todavia, ainda que conhecedor da ideologia inscrita no discurso doutrinador que pauta um determinado governo, o cínico, na perspectiva de Sloterdijk, se conforma a ele e procura agir de modo a satisfazer, a partir dele, seus interesses,

mesmo ciente dos prejuízos sofridos por todos aqueles apontados como os inimigos objetivos do regime.

No caso do bolsonarismo isso não é diferente. Muitos integrantes da classe média, dotados não apenas da escolarização formal, mas também da capacidade de compreensão da realidade política as quais o país vem passando, em nome da própria autoconservação de seus privilégios, tal qual o monopólio do capital cultural já abordado, passaram a apoiar deliberadamente Bolsonaro, mesmo cientes de que seu governo tem implicado prejuízo aos mais pobres, conforme dados apresentados no início deste texto. Neste sentido, segundo as palavras de Sloterdijk, os cínicos modernos “sabem o que fazem, mas o fazem” ainda assim, “porque as ramificações objetivas e os impulsos de autoconservação (...) falam a mesma língua e lhes dizem que, se assim é, assim deveria ser” (SLOTERDIJK, 2012, p. 33).

Desta feita, é possível compreender que o cínico, ainda que inscrito na massa, se adapta a ela conscientemente, por uma questão de autoconservação. No fim das contas, o cínico se insere na massa, em função da defesa individual de interesses possibilitados pelo sentimento de proteção gregária, favorecida pela obediência a um líder que personifique o discurso ideológico que enceta a agressão ao outro, colocado na condição de inimigo. Neste caso, por desvelar a falsa consciência, ao cínico é muito mais difícil justificar suas ações com base no argumento simplificado de cumprimento de ordens ou emanações provenientes da liderança, pois, como sugere novamente a citação de Peter Sloterdijk, eles “sabem o que fazem, mas o fazem”.

No caso do Brasil, seja por cinismo ou não, no que tange ao apoio ao discurso difundido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral contra Lula e o PT pelas razões já tratadas, “o que se viu foi um show de hipocrisia”. Que “muitos tenham acreditado” ou apoiado conscientemente

essa “farsa”, deve-se aos interesses racionais ou irracionais da parte mais conservadora da classe média, que ansiava por um pretexto para expressar seu ódio contra aqueles que, à frente do governo brasileiro, não os atendiam, ou pelo menos na medida de suas ambições. (SOUZA, 2016, pp. 85-86).

SITES

BOLSONARO, Jair. Vou Falar do PT Sempre. Não Adianta Chorar. Twitter, 20 de julho de 2019. Publicado em DA REDAÇÃO. Veja, caderno de Política. 20 de julho de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/vou-falar-do-pt-sempre-nao-adianta-chorar-diz-bolsonaro>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

BRAGA, Maria José; et.al. Violência Contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil. Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ. Brasília - DF, 2019. Relatório. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf. Acesso em 07 de outubro de 2020.

BRAGON, Ranier; et.al. No Primeiro Ano de Bolsonaro, Educação, Saúde e Social Pioram, Criminalidade Recua e Economia Vê Equilíbrio. Publicado em 16 de fevereiro de 2020. Site: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/no-1o-ano-de-bolsonaro-educacao-saude-e-social-pioram-criminalidade-recua-e-economia-ve-equilibrio.shtml>. Acesso em 07 de outubro de 2020.

FALCÃO, Luiz. Governo Bolsonaro: Ricos Ficam Mais Ricos e Pobres Ficam Mais Pobres. Site: A Verdade. Publicação de 19 de agosto de 2020. Fonte: <https://averdade.org.br/2020/08/governo-bolsonaro-ricos-ficam-mais-ricos-e-pobres-ficam-mais-pobres>. Acesso em 3 de outubro de 2020.

G1. Mesmo com Quarentena, Brasil Tem Alta de 6% no Número de Assassinatos no 1º Semestre. G1 / Globo. Publicada em 21 de agosto de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noti>

cia/2020/08/21/mesmo-com-quarentena-brasil-tem-alta-de-6percent-no-numero-de-assassinatos-no-1o-semester.ghtml. Acesso em 07 de outubro de 2020.

GREENWALD, Gleen, NEVES, Rafael. **Vazamento Seletivo**. Site The Intercept Brasil. Matéria de 29 de agosto de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/08/29/lava-jato-vazamentos-imprensa>. Acesso em 13 de junho de 2020.

JIMÉNEZ, Carla; OLIVEIRA, Regiane. **Entrevista a Ricardo Lewandowski**. Site El País. Realizada em 07 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/politica/2020-01-07/lewandowski-o-combate-a-corrupcao-no-brasil-sempre-foi-um-mote-para-permitir-retrocessos.html>. Acesso em 14 de junho de 2020.

NICOLAU, Jairo. **O Triunfo do Bolsonarismo**. Entrevista. Piauí / Folha. Uol. Edição nº 146 de novembro de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo>. Acesso em 05 de outubro de 2020.

ZYLBERKAN, Mariana. **Não Posso Nem Mais Ir ao Shopping que Freqüento, Diz Organizador de ‘Rolezinho**. Site da Veja. Matéria de 17 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/nao-posso-nem-mais-ir-ao-shopping-que-freqüento-diz-organizador-de-rolezinho>. Acesso em 21 de junho de 2020.

Referências

ANSART, Pierre. **Mal-Estar ou Fim dos Amores Políticos?** Revista História e Perspectivas. Uberlândia: UFU (25 e 26). Jul/Dez de 2001 - Jan/Jul de 2002, pp 55-80.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

AVRITZER, Leonardo. **O Pêndulo da Democracia**. 1ed. São Paulo: Todavia, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JEANNENEY, Jean-Noel. *A Mídia*. In: RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LIMA, Venício A. de. *Mídia, Rebeldia Urbana e Crise de Representação*. In: MIRACATO, Ermínia; et.al. (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil**. 1ed. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2013.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 7ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

PESCHANSKI, João Alexandre. *Os “Ocupas” e a Desigualdade Econômica*. In: HARVEY, David; et.al. (Orgs). **Occupy. Movimentos de Protesto Que Tomaram as Ruas**. 1ed. Tradução de João Alexandre Peschanski, et.al. São Paulo: Boitempo / Carta Maior, 2015

PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador**. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Os Processos de Globalização*. In: **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SAUVIAT, Catherine. **Occupy Wall Street, Um Movimento Social Inédito nos Estados Unidos**. Revista cadernos do Desenvolvimento. ISSN 2447-7532. Rio de Janeiro. Vol. 7, nº 11, julho - dezembro. 2012, pp. 145 a 159.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe. Entenda Como e Por Que Você Foi Enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (Coords.). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Contracorrente / Boitempo, 2018.

SLOTERDIJK. **Crítica da Razão Cínica**. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda, 2012.

FEDERALISMO FISCAL E PACTUAÇÃO COOPERATIVA

Geraldo Reis

Introdução

A instalação da República, no Brasil, em 1889, teve como principal inovação, o surgimento da República Federativa. Desde então, foram forjados, sobretudo no regime militar e com a Constituição de 1988, diversos mecanismos de cooperação entre os entes federados, moldando o sistema de relações intergovernamentais, especialmente por meio das transferências.

Contudo, recentemente, propostas de emenda à Constituição (PECs) têm causado insegurança ao colocar em risco alguns desses mecanismos, em particular a PEC nº 188/19. A crise fiscal, decorrente sobretudo da instabilidade política que resultou no golpe que derrubou o governo da presidenta Dilma Rousseff, traz o risco de implementação de mudanças estruturais de longo prazo – e que amparam o regime federativo brasileiro – motivadas pela necessidade de resolução de questões meramente conjunturais.

APEC nº 188/19 visa a realização de significativa reforma federativa,

como: a) flexibilização de pisos mínimos de despesas obrigatórias para a união, estados e municípios, com o propósito de eliminar a rigidez dos gastos, possibilitando, em tese, a melhoria da eficiência na alocação dos recursos; b) Extinção de municípios com baixa arrecadação própria visando a diminuição dos custos administrativos (com a remuneração de prefeitos e de vereadores); e c) autorização da redução de salários e corte de jornada de trabalho, em caso de crise fiscal, para limitar as despesas com pessoal e previdenciárias. As alterações propostas acarretarão a modificação profunda do regime de pactuação federativa, apoiado na cooperação, em favor de um modelo nitidamente competitivo e punitivo (MONTEIRO NETO, 2020).

O trabalho situa-se na região de fronteira entre a Geografia das Finanças Públicas e a Economia das Finanças Públicas, e aborda as seguintes questões: em primeiro lugar, os conceitos e características do federalismo e do federalismo fiscal. Em segundo, os mecanismos de cooperação intergovernamentais, notadamente as transferências fiscais intergovernamentais, enfocando tanto as recomendações da literatura quanto a prática brasileira, por meio da discussão da evolução histórica do federalismo fiscal do país.

A teoria do federalismo

Bowman e Kearney (2011) argumentam que no âmbito de uma nação as competências e responsabilidades podem ser divididas entre os diferentes níveis de governo de três formas: através de um governo unitário, uma confederação, ou um sistema federal. Mais de 90% dos países possuem um sistema unitário, no qual a maioria, se não todo o poder legal, repousa no governo central. Boadway e Shah (2009) destacam o controle efetivo de todas as funções do governo pelo governo central no

sistema unitário.

Ulbrich (2013) salienta que os países unitários apresentam nível mais elevado de centralização. Em muitos países, principalmente aqueles menores, mas também em alguns maiores, o governo central desempenha o papel principal em tudo, desde as estradas e as prisões aos cuidados de saúde e educação. Os governos locais podem até contar com poderes limitados para arrecadar e gastar recursos, mas quase sempre seguindo regras estabelecidas pelo governo central¹.

Bowman e Kearney (2011) afirmam que uma confederação, por sua vez, representa o oposto de um sistema unitário. Na confederação, o governo central é fraco e os governos regionais são poderosos. As jurisdições regionais estabelecem um governo central para lidar com as áreas de interesse mútuo, como a defesa nacional e uma moeda comum, mas restringem severamente a autoridade do governo central em outras áreas. Essas mesmas jurisdições podem mudar ou até mesmo abolir o governo central. Os Estados Unidos começaram como uma confederação, e os estados do sul formaram uma nova confederação, causando a guerra da secessão em 1861. A União Europeia é o exemplo recente mais importante de confederação.

Portanto, recentemente, cientistas políticos destacam o federalismo como “um caminho para a paz e a democracia em sociedades divididas”, por um lado, enquanto economistas da economia do bem-estar compreendem-no como uma forma de aumentar a eficiência e a responsabilização do governo, ao mesmo tempo em que “os teóricos da escolha pública concebem-no como uma forma de proteger a liberdade e refrear a tendência natural do governo para o excesso” (RODDEN, 2006).

Entretanto, as federações enfrentam um duplo perigo: tornar-se exageradamente centralizadas – ou mesmo despóticas – ou descentralizadas

1

Para uma análise sobre o federalismo e o federalismo fiscal, vide Reis (2016).

e fracas, vulneráveis a conflitos internos ou inimigos externos. Por esse motivo, o federalismo envolve um desafio do desenho institucional: como instituir um governo central que seja tanto forte quanto limitado. O centro deve ser forte para suprir os bens coletivos de âmbito nacional, como defesa, mas fraco o suficiente para preservar a autonomia local.

William Riker (1964), por sua vez, declarou que “o federalismo é a principal alternativa ao império como uma técnica de agregar grandes áreas sob um governo”. Ostrom (1991) definiu o federalismo como “um sistema de governo onde a autoridade é exercida simultaneamente por um governo nacional e os governos estaduais ou provinciais”. Por isso, o federalismo “é geralmente entendido como uma teoria de governo que usa o poder para legitimar o poder em meio a interesses opostos e rivais”.

Essa discussão teórica nos informa que o federalismo representa um sistema engajado com a divisão de competências e responsabilidades entre níveis territoriais de governo (precipuaemente nacional, regional e local) ou a dispersão geográfica do poder. Com o federalismo é possível o exercício simultâneo da autoridade, o compartilhamento da tomada de decisão e a cooperação negociada, resguardando a integridade de cada unidade constituinte.

Ainda que os países federais sejam marcados por assimetrias tanto no nível vertical (como o hiato vertical) quanto horizontal (disparidades econômicas e fiscais entre governos de mesmo nível), o federalismo tem se mostrado efetivo para viabilizar a cooperação intergovernamental destinada a atenuar ou mesmo eliminar tais assimetrias – que serão abordadas posteriormente.

Por essa razão, o federalismo possibilita o arranjo entre união e não centralização; a instituição de um governo central forte com unidades subnacionais autônomas e a combinação entre os ganhos de escala na provisão de bens em grandes territórios com a provisão local mais atenta

às preferências dos moradores e à sua fiscalização.

O federalismo tornou-se um meio para favorecer o desenvolvimento econômico e político e a acomodação e resolução de conflitos, notadamente em países marcados por grande diversidade territorial, étnica, cultural, religiosa e econômica. A história do Brasil republicano se apresenta como um esforço coletivo para efetivar o federalismo como um sistema capaz de responder aos desafios de uma nação diversa e desigual.

Assim, o federalismo é uma forma de dividir o poder e as funções do governo entre um governo central e um determinado número de jurisdições regionais geograficamente definidas. Em sistemas federais como o do Brasil e dos Estados Unidos, os governos regionais são chamados de Estados. Em outros, como o Canadá, eles são conhecidos como províncias (BOWMAN; KEARNEY, 2011). Em alguns países, existem também os entes municipais, cuja autonomia é constitucionalmente reconhecida, como aconteceu no Brasil após 1988. No caso brasileiro, os governos federal, estaduais e municipais têm suas atribuições definidas constitucionalmente e contam com suas próprias instituições legislativas e executivas.

Watts (1996) destaca as seguintes características estruturais geralmente comuns assumidas pelas federações como uma forma específica de sistema político federal:

- a) Dois níveis de governo agindo diretamente sobre os seus cidadãos.
- b) Uma distribuição constitucional formal da autoridade legislativa e executiva e a alocação de recursos de receita entre esses dois níveis de governo garantindo algumas áreas de autonomia genuína para cada nível.
- c) Existência de disposição para a representação dos entes subnacionais dentro das instituições de tomada de decisão federal, especialmente na câmara federal e senado.
- d) Uma Constituição suprema escrita não modificável unilateralmente e que exige o consentimento de uma parte significativa das unidades constituintes.

- e) Um árbitro (na forma de tribunais superiores ou provisão para referendos) para se pronunciar sobre os litígios entre governos.
- f) Processos e instituições para facilitar a colaboração intergovernamental para aquelas áreas onde as responsabilidades governamentais são compartilhadas ou inevitavelmente se sobrepõem.

Pelo exposto, o federalismo pressupõe a dispersão geográfica do poder, com a divisão de competências e de responsabilidades entre os níveis territoriais de governo (nacional, regional e local).

O federalismo fiscal

O federalismo fiscal é um desdobramento no campo econômico da abordagem política e jurídica do federalismo. A Teoria do Federalismo Fiscal contempla distintas perspectivas que sustentam tanto a centralização e a cooperação entre níveis de governo, como a tradicional versão da *welfare economics*, liderada por Musgrave; quanto a descentralização e a competição, na linha da Escola da Escolha Pública.

Ainda na década de 1950, Musgrave formulou a *Teoria Normativa* ou Ótima do setor público, que tanto representou uma síntese da visão keynesiana sobre as finanças públicas num contexto de grande incremento da intervenção do Estado na economia, quanto norteou todo o debate seguinte sobre a distribuição de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo. A obra de Musgrave sintetizou – com as contribuições de Oates – o *Federalismo Fiscal de Primeira Geração*, ao desenvolver uma argumentação sobre o funcionamento do setor público, a partir do pressuposto da existência de falhas de mercado, que justificariam a intervenção do Estado, por meio do desempenho de três funções essenciais: alocação, distribuição e estabilização. Tais funções deveriam ser atribuídas a cada um dos níveis de governo (central, estadual e municipal) ou,

compartilhadas, conforme o caso (MUSGRAVE, 1976; OATES, 2004).

Em virtude da firme orientação keynesiana, os argumentos do *Federalismo Fiscal de Primeira Geração* justificaram todo o processo de ampliação significativa da intervenção do Estado na economia dos países capitalistas avançados após 1930, bem como sustentaram o paradigma do *federalismo cooperativo* que prevaleceu do *New Deal* até o início da década de 1970 nos Estados Unidos, quanto foram concebidos e implementados diversos mecanismos de cooperação entre os níveis de governo. Os instrumentos concebidos no âmbito do federalismo cooperativo americano tornaram-se referência para outros países, como o Brasil, mormente no que se refere ao sistema de transferências.

Entretanto, a década de 1970 marcou a reviravolta tanto teórica quanto na concepção e implementação da política econômica nos países desenvolvidos. Nesse momento, foram questionados os principais pressupostos do keynesianismo, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo emergiu como força dominante na literatura econômica e na condução da política de vários governos importantes. A partir de então, a argumentação do *mainstream* foi orientada para a redução da participação do Estado, especialmente por meio de cortes nos gastos públicos.

As concepções da Escola da Escolha Pública (*Public Choice*) configuraram a vertente neoliberal da Teoria das Finanças Públicas, com nítida inspiração neoclássica, e representam o *Federalismo Fiscal de Segunda Geração*. Os principais elementos da Escolha Pública são, em primeiro lugar, a ênfase nas *falhas de Estado* ou *falhas públicas*, em contraponto às *falhas de mercado* dos teóricos da *welfare economics*. Em segundo, a descentralização fiscal passou a ser considerada um instrumento estratégico para a melhora dos padrões de eficiência do Estado. Em terceiro, a elevada mobilidade dos indivíduos aumentará a competição entre as jurisdições para atrair consumidores dos seus serviços

– moradores e empresas – à medida que inexistente monopólio na provisão de bens públicos ou espaços territoriais de atuação exclusiva de um nível de governo. Em quarto, em função da necessidade de redução da máquina pública, cada nível de governo deve se sustentar preferencialmente com recursos próprios (BRENNAN; BUCHANAN, 2000a; WAGNER, 2015).

No âmbito da Escolha Pública, o Modelo de Tiebout serviu de justificativa para a defesa do federalismo competitivo. Wagner (2001) assinala que o “federalismo competitivo é uma construção intelectual que localiza a governança dentro de uma abordagem abertamente competitiva aos processos de organização social”. O federalismo competitivo contrasta tanto com o federalismo dual – cada esfera possuindo autoridade única, monopolista, em suas áreas designadas – quanto com o federalismo cooperativo – atuação conjunta/compartilhada entre os níveis de governo e existência de relações intergovernamentais, especialmente por meio de mecanismos de transferências.

Holcombe (2004) afirma que, se por um lado, a concorrência entre os governos locais pode resultar em uma alocação eficiente de recursos para os bens públicos, por outro, o financiamento federal das jurisdições locais tende a cartelizar este nível de governo e reduzir a competição intergovernamental, prejudicando a eficiência econômica. À medida que parte substancial do financiamento do governo local vem do governo federal, haverá menos variação entre os governos locais no que diz respeito à tributação, implicando redução da competição entre as jurisdições de mesmo nível.

Além disso, o financiamento é muitas vezes destinado a programas específicos, e todos os governos locais participam dos mesmos programas federais, tornando assim a oferta de serviços públicos pelos governos locais homogênea, inexistindo, portanto, diferenciação. A homogeneidade da oferta de serviços públicos e igualmente na tributação torna sem sentido

a mobilidade de indivíduos entre as jurisdições, impedindo que “votem com os pés”. Assim, “quando o governo central recolhe e administra os impostos em nome das unidades subordinadas, o efeito é idêntico ao conluio explícito por parte dessas unidades” (BRENNAN; BUCHANAN, 2000a). Por essa razão, “unidades locais devem tributar e gastar de forma independente” (BRENNAN; BUCHANAN, 2000a).

Ademais, os adeptos do federalismo competitivo recusam tanto a descentralização/devolução, quanto as relações intergovernamentais. Segundo Dye (1990), o federalismo não pode ser reduzido às relações intergovernamentais. Não pode ser concebido como “um esforço para alcançar uma cooperação entre o governo nacional e os governos estaduais e locais na realização da nossa política nacional”. Ao contrário, Dye advoga – apoiando-se em Daniel Elazar – que “os governos estaduais e locais são sistemas políticos, e não unidades administrativas do governo nacional. Sua função principal permanece política, não de gestão”. Por essa razão, o autor afirma que os governos subnacionais devem manter a sua independência política e financeira em relação ao governo nacional, na perspectiva de “um caráter federal genuíno”.

Os argumentos da Escolha Pública abordados permitem que alguns dos pressupostos fundamentais da concorrência intergovernamental sejam resumidos: 1) inexistência de monopólio na provisão de bens públicos ou espaços territoriais de atuação exclusiva de um nível de governo, comportando assim, a diversidade de autoridades; 2) o Estado deixa de ser a instância capaz de regular o mercado, tornando-se mais um agente submetido à regulação pelas leis do mercado; 3) autonomia local, à medida que cada nível deve se sustentar com suas próprias receitas, dispensando qualquer mecanismo de transferência ou assistência financeira proveniente dos níveis superiores ou a sua ingerência na concepção e adoção de políticas; 4) a concorrência promove a eficiência,

inovação, experimentação e diversidade na oferta de bens públicos, aproximando-a das preferências dos cidadãos; 5) a provisão eficiente de bens públicos – grande diversidade de oferta, baixos custos de produção e níveis reduzidos de tributos – aliada à moderação nos regulamentos, num contexto de elevada mobilidade, favorecerá a atração de novos moradores e empresas para as suas jurisdições. Ou seja, o predomínio da exata proporcionalidade entre oferta de serviços públicos e carga tributária permitirá o deslocamento de moradores e empresas para as jurisdições mais competitivas; e 6) inexistência de hierarquia entre níveis de governo devido a grande dispersão e fragmentação do poder e das iniciativas.

Federalismo fiscal: desequilíbrio fiscal e transferências

As questões do federalismo fiscal estão abarcadas pela chamada “economia das federações”, campo de estudo cujo principal objeto, conforme afirmam Boadway e Shah (2009), é analisar “a forma como as diversas atividades do setor público devem ser divididas entre, ou atribuídas [*assigned*] para, os governos”. Isso envolve definir questões como: a) quais atividades devem ser descentralizadas para os níveis inferiores; b) quais atividades devem ser mantidas no centro; c) quais atividades devem ser realizadas em conjunto; d) como tal divisão de responsabilidades deve ser prevista na Constituição; e) qual tipo de influência – e se houver – que um nível de governo pode exercer sobre os outros níveis; f) quais tipos de arranjos institucionais devem ser desenhados para facilitar a interação entre os níveis de governo.

Tais questões abrangem, no campo do federalismo fiscal, tanto o problema da atribuição (*assignment problem*) – a atribuição de tributação, gastos e responsabilidades regulatórias para vários níveis de governo – quanto do regime fiscal (*fiscal arrangements*) – o desenho das relações fiscais intergovernamentais. Isso tudo envolve a definição do grau ótimo

de descentralização de várias decisões do setor público. Todas as nações – mesmo as denominadas unitárias, com um nível principal do governo que supervisiona todos os outros – devem necessariamente envolver algum tipo de descentralização. Portanto, a essência do federalismo é a descentralização da tomada de decisões sobre um conjunto de questões econômicas para os níveis inferiores de governo.

Desequilíbrio Fiscal

Em países federais, a descentralização pode provocar duas situações destacadas pela literatura do federalismo fiscal: a primeira, a ocorrência de iniquidade ou desigualdade fiscal. A segunda, um tipo de ineficiência, conhecida como ineficiência fiscal. Tais distorções surgem porque os diversos governos de mesmo nível, em consequência das suas distintas capacidades fiscais, proporcionam BFL's diferenciais para seus moradores. O BFL corresponde à diferença entre o valor dos serviços públicos prestados pela jurisdição subnacional e o seu custo fiscal, em termos de tributos (BOADWAY, 2007, BOADWAY; SHAH, 2007, BOADWAY; SHAH, 2009). Por um lado, diferentes BFL's geram iniquidade ou desigualdade fiscal à medida que os cidadãos com as mesmas características são tratados de forma diferente pelo sistema fiscal em jurisdições de mesmo nível dentro de uma federação, contrariando assim o princípio da equidade horizontal – a igualdade de tratamento de todos os cidadãos em todo o país.

Por outro lado, não somente os desníveis de rendimento ou de produtividade entre duas jurisdições podem condicionar a escolha do local de moradia por uma família, mas também a presença de diferenciais de BFL's entre tais jurisdições, causando a ineficiência fiscal. Se há grande mobilidade entre as famílias e empresas, os diferenciais de BFL's entre as jurisdições proporcionam incentivo para a migração do trabalho e do capital, provocando ineficiente alocação dos fatores de produção dentro

da federação. As famílias serão induzidas a migrar para as jurisdições que oferecem os melhores serviços públicos pelos menores custos (BOADWAY, 2007, BOADWAY; SHAH, 2009).

Transferências intergovernamentais

Reschovsky (2007) observa que sistemas de transferências, cujo propósito é atenuar as diferenças fiscais entre os Estados/províncias e entre governos locais, estão difundidos em diversos países, com maior frequência naqueles desenvolvidos, do que nos em desenvolvimento. Geralmente, as referidas transferências são concedidas para os Estados/províncias. Em alguns países, também são concedidas para governos locais. As transferências são fornecidas em países com governos unitários (França), federais (Austrália, Brasil, Canadá e Estados Unidos) e sistemas mistos (África do Sul).

Para Shah (2007), o projeto de transferências fiscais é crítico para assegurar a eficiência e a equidade na oferta de serviços locais e na saúde fiscal dos governos subnacionais. O desequilíbrio horizontal pode ser combatido por meio de transferências horizontais, caracterizadas pelo repasse de recursos das jurisdições mais ricas para aquelas consideradas mais pobres.

Por sua vez, o desequilíbrio vertical exige o emprego de transferências verticais, em que os níveis superiores suprem os níveis inferiores, assegurando assim o equilíbrio vertical – transferências do governo central para estados e municípios e transferências do estado para os municípios. Geralmente, o sistema de transferências – tanto horizontais quanto verticais – é projetado em âmbito nacional, atribuindo um papel ativo para o governo central na sua gestão, e pode ter variados efeitos sobre a equidade fiscal entre governos subnacionais de mesmo nível.

Shah (2007) assinala que as transferências intergovernamentais

podem atender a múltiplos objetivos. Os dois primeiros objetivos estão claramente relacionados a equacionar os desequilíbrios vertical e horizontal:

- 1) **Preencher o hiato fiscal vertical:** o hiato fiscal vertical pode ser atenuado por meio da repartição das fontes de receitas, da combinação de políticas e realocação de responsabilidades, a descentralização de impostos ou suspensão de cobrança de impostos da parte do governo central, e a partilha da base fiscal (permitindo que os governos subnacionais cobrem impostos adicionais na base fiscal nacional). Shah (2007) recomenda que, somente em último caso, devem ser consideradas a partilha de receita ou transferências incondicionais, baseadas em fórmulas, pois representam soluções que enfraquecem a prestação de contas aos contribuintes locais.
- 2) **Redução do hiato fiscal através de transferências de equalização fiscal:** as transferências de equalização fiscal podem ser direcionadas para promover maior equidade fiscal entre jurisdições. Essas transferências são justificadas por considerações políticas e econômicas. Do ponto de vista político, as transferências de equalização podem contribuir para evitar as ameaças separatistas, na maioria das vezes motivadas por grandes disparidades regionais. Do ponto de vista econômico, a descentralização acarreta naturalmente a iniquidade fiscal e a ineficiência fiscal, que podem ser corrigidas pelas transferências, assegurando assim a equidade horizontal (a igualdade de tratamento para todos os cidadãos no território nacional). E, quanto mais descentralizado o sistema fiscal, maior a necessidade de transferências de equalização.
- 3) **Definição de padrões mínimos em âmbito nacional:** estabelecer um padrão mínimo nacional para os serviços ofertados pelos estados e municípios sustenta-se em duas razões. Em primeiro lugar, o padrão mínimo favorece toda a nação ao contribuir para a livre circulação de bens, serviços, trabalho e capital; ao diminuir a competição interjurisdicional desnecessária de gastos; e ao melhorar os ganhos do comércio no mercado comum interno. Em segundo lugar, os padrões cumprem propósitos nacionais de equidade, à medida que muitos serviços públicos ofertados pelos níveis subnacionais, tais como educação, saúde e bem-estar social, têm fortes efeitos redistributivos para os moradores.
- 4) **Compensação pela disseminação de benefícios ou externalidades:** alguns bens públicos fornecidos e financiados por uma jurisdição

produzem benefícios para os residentes de outras jurisdições que não contribuem para a sua oferta. O efeito de disseminação de benefícios ou externalidades pode levar o governo ofertante a subofertar os serviços, provocando assim ineficiências.

- 5) **Influenciar prioridades locais:** em países federais, são frequentes os conflitos entre as prioridades dos diferentes níveis de governo. Os níveis superiores de governo podem utilizar o seu poder de gasto, por meio das transferências *ad hoc*, para induzir os níveis inferiores de governo a aderir à determinadas prioridades. As transferências podem exigir contrapartidas que variam inversamente com a capacidade fiscal do destinatário.
- 6) **Lidar com as deficiências de infraestrutura e criação de estabilidade macroeconômica em regiões deprimidas:** as transferências fiscais podem ser utilizadas para cumprir os objetivos do governo central orientados para a estabilidade regional. As transferências de capital são essenciais para o alcance dessa finalidade, pois financiam a construção de infraestrutura, sobretudo nas regiões mais pobres, facilitando a sua integração à economia nacional.

Reschovsky (2007) afirma que, em sistemas fiscais descentralizados, o primeiro objetivo possível de um programa de transferência de equalização é assegurar que todos os cidadãos, independentemente do seu local de residência, tenham acesso a uma quantidade mínima e qualidade dos serviços públicos ofertados pelos governos subnacionais.

O segundo objetivo possível para as transferências de equalização é “reduzir, ou mesmo eliminar”, disparidades fiscais entre os governos estaduais ou locais. Tais disparidades podem ser atenuadas por meio de transferências proporcionais ao tamanho do hiato de necessidade e capacidade (hiato fiscal) ou através da concessão de transferências somente para aqueles governos que se encontram em situação mais difícil.

O terceiro objetivo das transferências de equalização destina-se a cumprir o princípio da equidade horizontal. Como os moradores de diferentes jurisdições subnacionais são submetidos à mesma carga

tributária, o sistema de transferências precisa assegurar que tenham acesso ao mesmo nível de serviços públicos. Essa meta é denominada de garantia de equidade aos contribuintes (*ensuring taxpayer equity*).

Tipos de transferências entre os níveis de governo

Shah (2007) e Muwonge e Ebel (2015) assinalam que as transferências são classificadas em duas grandes categorias: as transferências de uso geral (também chamadas de “incondicionais”) e para fins específicos (igualmente chamadas de “condicionais” ou “vinculadas”). A fonte das transferências, ou “fundo para transferências” (*transfer pool*), pode ser o orçamento geral do governo concedente (central ou estadual) e deve incluir uma proporção de impostos específicos.

Transferências de uso geral

Transferências de uso geral (*general purpose transfers*) não têm condições associadas à natureza dos gastos do destinatário pois os governos subnacionais beneficiários têm liberdade para exercer os seus poderes discricionários no uso de tais transferências, à medida que tem por finalidade preservar a autonomia local e a equidade interjurisdicional. São geralmente fornecidas como suporte ao orçamento, sem vinculação. Portanto, à medida que inexistem condições de utilização, as transferências incondicionais podem ser empregadas em qualquer tipo de função ou para reduzir os impostos locais.

As transferências de uso geral são denominadas de transferência em bloco (*block grants*) quando utilizadas para fornecer apoio geral em uma área da despesa subnacional (como a educação), mas permitindo que os destinatários estipulem a sua alocação em funções específicas.

As doações em bloco não estão claramente definidas, situando-se numa região cinzenta entre transferências de uso geral e as transferências para fins específicos, pois fornecem apoio orçamentário, sem vinculações, em uma área determinada da despesa subnacional.

Transferências para fins específicos

As transferências para fins específicos, também denominadas de condicionais ou vinculadas, financiam atividades ou programas específicos ou fornecem incentivos para os governos subnacionais realizá-los. Elas podem ser de natureza regular ou obrigatória (*mandatory*), ou podem ser discricionárias ou *ad hoc*. Nas transferências condicionais, geralmente o tipo de despesas que podem ser financiadas com esses fundos (condicionalidade baseada nos insumos) é especificado. Elas abarcam gastos de capital, gastos operacionais específicos, ou ambos. Nas transferências condicionais, é possível exigir o alcance de determinados resultados na prestação de serviços (condicionalidade baseada nos resultados). A condicionalidade baseada em insumos (*inputs*) é geralmente considerada invasiva e improdutiva, enquanto que a condicionalidade baseada nos resultados (*outputs*) pode promover os objetivos do concedente e, ao mesmo tempo, preservar a autonomia do governo beneficiário.

Nas transferências condicionais é possível incorporar disposições de contrapartida (*matching provisions*); ou seja, podem exigir que os governos subnacionais financiem uma determinada percentagem dos gastos com recursos próprios. Os requisitos de contrapartida podem ser de dois tipos. No primeiro, denominado de requisitos abertos ou ilimitados (*open-ended*), o governo concedente (central ou estadual) iguala (*matched*) qualquer nível de recursos que o governo beneficiário oferece. O segundo, denominados de requisitos fechados ou limitados (*closed-ended*), quando o concedente iguala os fundos municipais só até um máximo pré-

determinado.

Algumas transferências condicionais dispensam a contrapartida do governo beneficiário, exigindo somente que os fundos sejam utilizados para uma finalidade específica. Por isso são denominadas de transferências condicionais sem contrapartida (*conditional nonmatching transfers*). Para um determinado nível de assistência, os governos beneficiários podem preferir transferências incondicionais sem contrapartida, proporcionando-lhes o máximo de flexibilidade para alcançar os seus próprios objetivos.

Partilha de receitas

O compartilhamento ou partilha de receitas é um instrumento importante para corrigir, o hiato vertical. Contudo, é um instrumento que traz consigo outro ponto de indefinição conceitual. Rao (2007) assinala que “compartilhar impostos é um importante instrumento de transferências intergovernamentais para harmonizar os sistemas tributários, garantir a estabilidade e autonomia das políticas fiscais subnacionais” (RAO, 2007).

Os acordos de partilha de receitas podem ser de dois tipos. No primeiro tipo, o governo que gera receita (por exemplo, governo central ou estadual) determina a base tributária, e o governo destinatário (por exemplo, Município) agrega sua própria sobretaxa (*surtax*), um imposto local adicional aplicado à base fiscal, através de uma taxa determinada pelo Município. No acordo, o governo local ou, em geral, a autoridade central, administra e coleta a receita para todos os governos que participam da base tributária.

A participação na base tributária, em que o governo central “desocupa” (*vacates*) uma parte da base fiscal total para fornecer ao governo subnacional a opção de determinar sua própria taxa de imposto, que é muitas vezes chamada de “sobreposição fiscal” (*piggybacking*), é particularmente comum na América do Norte. O mérito da sobreposição é

preservar a autonomia fiscal da jurisdição subnacional e, ao mesmo tempo, minimizar o seu custo de administração fiscal.

O segundo tipo de acordo consiste da participação na arrecadação de receitas, que estabelece que uma parte das receitas geradas pelo nível superior de governo, deve ser partilhada entre ele e os governos subnacionais. O sistema de partilha de receita pode ser definido na Constituição, determinado por uma Comissão Constitucional que é formada periodicamente ou instituído com base em acordos entre o governo central e os governos subnacionais.

O sistema pode incluir apenas o governo central e regional, ou pode também incluir governos locais. A partilha pode ser instituída respeitando a origem dos recursos, caso em que a meta para a partilha do imposto é simplesmente corrigir o desequilíbrio vertical, ou pode ser definida de acordo com a população, tornando-se assim neutra do ponto de vista distributivo. Ela pode ser usada para compensar deficiências fiscais, equalizando a capacidade ou necessidade fiscal, ou pode ser projetada para alcançar o desenvolvimento regional e melhorar o esforço fiscal (RAO, 2007, MUWONGE; EBEL, 2015).

Slack (2007) observa que a vantagem de partilhar receitas reside no fato de que a transferência para os governos subnacionais aumenta automaticamente à medida que o rendimento dessa fonte de receita cresce. Para ser uma fonte estável de receitas para os governos beneficiários, o percentual compartilhado tem de ser mantido ao longo do tempo. Contudo, a partilha de receitas apresenta desvantagens, pois não fortalece a autonomia, a prestação de contas ou a eficiência local. Os governos locais não definem taxas de impostos ou a base tributária, e recebem transferências, independentemente do seu esforço fiscal.

Em muitos países, a distribuição das receitas dos recursos naturais não renováveis (*royalties*, acordos de partilha da produção ou dos

dividendos de empresas estatais nesses setores) constitui-se, ao mesmo tempo, em fonte de receitas para diferentes níveis do governo, e assunto polêmico nas relações fiscais intergovernamentais. A literatura teórica sobre o assunto geralmente advoga a centralização de tais recursos por motivos econômicos (impedindo que os orçamentos subnacionais sejam afetados pela elevada volatilidade característica desse tipo de receita) e distributivos (porque os recursos naturais não renováveis geralmente estão concentrados em algumas jurisdições subnacionais).

Existem também argumentos que sustentam a necessidade de se transferir parte das receitas às jurisdições nas quais está localizada a exploração, visando compensá-las pelos impactos ambientais negativos associados à atividade e dotá-las dos recursos necessários à criação e manutenção de infraestrutura requerida para o desenvolvimento de tais atividades. Países altamente dependentes de recursos naturais não renováveis são mais propensos a centralizar a receita que aqueles menos dependentes. Ademais, países unitários (como os grandes produtores de petróleo no Oriente Médio) tendem a centralizar mais receitas oriundas desse tipo de recursos do que as federações (TER-MINASSIAN, 2012).

A dispersão geográfica do poder impõe desafios relacionados à forma de atribuição de responsabilidades, sobretudo no que se refere à tributação e aos gastos. Os desafios estão associados principalmente ao alcance do grau ótimo de descentralização, à medida que algumas atividades são melhor desempenhadas pelo governo central em razão da existência de economias de escala, externalidades ou desperdícios ocasionados pela concorrência entre jurisdições; enquanto outras apresentam ganhos consideráveis se atribuídas aos governos subnacionais, que conhecem melhor as preferências dos seus moradores e estão mais expostos ao seu controle, aumentando assim o grau de responsabilidade dos gestores públicos frente aos cidadãos.

Contudo, a descentralização de atribuições geralmente provoca desequilíbrios verticais e horizontais, corrigidos por meio de transferências ou mecanismos de partilha de receitas. As transferências destinadas a corrigir desequilíbrios verticais são provenientes dos níveis superiores e destinadas aos níveis inferiores de governo. Os níveis superiores podem ainda compartilhar receitas – cuja arrecadação é de sua competência exclusiva – com os níveis inferiores. Os desequilíbrios horizontais podem ser igualmente corrigidos por meio de transferências, priorizando as jurisdições com menor nível de desenvolvimento, que devem ser contempladas com mais recursos.

Portanto, os pressupostos do federalismo fiscal apresentados nesta Seção representam uma perspectiva mais serena e realista sobre o funcionamento do sistema federal e das relações intergovernamentais, particularmente em países que comportam grandes diversidades, como o Brasil, do que aquela oferecida pelos adeptos da Escolha Pública e do federalismo competitivo.

Como será abordado a seguir, a evolução do federalismo no Brasil se confunde com a ampliação e modernização do sistema de transferências, gradativamente perseguindo propósitos consagrados na literatura e na experiência federal de outros países, cujas relações intergovernamentais já se encontram em estágio avançado de amadurecimento.

Federalismo fiscal no Brasil

A proclamação da República, em 1889, introduziu o sistema federal brasileiro, que depois foi instituído com a Constituição de 1891. Houve, de fato, a imposição unilateral de um novo sistema, sem que houvesse, portanto, negociação ou o atendimento de reivindicação dos estados federados, configurando o denominado federalismo pragmático, gestado

a partir da negociação de interesses privados imediatos, originando um federalismo desigual (CALLADO, 2005).

Embora tenha se inspirado no modelo norte-americano, em que o federalismo foi uma técnica empregada para unir os estados e províncias que eram entidades políticas autônomas, o sistema implementado no Brasil atendeu ao propósito de dividir o que antes tinha sido um sistema unitário de governo. Isso foi uma clara reação ao modelo político vigente no Império, marcado pela intensa centralização, conflitando com as exigências de um país de dimensões continentais, grande diversidade de regiões e distintas tradições.

Ocorreu, ao longo da experiência republicana, um “movimento pendular” da federação brasileira, como foi denominado por Rezende & Afonso (2006). Serra e Afonso (2007) ressaltaram que “desde a sua criação, o sistema federal brasileiro tem passado por ciclos de contração e expansão acentuada do governo central”. Na República Velha (1891-1930), houve elevado grau de descentralização, coexistindo um governo federal débil com estados independentes fortes.

O primeiro governo Vargas (1930-1945) provocou uma progressiva concentração dos poderes no âmbito federal, à medida que esteve empenhado em expandir e integrar o mercado interno e criar as bases para a industrialização do país. A redemocratização do país (1946-1964) implicou descentralização política e fiscal, em meio à ampliação das disparidades regionais, em virtude da crescente concentração da atividade econômica no Sudeste.

Novo movimento pendular em direção à maior centralização foi empreendido durante o regime militar (1964-1985). No início do governo militar, a reforma tributária levou ao aumento da participação do governo federal na arrecadação, mas houve significativa modernização do sistema de arrecadação e de partilha, com a introdução de impostos sobre valor

adicionado e a mudança nos mecanismos de transferências para os governos subnacionais, por meio da introdução do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A queda do regime militar e o processo de redemocratização do país contribuíram para novo movimento de descentralização. A Constituição de 1988 contemplou uma acentuada descentralização administrativa, delegando muitas responsabilidades para estados, distrito federal e municípios – sobretudo nas áreas de saúde e educação. Entretanto, no campo tributário, a descentralização foi mais pronunciada do lado da repartição das receitas, do que da estrutura tributária, à medida que foram ampliados e aprimorados os mecanismos de transferências intergovernamentais.

A Constituição de 1988 também elevou os municípios à condição de *entes federativos*, passando a desfrutar de autonomia frente aos estados e a união, que não podem determinar ou proibi-los de realizar ações, ainda que contribuam com parcela significativa das suas receitas (OECD, 2013), mas ficaram imunes ao “controle fiscal e administrativo do ente maior no qual se encontravam geograficamente inseridos” (VERGOLINO, 2014).

A Constituição de 1988 melhorou os critérios de redistribuição dos recursos em favor das regiões menos desenvolvidas. O sistema de transferências define as várias modalidades de transferências intergovernamentais da união e dos estados. No Brasil, as transferências fiscais da união podem ser classificadas quanto: a) aos requisitos legais - obrigatórias: constitucionais ou legais e; discricionárias: voluntárias, para Organizações da Sociedade Civil, por delegação e específicas. b) À finalidade - devolutivas, redistributivas, compensatórias, indenizatórias e mantenedoras. c) À aplicação dos recursos: vinculadas ou desvinculadas .

O FPM é a principal transferência do governo federal para Municípios e representa a segunda maior categoria, perdendo apenas para os repasses de ICMS feitos pelos estados e constitui-se em importante

instrumento de redistribuição da renda nacional. Trata-se de transferência de uso incondicional, obrigatória, sem contrapartida e redistributiva. Neste caso, da união para os municípios. Desde a instituição das primeiras formas de transferências intergovernamentais no Brasil, em 1946, os percentuais de repasse sofreram significativos incrementos, possibilitando que, em meados de 2016, fossem destinados ao Fundo, 24,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI, arrecadados pela união.

A Constituição de 1988 também determinou que estados (inclusive distrito federal) e municípios devem aplicar pelo menos 25% da receita de impostos (abrangendo aquela proveniente de transferências de impostos) na manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 1996, foi instituído o FUNDEF – para o financiamento do ensino fundamental – que foi substituído, em 2006, pelo FUNDEB – ampliado para o financiamento da educação básica.

Transferências estaduais para os municípios

As duas transferências provenientes dos estados para os municípios são a cota-parte do IPVA e a cota-parte do ICMS. Os critérios de repasses estão previstos na CF e em dispositivos infraconstitucionais. Os repasses do IPVA correspondem a 50% do produto da arrecadação, realizada pelo estado, e se destinam ao município no qual o veículo for emplacado. É um exemplo de imposto sobre propriedade cuja centralização da arrecadação nas mãos do governo estadual permite considerável aumento da eficiência, em razão dos ganhos de escala, eliminação da possibilidade de guerra fiscal entre municípios na fixação da alíquota e, especialmente, redução da sonegação que geralmente acompanha a municipalização de imposto sobre propriedade – como é verificado com o IPTU.

Em 2014, foram arrecadados R\$32,4 bilhões (0,59% do PIB) ou

1,76% de toda a arrecadação de tributos no Brasil, sendo destinados para os Municípios cerca de R\$16,2 bilhões ou 0,295% do PIB. Mesmo que a quantidade e o valor dos veículos automotores sejam muito inferiores aos dos imóveis urbanos, a arrecadação de IPVA historicamente supera a do IPTU (REIS, 2016).

O ICMS representa uma expressiva fonte de arrecadação de impostos para os governos estaduais e a cota-parte distribuída aos Municípios tem um peso importante nas suas receitas correntes, especialmente daqueles mais ricos. O critério de distribuição segue regramento constitucional, que define, no Art. 158, o repasse de 25% do produto da arrecadação para os municípios, sendo 75% transferidos de acordo com o Valor Adicionado Fiscal (VAF), apurado em cada um dos municípios (a parcela impositiva), à medida que o estado tem de usar unicamente tal critério na partilha. A parcela restante de 25% deve ser destinada conforme previsto em legislação estadual (a parcela autônoma).

Desde a promulgação da Constituição, em 1988, os governos estaduais têm buscado aprimorar os mecanismos de distribuição da parcela autônoma, provocando, por essa razão, o surgimento de grande variedade de critérios para tal distribuição. No estado de Minas Gerais, cumprindo o dispositivo constitucional, em 1991, foi aprovado o Decreto-Lei nº 32.771 definindo que, além do VAF, a distribuição da cota-parte do ICMS contemplaria os municípios mineradores e ofereceria uma compensação financeira por emancipação de distritos. O mecanismo adotado favorecia os municípios que apresentavam maior dinamismo econômico. Para Riani (2000), o critério de repasse “levava inevitavelmente a um perfil altamente concentrado da distribuição da cota municipal do ICMS àqueles mais desenvolvidos que, por suas características, têm uma atividade econômica mais intensa, e, como consequência, um maior volume de valor adicionado fiscal” (RIANI, 2000).

Com o propósito de promover uma distribuição do ICMS que contemplasse mais favoravelmente os municípios com menor dinamismo econômico, e, por conseguinte, mais pobres, foi promulgada a Lei Estadual nº 12.040/95, conhecida como Lei Robin Hood. Após 1995, algumas alterações nos percentuais de distribuição foram introduzidas. Contudo, somente em 2009, com a Lei Estadual nº 18.030, houve uma mudança consistente, com a diminuição do peso econômico em favor de critérios sociais, configurando o “ICMS Solidário”, após grande debate promovido pela Assembleia Legislativa, além da inclusão de 6 novos critérios.

Como apresentado, as transferências no Brasil foram progressivamente cumprindo requisitos recomendados pela teoria normativa das finanças públicas, bem como pela prática de outros países, sobretudo por visar a equalização, atenuando os desequilíbrios fiscais. As transferências do FPM privilegiam o critério redistributivo e acabam desconsiderando a capacidade fiscal dos beneficiados, causando grande dependência, à medida que a maioria desses municípios ignora a necessidade de realizar esforço próprio de arrecadação. As transferências vinculadas ao ICMS, por sua vez, priorizam a devolução, já que a maior parte do valor repassado aos municípios está associada ao VAF, beneficiando mais os lugares onde ocorre a receita. Essas duas modalidades de transferências representam importante fonte de recursos os municípios, mas há uma discricionariedade relativamente baixa.

Conclusão

O trabalho versou sobre as profundas discordâncias acerca da natureza do federalismo, especialmente a partir de duas perspectivas distintas: cooperação *versus* competição. A primeira narrativa, polarizada em torno do Federalismo Fiscal de Primeira Geração, foi vivamente

influenciada pela obra de Musgrave, amparada na suposição da existência de falhas de mercado que justificam a intervenção do Estado para a sua correção, por meio do desempenho das funções alocação, distribuição e estabilização. Tais funções deveriam ser delegadas para cada um dos níveis de governo, considerando determinados critérios de eficiência e as diferentes habilidades de cada um no cumprimento das referidas funções.

As ideias disseminadas pelos teóricos do Federalismo Fiscal de Primeira Geração foram coerentes com o federalismo cooperativo, paradigma dominante nos Estados Unidos após o *New Deal*. O federalismo cooperativo americano implicou significativa sobreposição de atribuições entre níveis de governo, com a estruturação de arrojado sistema de relações intergovernamentais, fundamentalmente por meio da criação e difusão dos mecanismos de transferências. O modelo americano inspirou outros países federais, como o Brasil.

Conforme salientado, a construção do federalismo no Brasil oscilou entre momentos de centralização com outros de descentralização – o movimento pendular. Entretanto, após golpe de 1964, não obstante o processo de centralização empreendido pelos governos militares, foram instituídos mecanismos destinados a promover maior cooperação entre os níveis de governo, em especial o aprimoramento do sistema de transferências. A Constituição de 1988 proporcionou significativos avanços nas relações intergovernamentais, inaugurando nova etapa de descentralização, cujo fato marcante foi o reconhecimento dos municípios como entes federativos autônomos.

Embora tenha havido visível esforço para aprimorar o sistema de transferência, tornando-o instrumento mais efetivo de correção dos significativos desequilíbrios verticais e horizontais presentes no âmbito do federalismo brasileiro, persistem ainda pronunciadas assimetrias entre estados e entre municípios.

A redução das assimetrias entre os estados e entre os municípios torna-se condição indispensável para o alcance de maior equilíbrio federativo e preservação da unidade política e institucional, conquistas invejáveis que precisam ser transferidas para as gerações futuras. Contudo, alterações sugeridas, como a PEC nº 188/19, podem causar retrocessos profundos na pactuação federativa brasileira, refletindo no aumento das disparidades regionais.

Referências

BOADWAY, R. Grants in a federal economy: a conceptual perspective. In: BOADWAY, R. e SHAH, A. (Eds.). **Intergovernmental fiscal transfers: principles and practice**. Washington: The World Bank, public sector governance and accountability series, 2007.

BOADWAY, R. e SHAH, A. Overview. In: BOADWAY, R. e SHAH, A. (Eds.). **Intergovernmental fiscal transfers: principles and practice**. Washington: The World Bank, public sector governance and accountability series, 2007.

BOADWAY, R. e SHAH, A. Overview. **fiscal federalism – principles and practices of multiorder governance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BOWMAN, A., e KEARNEY, R. **State and local government**. Wadsworth: Cengage Learning, 2011.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **O que você precisa saber sobre as transferências fiscais da união – princípios básicos**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2015b.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Transferências Intergovernamentais**. Brasília: Ministério da Fazenda/SURIN – Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais para com

Estados e Municípios/COINT – Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais, 2016.

Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/educacao-fiscal/pnef/reunioes-de-trabalho/rio-de-janeiro/apresentacoes-1/transferencias-intergovernamentais-stn>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BRENNAN, G. e BUCHANAN, J. M. **The power to tax – analytical foundations of a fiscal constitution**. Indianapolis: Liberty Fund, 2000a.

CALLADO, M. C. **Sobre a história e a estrutura atual do federalismo fiscal no Brasil sob a perspectiva particular dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM)**. 2005. 157 f. Tese (Doutorado) - Ciência Econômica, Universidade de Colônia, Alemanha, 2005.

DYE, T. R. **American federalism: competition among governments**. Massachusetts/Toronto: Lexington Books, 1990.

ELAZAR, D. J. Anàlisi del federalisme. In: ELAZAR, D. J. **Anàlisi del federalisme i altres textos**. Generalitat de Catalunya: Institut d'Estudis Autònoms (Clàssics del federalisme), 2011b.

ELAZAR, D. J. **Federalism: an overview**. Pretoria: HSRC Publishers, 1995.

HOLCOMBE, R. G. Growth of local government in the United States. In: ROWLEY, C. K. e SCHNEIDER, F. (Eds.) **The encyclopedia of public choice**. New York: Kluwer Academic Publishers, 2004.

MUSGRAVE, R. **Teoria das finanças públicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1976.

MUWONGE, A. e EBEL, R. D. Finanzas intergubernamentales en un mundo descentralizado. In: FARVACQUE-VITKOVIC, C. e KOPANYI, M. (Eds.). **Finanzas municipales: manual para los gobiernos locales**. Washington, DC: Banco Mundial, 2015.

OATES. W. E. An essay on fiscal federalism. In: BAIMBRIDGE, M.

e WHYMAN, P. (Eds.) **Fiscal federalism and european economic integration**. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2004.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Relatório Territorial da OCDE: Brasil 2013**. Paris: OECD Publishing, 2013.

OSTROM, E. (Ed.). **The meaning of American federalism – constituting a self-governing society**. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1991.

RAO, M. G. Resolving fiscal imbalances: issues in tax sharing. In: BOADWAY, R. e SHAH, A. (Eds.). 2007. **Intergovernmental fiscal transfers: principles and practice**. Washington: The World Bank, public sector governance and accountability series, 2007.

RIANI, F. A nova experiência de distribuição da cota-parte do ICMS aos Municípios mineiros. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 31(1):96–107, jan-mar, 2000.

RIKER, W. H. **Federalism: origin, operation, significance**. Boston: Little, Brown and Company, 1964.

REIS, G. A. **Federalismo e finanças municipais no Brasil: uma análise espacial**. 415 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belo Horizonte.

RESCHOVSKY, A. Compensating local governments for differences in expenditure needs in a horizontal fiscal equalization program. In: BOADWAY, R. e SHAH, A. (Eds.). 2007. **Intergovernmental fiscal transfers: principles and practice**. Washington: The World Bank, public sector governance and accountability series, 2007.

REZENDE, F. e AFONSO, J. R. The brazilian federation: facts, challenges, and perspectives. In: WALLACK, J. S. e SRINIVASAN, T. N. **Federalism and economic reform international perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

RODDEN, J. Federalism. In: WEINGAST, B. R. e WITTMAN, D. A. (Eds.). **The Oxford Handbook of political economy**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

SERRA, J. e R. AFONSO, J. R. R. El federalismo fiscal en Brasil: una visión panorámica. **Revista de la Cepal**, 91:27–52, abril, 2007.

TER-MINASSIAN, T. **Reforma do Fundo de Participação dos Estados (FPE)**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Divisão de Gestão Fiscal e Municipal, Textos para debate IDB-DP-216, 2012.

ULBRICH, H. H. **Public finance in theory and practice**. London: Routledge, Taylor & Francis, 2013.

VERGOLINO, J. R. O. Federalismo e autonomia fiscal dos governos estaduais no Brasil: notas sobre o período recente (1990–2010). In: MONTEIRO NETO, A. **Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate**. Brasília: Ipea, 2014.

WAGNER, R. E. Competitive federalism in institutional perspective. In: RACHETER, D. P. e WAGNER, R. E. (Eds.). **Federalist government in principle and practice**. New York: Springer Science+Business Media, 2001.

WAGNER, R. E. **Design vs. emergence in a theory of federalism: toward institutional reconciliation**. George Mason University, Department of Economics, Working Paper No. 15–24 (Draft paper for the annual meeting of the Public Choice Society, San Antonio, March 13–15, 2015.). 2015. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/cf_dev/AbsByAuth.cfm?per_id=238919>. Acesso em: 25 fev. 2016.

WATTS, R. L. **Comparing Federal Systems in the 1990's**. Kingston: Institute of Intergovernmental Relations, Queen's University, 1996.

SALVEM OS LIVROS E AS BRUXAS: A PÓS-VERDADE É UMA DISTOPIA

*Elton Dias Xavier
Paulline Ribeiro Barros*

Introdução

Não por acaso se escolhe a distopia com tantas formas de eutopia bem à palma das mãos. Mas afinal, memórias, história e conhecimento fossem outra coisa que não o pesar, seriam bênção. As utopias têm o papel de provocar e alertar sobre questões sociais, culturais importantes à projeção da realidade como resultado das decisões tomadas no presente, para conscientizar sobre fatos importantes da realidade social e as mudanças que devem erigir para evitar ou proporcionar acontecimentos futuros.

Este ensaio tem como objetivo analisar a relação entre a distopia escrita por Ray Bradbury, intitulada “*Fahrenheit 451*”, e o fenômeno da pós-verdade, cujo conteúdo ainda incipiente já demonstra consequências à memória, história, conhecimentos, ciência.

Através dos estudos utópicos, identificam-se conceitos e definições de utopismo, utopia, eutopia e distopia, além de identificar categorias insertas no texto literário acima citado que propiciem análise

de características que as aproximem da pós-verdade. Por meio de pesquisa bibliográfica, pelo método de abordagem dedutivo, procede-se às comparações entre as previsões distópicas em Bradbury (2012) e as características apontadas no que respeita às manifestações da pós-verdade no Brasil e suas consequências.

A partir das características distópicas observadas na ficção literária utilizada nesse trabalho, tais como: necessidade de apresentação de um inimigo comum a ser combatido, a ameaça trazida pelos livros e pelo conhecimento e a indiferença aos fatos, busca-se aproximação com eventos recentes que apontam a ocorrência da pós-verdade. Neologismo eleito a palavra do ano pelo Dicionário Oxford em 2016, em razão do número crescente de buscas, diz respeito às circunstâncias em que os fatos tem menos influência na formação da opinião pública do que crenças e sentimentos, além de demonstrações de menosprezo à ciência e verificabilidade das informações, crença em teorias conspiratórias e comportamento negacionista em relação a fatos verificados e provados cientificamente.

A distopia nossa de cada dia

Antes de nos adentrarmos na obra distópica que proponho como forma de identificar e analisar a pós-verdade enquanto manifestação das distopias de nosso tempo, faz-se necessário que observemos as construções teóricas que fundamentam os estudos utópicos e suas conceituações, para que suas contribuições sejam propícia ao desenvolvimento deste trabalho.

A literatura utópica tem como papel transpor os sonhos e pesadelos que temos quanto às formas de organização da vida social, assim como permite que imaginemos caminhos diferentes daqueles que a realidade nos apresenta.

Os sonhos são responsáveis por levar as pessoas para lugares diversos da realidade que vivem, possibilitam que vislumbremos concepções diversas daquelas em que estão nossas insatisfações. O utopismo, desse modo, é um impulso, tendência humana para o sonho social daqueles que, insatisfeitos e críticos com o presente, envolvem-se em questões contemporâneas, desejam e imaginam alternativas àquela realidade (SARGENT, 1994).

A *Utopia*, enquanto expressão e manifestação do Utopismo, é observada como não-lugar onde sonhos e preocupações de organização da vida estão presentes e tem como primeira característica a inexistência programada com o *topos*, ou seja, com uma localização no tempo e no espaço que apresente verossimilhança, além de ser descrita em detalhes.

As contribuições de Sargisson (2012) apontam uma tendência do Utopismo percebido somente nas ficções, mas apesar de se manifestarem de forma mais presente na literatura ficcional utópica, não se deve tomá-lo somente por essa abordagem.

Do mesmo modo deve se apresentar como um lugar bom (utópico) ou ruim (distópico) ao menos para que seja percebido assim para o leitor, mas não se deve reduzi-las a essa caracterização. As utopias como forma de imaginar alternativas para o presente são muito mais profundas e têm o condão de apresentar cenários complexos, onde a crítica se manifeste e faça pensar.

Percepções acerca do que é bom ou ruim também são dinâmicas, o que significa dizer que aquilo que era utopia anteriormente, hoje pode ser vista como uma distopia e vice-versa. Na literatura utópica as utopias escritas em lugares e tempos diferentes devem ser interpretadas no sentido histórico e linguístico que se apresentam para que possam se comunicar com que as lê (SARGENT, 1994).

Alguns estudiosos ligam a utopia como representações de uma

sociedade perfeita, onde reina a harmonia e a ordem, ausente de problemas. Entretanto, a utopia não é um sinônimo de perfeição, e em certa medida, imaginar uma alternativa de lugar perfeito, por si só, é uma questão levantada pelos estudos utópicos.

Aquilo que representa o lugar ideal para um pode ser justamente o temor de outros. Aquilo que para mim é uma *eutopia*, ou a ideia, representação de um lugar bom, para o outro pode simbolizar uma distopia, ou seja, a representação de um lugar ruim. Enquanto as eutopias são observadas como insatisfação e crítica do presente, onde se deseja e se imagina uma sociedade melhor, a distopia lança um olhar de alerta para imaginar o pior da sociedade ou do mundo. Sargent (1994) sugere limites para que se observem escritas utópicas literárias e elenca as tradições utópicas na literatura.

Afirma o autor que as utopias são ficções, mesmo quando não usam uma das formas de ficção – em contraponto ao que Sargisson (2012) pontua –; a intenção de quem as escreve fornece limites, mas só podem ser aplicado com evidências sólidas; pode haver protagonistas não-humanos; o bom lugar manifesta-se numa necessidade social, pois apesar de que não se desconsideram utopias solitárias, a interação social é fundamental para a forma distópica, que é a representação que mais fortemente nos interessa nesse trabalho. Há em seu conteúdo um aspecto de mudança constante.

No que respeita aos formatos, Sargisson (2012) aponta características interessantes que auxiliam a detecção de uma obra utópica: a variedade de formatos, tais como ficções e textos teóricos, passando por questões de planejamento urbano e pelas relações com a natureza, por exemplo; autores de utopias lançam mão de jogos, sagacidade, ultrapassam limites e quebram regras; as utopias apresentam um visitante, alguém que está de fora, o outro; a característica mais interessante para essa análise parece ser o estranhamento. Esse distanciamento em que se produz, o excesso, a

diferença.

O protagonista da obra de ficção distópica que me proponho apresentar passa por um processo de verdadeiro estranhamento daquilo que enxergava próprio, próximo, conhecido. É levado pela curiosidade, inquietação e provocação a desconhecer a cidade onde vive ricamente descrita na obra, para então conhecê-la como realidade que castra o conhecimento.

Afirma Sargisson (2012) que esse distanciamento, ou alienação, é proposital nas utopias e servem para fazê-las atemporais, mas sempre com um pé no presente.

Quanto às críticas que se constroem ao redor do utopismo e de suas manifestações, importante apontar os alertas que se faz quanto aos usos que projetos utópicos já tiveram na história e a forma com que devem ser encaradas as tentativas de impor determinada concepção sobre o que é eutopia ou distopia. Afinal de contas, um projeto de sociedade surge, na maioria das vezes, como expressões de poder e visões dominantes.

Diante do exposto, a fim de realizar análise mais detida de determinadas categorias que se inscrevem nas distopias, e que auxiliarão na identificação de sua manifestação no fenômeno que se pretende abordar como objeto central desse trabalho, qual seja, a pós-verdade, impende trazer uma pequena apresentação (e muitos *spoilers*) da obra escolhida para desenvolvimento desse ensaio.

Fahrenheit 451, romance distópico escrito originalmente em 1953, apresenta uma sociedade imersa em avanços tecnológicos – especialmente os dispositivos de áudio e imagens, como a televisão – onde casas são construídas com materiais que evitam incêndios e bombeiros são responsáveis pela queima de livros.

Uma sociedade onde televisores são companhia e encerram a decoração das casas, além de representar as relações mais profundas que

as pessoas cultivam, é lugar onde adolescentes se arriscam em busca de novas sensações, usando carros como arma contra pessoas de sua idade, o conhecimento é visto como inimigo da felicidade, a memória e história são negadas e os livros devem ser extintos em favor do bem-estar social (BRADBURY, 2012).

Nesse lugar, onde a função de Gui Montag, o bombeiro protagonista da trama, cumpridor das normas, é restabelecer a ordem através da queima de casas onde há livros, a fim de que as pessoas não sintam o incômodo de pensar – uma vez que sua diversão é assistir programas que entretêm e façam sorrir – é tomado por sentimentos diversos quando conhece Clarice. Adolescente diferente de todos de sua idade, a menina o leva a exercitar seus sentidos, aguçar o olhar para o lugar onde vivem e observar a realidade como espectador, e não somente como mero vivente.

Em razão do desaparecimento de Clarice, Montag decide buscar informações mais sólidas sobre a história da profissão que exerce a complexidade da vida, o papel dos livros e a razão pelo qual todos os temem. Basta abrir uma página para que seus olhos não se esqueçam do encanto das letras impressas no papel (BRADBURY, 2012).

Além da opulência televisiva, uma importante invenção permeia toda a história. O sabujo mecânico, razão do medo e pesadelos de Montag, é um farejador de metal, capaz de reconhecer imensa variedade de odores e tem a missão de identificar o cheiro de livros e dos denunciados proprietários de livros. Tecnologia implacável desempenha papel de entretenimento pontual nas noites em que as chamas das casas incendiadas em razão da existência de livros em seu interior, atraem uma vizinhança de sociabilidade limitada para assistir ao grandioso espetáculo.

A sociedade descrita em *Fahrenheit 451* abomina os livros, a intelectualidade, rechaça a memória, desdenha da história, aponta professores e cientistas como profissionais cuja contribuição social não é

importante, uma vez que as pessoas aprendem nos manuais de instrução aquilo que precisam para viver e saciar sua necessidade de interação com os meios de comunicação externos.

A história das bibliotecas e dos livros é tão antiga como pródiga nas destruições que protagonizou, fossem elas mais ou menos intencionais. E a repetição pede atenção, assim como a insistência em queimar, demonstra uma intenção última: liquidar memórias e destruir modelos que não sigam a ordem vigente (e muitas vezes imposta) (SCHWARCZ, 2019, n.p.).

Em que pese ser uma obra de ficção científica, a temática apresentada no livro encontra correspondente no contexto atual. Bradbury, à época, alertava para as transformações sociais que ocorreriam por influência da televisão, mas que transportadas para nossa realidade podem ser identificadas nas tecnologias de comunicação e disseminação de desinformações.

Como mencionado, a concepção de distopia não é unívoca e não há conceituação que elenque todas as características ínsitas às distopias, ou a falta de alguma característica represente sua descaracterização. Mas, em razão da natureza deste trabalho, pretende-se observar categorias específicas que forneçam subsídios à análise da pós-verdade enquanto fenômeno que desafia o conhecimento e a intelectualidade.

Nesse sentido, *Fahrenheit 451* tem o condão de nos guiar para um lugar onde ler é proibido, a memória e a história não importam, a convivência entre as pessoas se limita a pequenos diálogos onde não há nada que relatar, a não ser os programas de televisão, muito admirados. A intelectualidade e a ciência são menosprezadas sendo que essa última é utilizada como aparato estatal para perseguir a primeira.

Porque a pós-verdade é distópica

Temperatura na qual os livros pegam fogo e queimam, *Fahrenheit 451* traz em sua narrativa aspectos atemporais que auxiliam na compreensão do fenômeno da pós-verdade, uma vez que suas características sugerem aproximação com as manifestações mais flagrantes do contexto no qual estamos incluídos.

A ilegalidade de portar e ler livros, a defesa de uma hierarquização e grau de importância dos conhecimentos academicamente transmitidos e das descobertas que geram debate, avanços e propõem quebra de certezas cristalizadas, é pano de fundo da ficção científica acima descrita, mas resguardadas as devidas proporções, são características de discursos e orientações cada vez mais presentes em várias partes do globo, inclusive no Brasil.

A literatura ficcional tem o intuito de fascinar, tornar maleável e perceptível o contexto no qual nos inserimos e pode também contribuir como alerta aos tempos futuros.

No caso da obra distópica *Fahrenheit 451*, busca-se identificar características apresentadas no livro que permitam analisar o fenômeno da pós-verdade e suas consequências, mais detidamente, para o conhecimento. Em certa altura do diálogo, é possível observar aspectos importantes para que sejam feitas aproximações com as manifestações da pós-verdade no cenário brasileiro atual.

Na obra ficcional, Beatty, chefe dos bombeiros, é questionado por Montag várias vezes sobre o papel da Instituição da qual fazem parte e se na história os bombeiros já desempenharam outro papel que não somente queimar livros. No decorrer da trama o chefe nega, mas numa altura de grande indagação por parte de Montag, afirma que, antes de tudo aquilo, os bombeiros apagavam incêndios ao invés de provocá-los (BRADBURY,

2012).

Mas o que parece ser um arrefecimento serve para confirmar um comportamento passivo de Beatty. Ao tecer considerações sobre os livros, sua finalidade e os motivos pelos quais foram banidos daquela sociedade, manifesta desagrado com o interesse de Montag, aponta questões como a qualidade das obras e a forma com que eram feitas críticas ao seu conteúdo como justificativa para a proibição, com o fito de convencê-lo de que é melhor não se aproximar dos livros.

Em sua narrativa diz que a profundidade dos livros foi sendo reduzida para se adaptar às queixas de um número cada vez maior de pessoas que não estavam felizes com o que liam sobre si e seu grupo. Dessa forma, usavam-se mais figuras do que palavras, e, de igual modo, reduziam-se as correspondências com a realidade, a fim de que as pessoas tivessem suas vontades satisfeitas. Nesse sentido, afirma Beatty referindo-se à proibição realizada que:

Os livros, diziam os críticos esnobes, eram água de louça suja. Não admira que parassem de ser vendidos, disseram os críticos. Mas o público, sabendo o que queria, com a cabeça no ar, deixou que as histórias em quadrinhos sobrevivessem. E as revistas de sexos, 3-D, é claro. Aí está, Montag. A coisa não veio do governo. Não houve nenhum decreto, nenhuma declaração, nenhuma censura como ponto de partida. Não! A tecnologia, a exploração das massas e a pressão das minorias realizaram a façanha, graças a Deus. Hoje, graças a elas, você pode ficar o tempo todo feliz, você pode ler os quadrinhos, as boas e velhas confissões ou os periódicos profissionais (BRADBURY, 2012, p. 81).

A conversa segue e Montag deseja saber quando a função que exerce mudou de natureza e qual a razão. O chefe dos bombeiros, calmamente, afirma que se trata de defender a igualdade entre os homens e sua prevalência, mas não no sentido formal ou material da norma constitucional.

A igualdade apresentada por Beatty e que deve ser defendida, nesse

contexto, é a **ausência de diferença** entre as pessoas, que era causada em razão da inteligência, intelectualidade e que, segundo o chefe dos bombeiros, era meio de menosprezo daqueles que não eram intelectuais, portanto, devia ser evitada e combatida. Assim, quando todas as casas se tornaram a prova de fogo, os bombeiros passaram a exercer outro papel social: a manutenção da ordem e a certeza de que os livros não seriam lidos ou mantidos nas casas.

Pode-se imaginar que em razão de ser uma obra literária, de ficção científica, distópica, o exagero é necessário para situar o leitor e alertá-lo sobre o futuro que o espera. Entretanto, a realidade dá conta do que Bradbury (2012) trazia em seu livro. A distopia ficcional nunca esteve tão flagrante, aliás, deve-se considerar que o futuro distópico previsto em *Fahrenheit 451* é nosso presente – mais uma vez, sem exagero.

Para ilustrar essa ideia e seus fundamentos, pode-se afirmar que, houve pelo menos, três ocasiões¹ recentes e de alcance nacional em que características da cidade inglesa onde a trama de ficção se passa, serviriam como uma luva para nossa realidade.

A Bienal do Livro, evento ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 2019, sofreu uma decisão judicial que permitia o recolhimento de exemplares de uma revista em quadrinhos – pasme Beatty – por considerar o conteúdo impróprio para o público infanto-juvenil a quem se dirigia, em razão de “ser LGBT” e não trazer alerta para os pais e adolescentes, além de ter em uma de suas páginas o beijo entre dois personagens masculinos². Fio de esperança, a decisão posterior condenava a apreensão dos livros na Bienal e sua tentativa de censura.

1 Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/320016/de-rubem-alves-a-machado-governo-do-ro-censura-classicos-literarios-nas-escolas-mas-depois-nega>. Acesso em 21 fev. 2020.

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/07/fiscais-da-prefeitura-chegam-a-bienal-apos-decisao-que-autoriza-a-apreensao-de-livros.ghtml>. Acesso em 10 out. 2019.

Na história incinerar páginas, livros inteiros em locais públicos é relatado em diversos períodos, governos e lugares e o temor de sua influência ultrapassa os limites ficcionais. A “queima e censura de livros são atos icônicos e simbólicos, que demonstram a emergência de Estados autoritários e abusivos, como esse em que estamos vivendo, e que costumam transformar a ‘diferença’ em ‘aberração’ e o ‘adversário’ em ‘inimigo’” (SCHWARCZ, 2019, n.p.).

Os avanços tecnológicos, de inovação, que testemunhamos através de pesquisa, estudos, debates, discussões e muita inquietação, além dos conhecimentos que sustentam as diversas formas de viver, produzir e pertencer a determinado grupo e comunidade, representam grande parcela de contribuição para facilitar e providenciar nossa manutenção na Terra.

Contudo, a percepção da diversidade como ameaça e da dúvida como instrumento de segregação é utilizada para denunciar ideias que promovam discussões e mudanças além de incentivar o ódio a pensamentos, iniciativas e grupos que enfrentem o estabelecido, aquilo que é imposto, determinado e que, portanto, deve ser acatado sem questionamentos.

Tiburi (2016, n.p.) chama atenção para o anti-intelectualismo, considerado como um preconceito que “se dirige atualmente à inteligência, ao conhecimento, à ciência, ao esclarecimento, ao discernimento. Ao mesmo tempo, esse ódio é velado, pois o lugar do saber é um lugar de poder que é interessante para muitos”.

Alerta a filósofa para o fato de que ele se manifesta contrariamente ao pensamento crítico, libertário, capaz de fazer desconstruir certezas e de evidenciar a ignorância que há por trás de todos os preconceitos. O pensamento e criatividade intelectuais tornaram-se características que, para algumas pessoas, precisam ser combatidos, inclusive em nível institucional, e por vezes excluídos ou criminalizados.

Transpondo para a atualidade a percepção de Beatty, pode-se

observar que a intelectualidade, suas conquistas – reservadas as críticas quanto ao acesso e condições de permanência em espaços que são ainda reduto de privilégios no Brasil – são vistas como característica de diferenciação, que desiguala as pessoas na medida de sua igualdade, favorecem alguns e desfavorecem muitos, fazem com que alguns sejam mais admirados que outros e por isso a necessidade de denunciá-la, coibi-la (BRADBURY, 2012).

No contexto da pós-verdade, o conhecimento científico e técnico é reduzido em virtude de teorias alternativas, crenças pessoais e o sentimento de pertencimento é fator que orienta a credibilidade dada a determinado fato. A dúvida que fundamenta o pensamento científico é utilizada como instrumento de negação dos estudos e evidências que sustentam a pesquisa e a estrutura de ficção da verdade. A confiança, o testemunho e a realidade são relativos. O que credita e robustece os argumentos, é a crença que se cultiva em determinado emissor ou mensagem, ainda que os fatos apresentem correspondência com os acontecimentos (DUNKER, 2017).

A máxima que melhor descreve a pós-verdade é: creio, logo estou certa. O surgimento do neologismo remonta os anos de 1992, quando Steve Tesich a utilizou para descrever situações observadas no ambiente político dos Estados Unidos da América e a resposta da sociedade às mentiras e escândalos de corrupção dos governantes, posteriormente descobertas.

Em razão da crescente utilização do termo, em 2016, o dicionário Oxford o elegeu a palavra do ano e apresentou seu significado, afirmando que “tem relação com, ou denota circunstâncias em que as pessoas respondem mais a emoções ou crenças do que aos fatos”³ (OXFORD, 2016 - tradução nossa).

O sentido apresentado pela pós-verdade é dado pelo que tomamos

³ Disponível em: <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth?q=post-truth>>. Acesso em: 02 jul. 2020. No original: Relating to circumstances in which people respond more to feelings and beliefs than to facts.

como verdadeiro, ou seja, aquilo que se filia às crenças pessoais, segurança e conforto que os conteúdos próximos aos nossos interesses e opiniões nos concedem, o que significa dizer que os métodos e evidências científicas perdem significado na formação da opinião pública, que por meio do uso de nossos desejos de conformação, apresentam fatos que melhor se adequem às nossas expectativas e crenças, ainda que não encontre correspondente na realidade fática. Esse é o aspecto identitário que se extrai do que se convencionou chamar pós-verdade.

No que concerne ao seu enfrentamento, Perini-Santos (2019) afirma que os mecanismos utilizados para combater notícias que apelem para critérios pessoais, emocionais, de pertencimento ou identidade devem ser ativados individualmente, de forma que qualquer pessoa possa se esquivar de acreditar num factóide ou numa *fake news*.

Percebe-se que o conteúdo que está atrelado a esses mecanismos não está diretamente ligado às teses e teorias científicas, como o “kit gay”, por exemplo, então o questionamento que se coloca é a razão pela qual esses mecanismos de checagem de informações do cotidiano não são ativados.

Bolhas informativas nas quais estamos mergulhados na internet, por exemplo, são espaços de reafirmação do que acreditamos ser factível, porque estabelecido em conformidade com nossos valores morais, religiosos, políticos e convicções pessoais. As plataformas digitais, nesse sentido, colaboram com a percepção limitada que temos sobre a realidade, pois depositam notícias, conteúdos, fatos que nos interessam, nos fascinam, porque iguais às construções que fazemos (PREGO, 2017).

Essas conformações e confirmações endereçam conteúdos que parecem informar, mas que de outra forma limitam o conteúdo apresentado e oferecem a falsa sensação de consenso, ou antes, certezas incontrastáveis no âmbito de nossas relações, de nossos pequenos espaços

que consideramos sólidos, confiáveis, verdadeiros em meio à enxurrada de informações que recebemos na era digital.

Há, no entanto, outro aspecto que deve ser observado. Em relação aos conteúdos científicos, as evidências do que é verdade ou não, é deferida aos especialistas e a um conjunto de conhecimentos que não são facilmente acessados e, nesse caso a deferência aos especialistas se manifesta, pois a sociedade credita aos estudiosos a função de informar sobre eventos, descobertas e resultados que importam a todos além de confiar nas decisões por eles tomadas para evitar episódios que ameaçam a vida no planeta, inclusive (PERINI-SANTOS, 2019).

Mas as teorias alternativas que negam conhecimentos comprovados por evidências científicas têm grande recepção no meio digital por várias razões, tais como a acessibilidade aos conteúdos, baixo custo de publicação e reputacional, como afirma o autor, além de proporcionar uma integração nos grupos que nutrem as mesmas opiniões. O viés de confirmação reforçado dentro dos filtros-bolhas ratifica posições distantes da realidade e facticidade.

No tempo de informações acessíveis à palma da mão, pode-se pensar que o conhecimento científico seria popularizado e conseguiria combater as teorias alternativas que não possuem base científica ou fática, mas o que ocorre é justamente o oposto. Questões de pertencimento a determinados grupos, identitárias ou valorativas têm sido substrato para que essas teses prevaleçam (PERINI-SANTOS, 2019).

Diferentemente da dúvida, debate e incertezas de que é feito o conhecimento científico, observa-se que a pós-verdade é terreno de certezas, convicções que se solidificam em razão dos nossos sentimentos e crenças pessoais, valores e pertencimento a determinado grupo, seja político, religioso, cultural, identitário (OLIVEIRA, 2018).

Nesse sentido, pode-se observar na obra distópica a qual faço

menção, e que nos permite identificar aspectos importantes da atualidade que a ficção previu no diálogo de Beatty e Montag as mudanças orquestradas na finalidade que se dava à escola e como foram importantes para o momento em que vivem na ficção, ou seja, de negação do conhecimento técnico, científico, especializado, para que não haja diversidade, conflito de ideias ou teorias. Assim dizia o chefe dos bombeiros a Montag:

Com a escola formando mais corredores, saltadores, fundistas, remendadores, agarradores, detetives, aviadores e nadadores em lugar de examinadores, críticos, conhecedores e criadores imaginativos, a palavra “intelectual”, é claro, tornou-se o palavrão que merecia ser. Sempre se teme o que não é familiar (BRADBURY, 2012, p. 81- destaque original).

A finalidade que a educação crítica, emancipatória, diversa, plural tem na vida das pessoas se apresenta como um exercício na construção e desenvolvimento de valores, concepções, auxilia na sustentação de governos democráticos, uma vez que propicia a participação ativa de seus cidadãos, conscientes do papel que exercem na sociedade em que vivem.

Reduzir ou retirar dela essa função ou através de políticas governamentais estimular sua subordinação a determinada ideologia em detrimento da multiplicidade de seus conteúdos, é aproximar-se de uma realidade cada vez mais excludente e dependente. Em contexto, quando se observa a sugestão de retirar a obrigatoriedade do estudo de certas áreas do conhecimento da grade curricular do ensino médio no país⁴ em razão do “grau de importância ou necessidade” de se estudar determinado objeto, pode-se identificar um discurso de hierarquização e menosprezo das áreas das ciências sociais e humanidades, que por não oferecer exatidão não serviriam à prática e, portanto, inútil à vida das pessoas.

Essa é a construção da análise que Beatty faz a fim de explicar a

4 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/filosofia-e-sociologia-serao-diluidas-no-ensino-medio/>. Acesso em 18 fev. 2020.

Montag o desaparecimento de Clarice, sua amiga adolescente que não se movia pelos comportamentos dos outros de sua idade. Afirmo que pessoas como ela, fora do padrão de comportamento social, são poucas, não têm uma vida longa, espaço para se expressar.

Beatty diz a Montag que se devem satisfazer as pessoas por meio de interações capazes de tornar insignificantes, as ações de “governos ineficientes, despóticos, ávidos por impostos” (BRADBURY, 2012, p. 84). É preferível que elas saibam que o são, mas que não se preocupem com isso, ou com a guerra. O personagem segue afirmando em tom de alerta:

Se você não quiser que se construa uma casa, esconda os pregos e a madeira. Se não quiser um homem politicamente infeliz, não dê a ele os dois lados de uma questão para resolver; dê-lhe apenas um. Melhor ainda, não lhe dê nenhum. [...] Encha as pessoas com dados incombustíveis, entupa-as tanto de “fatos” que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente “brilhantes” quanto a informações. [...] Não as coloque em terreno movediço, como filosofia ou sociologia, com que comparar suas experiências. Aí reside a melancolia. Todo homem capaz de desmontar um telão de tevê e montá-lo novamente, e a maioria consegue, hoje em dia está mais feliz do que qualquer homem que tenta usar a régua de cálculo, medir, comparar o universo, que simplesmente não será medido ou comparado sem que o homem se sinta bestial e solitário. Eu sei porque já tentei (BRADBURY, 2012, p. 84-85 – destaque original).

Infelizmente, o menosprezo às áreas de ciências sociais e humanidades não é obra de ficção. Não é nova a crença numa hierarquia e na diferença no que concerne à sua importância para a vida das pessoas, apesar da complexidade de análise dos fenômenos sociais serem maiores e mais abrangentes. Não há homem sem história, não deveria haver política pública sem estudo prévio que aponte seus meios e finalidades, bem como não deve a memória surgir sem rosto, tempo ou contexto.

Entretanto, há uma tendência de se considerar nefastos, prejudiciais, desimportantes os acontecimentos que explicam a realidade em que estamos imersos e que apresentem alternativas – ainda que

afirmem a hegemonia, monopólio de determinado meio de produção, ou processo de conhecimento, por exemplo – e que soam um alerta para que haja enfrentamento de manifestações que esvaziem a capacidade de transformação social promovida pelo conhecimento.

No fim da narrativa distópica de *Fahrenheit 451*, Montag depois de uma perseguição chega a um lugar onde encontra outras pessoas que se afastaram da cidade em razão de perseguição ou porque perceberam que não conseguiriam viver num lugar onde não há convivência, debate, construção de novas ideias. Um dos professores que encontra lhe indaga acerca da contribuição que poderia oferecer ao grupo e onde estaria ao que Montag responde indicando a cabeça (BRADBURY, 2012).

Nesse ponto, possível perceber a importância da memória como ferramenta para não deixar perecer os conhecimentos adquiridos durante a vida. O professor diz ao protagonista que devem proteger aquilo que lembram a fim de que o conhecimento não se perca, sob pena de desaparecer.

Nos estudos de Perini-Santos (2019), ele afirma que o conhecimento não desaparecerá em virtude das teorias alternativas, das notícias falsas ou da descrença nos especialistas. Mas chama atenção para um componente importante no que respeita tanto às condições de nossa continuidade no planeta, com referência ao aquecimento global, por exemplo, uma vez que é preciso que se entendam os riscos da descrença nesse processo, ou nenhuma providência será tomada, prejudicando a existência humana no planeta. Ainda alerta para o fato de que apesar do conhecimento científico em algumas áreas se fazer necessário e, portanto, não se deve ser extinto, é preciso que se observe o papel destinado aos especialistas, caso teorias infundadas os ultrapassem. Nas palavras do autor:

O problema é como o resto da sociedade vai se relacionar com esse conhecimento. O “desaparecimento” do conhecimento pode se expressar como a diminuição do espaço dos especialistas no espaço público decisório, o que

seria desastroso [...]. O problema não é que o conhecimento vai desaparecer. O que pode desaparecer é o seu efeito social (PERINI-SANTOS, 2019, n.p. – destaque original).

O autor, entretanto, elenca alternativas para que o conhecimento, importância e participação dos especialistas sejam defendidos. Em primeiro lugar, afirma que o acesso de qualquer pessoa, de qualquer grupo às Universidades e os centros de produção do conhecimento deve ser permitido, para que suas bases se ampliem com formas diversas de entender processos, objetos, fenômenos distintos.

Com isso, ficará mais claro que a produção de conhecimento não tem nenhuma ligação com pertencimento de grupos. Qualquer pessoa, de qualquer grupo, pode se formar para produzir conhecimento. Por isso é muito importante que as universidades se abram e mostrem que qualquer pessoa pode se formar para ser um cientista (PERINI-SANTOS, 2019, n.p.).

De igual modo, é importante que as identidades construídas sejam compatíveis com a produção de conhecimento, de maneira que valores e crenças pessoais sejam quais forem, não estejam em posição superior aos conhecimentos científicos.

A ficção também nos apresenta contribuições nesse sentido. O reconhecimento de que não são superiores ou melhores do que qualquer outro ser humano somente por guardarem em si conhecimentos e conteúdos diversos ausentes na maioria dos cidadãos daquele lugar, a perseverança na preservação do que aprenderam e paciência de entender que haverá tempo para que as pessoas percebam a realidade e o vazio em que vivem (BRADBURY, 2012).

Entretanto, essa postura, um tanto incômoda, a inação como forma de defesa e proteção do que conhecem talvez seja o maior alerta que a obra nos traz. Receio que não haja tempo para esperar que as Universidades e

centros de produção do conhecimento sejam buscados e, da mesma forma, é urgente que a concepção que se tem do conhecimento seja ampliada, para que possa construir efetivamente com as demandas que nos acionam.

Considerações finais

Conhecimento, descobertas, ciência e suas pesquisas, cultura, memórias, história e o encantamento que as letras produzem é quem somos, o que fazemos e buscamos. O conflito entre argumentos, a diversidade, debate e discussões são combustível para os avanços que desejamos ver na humanidade. Sim, essa é a utopia que move quem pesquisa e analisa questões caras à sociedade, sejam elas de que ordem for.

O contexto atual nos apresenta grandes desafios e questionamentos sobre a forma com que lidamos com a ciência, o conhecimento, as informações que recebemos a cada segundo nessa era digital onde os conteúdos estão em inúmeras bases, mas ao mesmo tempo temos a falsa impressão de que eles podem ser carregados no bolso.

O Brasil acompanha o globo numa virada à direita, ou ultradireita, em que a imensidão de identidades e de saberes é ignorada, mas não pela ausência de acesso à informação. É um projeto político que permite a redução cada vez mais flagrante da autonomia das universidades, da liberdade acadêmica e que nos impõe ação urgente como resposta proporcional à grave ameaça às liberdades e, portanto, à democracia.

Referências

BRADBURY Ray. **Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima.** Trad. Cid Knipel. 2 ed. São Paulo: Globo, 2012.

DE RUBEM ALVES A MACHADO: Governo do RO censura clássicos literários nas escolas, mas depois nega. **Migalhas**. São Paulo, 07 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/quentes/320016/de-rubem-alves-a-machado-governo-do-ro-censura-classicos-literarios-nas-escolas-mas-depois-nega>>. Acesso em 07 fev. 2020.

DUNKER, Christian. **Subjetividade em tempos de pós-verdade**. In: *Ética e Pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p.09-41.

ESTADÃO CONTEÚDO. Filosofia e Sociologia serão diluídas no ensino médio. **Exame**, São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/filosofia-e-sociologia-serao-diluidas-no-ensino-medio/>>. Acesso em 18 fev. 2020>.

G1, Rio de Janeiro, 07 out. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/07/fiscais-da-prefeitura-chegam-a-bienal-apos-decisao-que-autoriza-a-apreensao-de-livros.ghtml>>. Acesso em 10 out. 2019.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. Pós-verdade: Filha do Relativismo Científico?. **Outras Palavras**. São Paulo, 21 dez. 2018. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/posts/pos-verdade-uma-filha-do-relativismo-cientifico/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

PERINI-SANTOS, Ernesto. Das fake news à terra plana: pesquisador estuda ‘epidemia’ de ideias falsas que ameaçam o conhecimento e a democracia. [Entrevista concedida a] Marco Weissheimer. **Sul 21**, Porto Alegre, 25 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2019/11/das-fake-news-a-terra-plana-pesquisador-estuda-epidemia-de-ideias-falsas-que-ameacam-o-conhecimento-e-a-democracia/>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

OXFORD DICTIONARIES. **Post truth**. Disponível em: <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth?q=post-truth>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

PREGO, Victoria. **Bolhas informativas**. In A era da pós-verdade: realidade versus percepção. São Paulo: Uno desenvolvendo ideias, vol. 27, 2017, p. 20-22.

SARGENT, Lyman Tower. **The three faces of utopianism revisited**. Utopian Studies, Missouri, v. 5, n. 1, p. 1-37, 1994.

SARGISSON, Lucy. **Fool's gold: utopianism in the twenty-first century**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012, p. 1-40.

SCHWARCZ, Lilia. A queima de livros na história – e no presente. **Nexo Jornal**, São Paulo, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/colunistas/2019/A-queima-de-livros-na-hist%C3%B3ria-%E2%80%93-e-no-presente>>. Acesso em: 25 set. 2019.

TIBURI, Márcia. Ódio à inteligência: sobre o anti-intelectualismo. **Cult**, São Paulo, 12 out. 2016. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/50931-2/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

JOVENS QUE FAZEM CIDADE: CIRCULAÇÃO E RESISTÊNCIAS JUVENIS EM SÃO PAULO-SP¹

Giancarlo Marques Carraro Machado

Enrico Spaggiari

Introdução

O capítulo ora proposto pretende analisar como certos jovens cidadãos, associados a duas práticas corporais agenciadas em espaços urbanos – a saber, skate de rua e futebol –, resistem a relações de poder, assimetrias, desigualdades e segregações que configuram a cidade de São Paulo-SP. Serão evidenciadas, assim, as suas inserções em distintos contextos, além de suas artimanhas e transgressões que colocam em xeque eventuais pretensões políticas e urbanísticas tramadas pelas governanças urbanas.

O skate de rua constitui-se como foco de uma investigação que o

1 Este capítulo contém resultados parciais da pesquisa “A cidadinidade como questão: perspectivas antropológicas sobre o cotidiano urbano” (resolução 95/2019 CE-Pex/Unimontes), coordenada pelo Prof. Dr. Giancarlo M. C. Machado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS/Unimontes). A pesquisa conta com a colaboração da Prof. Dr. Maria da Luz Alves Ferreira (PPGDS/Unimontes). O texto conta, ainda, com reflexões a partir de etnografias realizadas para tese de doutorado de ambos os autores. Para mais, ver Spaggiari (2016); Machado (2017).

trata não apenas como uma prática multifacetada que transcorre no urbano, mas, igualmente, como sendo uma própria prática do urbano. Desta forma objetiva-se problematizar como jovens skatistas, através de suas inusitadas técnicas corporais, isto é, de suas manobras, embaralham certos ordenamentos e põem em suspensão embelezamentos estratégicos de uma cidade gerenciada como mercadoria e voltada para práticas de cidadania que são englobadas sobretudo por lógicas de consumo.

No caso do futebol, a cidade é uma variável fundamental para compreender dinâmicas, práticas e relações constitutivas do processo de produção de jovens jogadores. A partir de suas perspectivas e experiências urbanas, os jovens futebolistas vivenciam a cidade, intervêm e interagem com o espaço, criam relações, expressam afetividades, redefinem as margens e subvertem prescrições. Em deslocamento, articulam uma multiplicidade de contextos e relações vivenciadas entre campos de futebol, territorialidades essas continuamente atualizadas.

Pretende-se, portanto, investigar ambas as práticas corporais juvenis, skate de rua e futebol, de forma contextual e relacional. O capítulo analisará, à vista disso, temas que envolvem a categoria juventude² e sua relação com a cidade a fim de propiciar reflexões críticas acerca da diversidade de experiências cidadinas que possibilitam alargar o entendimento sobre o protagonismo juvenil em diferentes espaços de atuação. A cidade de São Paulo, nestas circunstâncias, não é considerada uma realidade a priori, como algo acabado e definido, mas sim em permanente construção (Joseph, 2005; Agier, 2011) e por ser notadamente marcada por distintos espaços, processos e um conjunto polifônico de representações e narrativas nativas (Frúgoli Jr., 2005).

² Tal como as categorias de infância e velhice, a noção de juventude é uma construção social e histórica que pode apresentar diversos sentidos e definições (Ariès, 2006; Groppo, 2000; Abramo, 1997; Pais, 1993). Como diversos estudos recentes têm apontado no debate antropológico e na esfera das políticas públicas, longe de serem homogêneas, fixas e rígidas, tais categorias são mutáveis, processuais e heterogêneas, além de pautadas por múltiplas disputas (Debert, 1998).

Skatistas na cidade: em busca de *picos*

A prática do skate de rua ocorre de maneira regular em incontáveis espaços da cidade, inclusive em áreas enobrecidas onde a presença, circulação e manobras dos skatistas são consideradas como incabíveis e repugnantes³. É o que acontece, por exemplo, no quadrante sudoeste paulistano, sobretudo nas três principais avenidas que compõem as novas centralidades da cidade: Avenida Paulista, Avenida Faria Lima e Avenida Berrini⁴.

As avenidas em questão são gerenciadas a partir dos anseios que emergem da associação e disputas entre grupos corporativos, instituições privadas e poderes públicos⁵. Além de se constituírem como importantes centros financeiros, elas também são marcadas por muitas atrações, empreendimentos empresariais e ofertas de serviços. Ao longo de suas extensões e redondezas é possível encontrar museus, bares, cinemas, restaurantes, shoppings, clubes, estações de metrô, além de majestosas edificações verticais que abrigam sedes de bancos, empresas multinacionais e inúmeros escritórios e salas comerciais. Os seus planejamentos foram assinalados por estratégias neoliberais com vistas a atender às demandas das centralidades das quais fazem parte. Em razão disso, as avenidas

3 Diversas pesquisas também já analisaram, em diferentes metrópoles do mundo, as repressões atribuídas à prática do skate quando realizada em áreas centrais. Para outras análises, ver Humphreys (1997), Borden (2001) e Nolan (2003).

4 É importante ressaltar que, de acordo com Frúgoli Jr. (2000, p. 41), “a expansão da centralidade de São Paulo (assim como sua dinâmica metropolitana mais ampla) seria fruto de um processo excludente de concentração de investimentos públicos, de concentração de renda e de poder”.

5 Para considerações mais detalhadas sobre os processos que levaram tais avenidas a se constituírem como centralidades paulistanas, ver Frúgoli Jr. (2000). Um dos interesses de tal autor é reconstituir e analisar como a centralidade foi “redefinida, articulada e negociada pelos grupos sociais dominantes no período mais recente da vida urbana de São Paulo, comparando, numa perspectiva sincrônica, o contexto de três espaços significativos [...] cuja territorialidade se define a partir da conjunção particular de instituições e atores sociais” (Frúgoli Jr., 2000, p. 43).

tiveram as suas condições arquitetônicas e urbanísticas remodeladas a fim de assegurar segurança, limpeza e ordenamento espacial em seus limites. Essas prioridades ficam evidentes em recentes políticas urbanas, como nas propostas de suas revitalizações.

A que ocorreu na Avenida Faria Lima, por exemplo, é prova dessa constatação. Anunciada pela prefeitura de São Paulo em 2012, a iniciativa visava trazer uma série de melhorias estruturais para o local, como acessibilidade, iluminação, padronização das calçadas e dos mobiliários urbanos. De acordo com a assessoria de comunicação da prefeitura:

Quando as obras estiverem concluídas, os transeuntes serão beneficiados com uma calçada mais larga, rotas de orientação, mais facilidade para atravessar na faixa de pedestres, passeio e postes de iluminação com foco maior no pedestre e não mais nos veículos (“Revitalização da Avenida Faria Lima tem acessibilidade e padronização de calçada”. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37451>. Acesso em 09/12/2015).

O croqui das intervenções deixava claro que os objetivos do projeto de renovação urbana seriam: 1) requalificar a paisagem urbana; 2) ordenação do espaço público; 3) valorizar a circulação de pessoas⁶. Portanto, com base naquilo que fora divulgado, é possível perceber que este novo embelezamento estratégico da cidade visava, dentre outros anseios, alterar a paisagem de modo a priorizar a circulação de pessoas em detrimento das apropriações que elas fazem de seus espaços.

Ao partir dos pressupostos de Zukin (2000) é possível considerar que as avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini se transformaram, com efeito, em paisagens de poder, ou seja, paisagens marcadas por uma

6 Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37451>. Acesso em 09/12/2015.

estética sintomática de pretensões políticas e econômicas⁷. Por esse ângulo, conforme assinalado por Rolnik e Frúgoli Jr. (2001), a implementação dessas novas territorialidades provocou deslocamentos de setores populares bem como um gradativo desaparecimento de certos espaços públicos articulados a um forte modelo de exclusão territorial. A fim de priorizar práticas de consumo, valorização de imóveis e circulação de capitais, as avenidas foram constituídas por diversos enclaves fortificados detentores de uma série de dispositivos de controle que demarcam fronteiras físicas e simbólicas e que provocam impactos nos usos e apropriações cidadinas de seus espaços (Caldeira, 2000). Desse modo tais enclaves fortificados, expressos na forma de conjuntos de escritórios, *shopping centers*, escolas etc.,

[...] partilham algumas características básicas. São propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de seguranças, que impõem as regras de inclusão e exclusão. São flexíveis: devido aos seus tamanhos, às novas tecnologias de comunicação, organização do trabalho e aos sistemas de segurança, eles são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar (Caldeira, 2000, p. 258-259).

As paisagens das avenidas, que são gerenciadas como mercadorias, tentam mascarar desigualdades, segregações, violências e assimetrias de poder, condições que limitam o direito à cidade a determinados setores da

⁷ E ainda, segundo Zukin (2000, p. 106), a paisagem – como as das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini – “é uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade. Com frequência, o que observamos como paisagem – aquilo que é construído, escondido e que resiste – é uma paisagem de poder”.

população. Os parceiros da exclusão, denominação proposta por Fix (2001) para designar as articulações entre capital e Estado que orientam certas políticas urbanas, vêm agindo nestes locais de modo a obliterar – e até mesmo reprimir – características fundamentais da vida cidadina em prol da manutenção dos anseios do mercado imobiliário, do capital financeiro e das demais lógicas de consumo⁸. Dessa forma são criados diversos mecanismos para normatizar e ordenar as ocupações que se processam nas avenidas a fim de manter nelas uma coerência visual e espacial e um ambiente acolhedor sobretudo para profissionais do setor terciário, consumidores, turistas e grupos sociais mais privilegiados⁹. Por conseguinte, são estabelecidos usos, funções, marcadores sociais e moralidades tidas como mais aceitáveis, ao passo que as que não se encaixam nas estratégicas pretensões são tratadas como desviantes, indisciplinadas e marginais e que por isso devem ser combatidas por estarem “fora do lugar”¹⁰.

Os combates contra os “foras do lugar” cotidianamente acontecem

8 Segundo Frúgoli Jr. (2000, p. 25) as novas centralidades paulistanas são cenários onde “articulam-se intervenções urbanas de caráter mais pontual, muito marcadas pela aliança entre interesses do capital e do poder público, num contexto de crise tanto da perspectiva modernista – que era a de tentar criar, com todas as contradições, soluções sociais de caráter abrangente – como do próprio poder público – basicamente sua incapacidade gradativa de investimentos sociais. Isso resulta em processos marcados por práticas excludentes, já que, entre outras coisas, tais intervenções estão sobretudo norteadas pelo mercado, tendo como público preferencial as classes médias e altas”.

9 Ao comparar a presença de trabalhadores e skatistas em paisagens de poder, Howell (2001, p. 2) considera que “um trabalhador de escritório contribui com seu trabalho e assegura o funcionamento da cidade; um trabalhador de escritório é produtivo. Um skatista, por outro lado, entra no caminho das pessoas e causa desgaste nos bancos; um skatista é destrutivo. Dado que o centro da cidade está planejado para o uso comercial, está claro por que o design do espaço deve considerar um trabalhador de escritório enquanto um membro do público e um skatista na condição de alguém incômodo” (Tradução nossa). Portanto, a presença do trabalhador nesses espaços é vista como produtiva, ao passo que o skatista, bem como suas ações, é visto como destrutivo, sendo, por isto, passível de ser banido.

10 É possível ponderar que os rótulos de “no” e “fora do” do lugar podem ser muito simplistas, visto que a transgressão é sutil e pode operar simultaneamente em múltiplas escalas. Alguns sentidos do skate, bem como espaços praticados, são tidos como mais legítimos que outros, assim, um skatista pode estar tanto “no lugar” como “fora do lugar” ao mesmo tempo. Isso revela os problemas e inconsistências na regulação do espaço público. A criação de uma perspectiva do que é certo e errado evoca a imposição de uma paisagem normativa, uma restrição das interpretações dos lugares.

nas paisagens de poder das centralidades paulistanas; no entanto, as suas ocorrências não reverberam que as estratégias empregadas em prol de comportamentos disciplinados e de uma civilidade consumista estejam sendo bem-sucedidas. Por mais que haja toda sorte de dispositivos de controle espalhados pelas avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, eles ainda assim não são suficientes para conter a presença daquelas pessoas que, sob certas óticas, são consideradas indesejáveis. Moradores e artistas de rua, crianças pedintes, jovens arruaceiros, vendedores ambulantes, hippies, pichadores, usuários de drogas, assaltantes etc.: por meio de um olhar *de perto e de dentro* (Magnani, 2002) é possível constatar a assiduidade destes e de muitos outros cidadãos que embaralham determinados ordenamentos espaciais e moralidades públicas. Através do vernacular (Zukin, 2000, p. 106), eles resistem às restrições estruturais e premissas esperadas pelos agentes e instituições responsáveis pelos gerenciamentos das avenidas e, mesmo desprovidos de poder, criam uma tensão que incomoda imposições que lhes são destinadas.

A prática do skate de rua, conforme analisado etnograficamente por Machado (2017) em sua tese de doutorado, também se faz presente com veemência nestes espaços enobrecidos de São Paulo. Embora as paisagens de poder estratifiquem atividades e dinâmicas relacionais, os skatistas se preocupam em ocupá-las em razão de suas centralidades na cidade, das experiências e desafios que elas propiciam e também por conta das tessituras de seus equipamentos urbanos, isto é, de seus *picos*: bordas e quinas de mármore e granito, corrimãos de inox e metal, bancos de madeira, calçadas de concreto armado etc. Tais condições sensíveis são atrativas pois possibilitam maior velocidade e deslize aos skates, além de controle rítmico mais apurado aos corpos dos praticantes. O skatista profissional Klaus Bohms, em entrevista para um programa especializado em skate, é quem relata as suas experiências nas novas centralidades paulistanas:

Sem dúvida que as reformas que a gente viu no chão das calçadas da Paulista, Faria Lima e vários outros lugares da cidade melhoram a prática do skate na cidade. Mas além da prática do skate, melhora a vida do transeunte em geral. Mesmo sem skate as pessoas andam por um chão menos perigoso, não tem buraco, não tem pedra. E por mais que tenha pontos negativos por ter tantos skatistas misturados com as pessoas que estão andando a pé, pelo motivo de algum acidente leve, o skate escapar e bater na canela de alguém, às vezes acontece. Mas o ponto positivo é muito maior, porque a cidade tem muita gente praticando atividades ao ar livre, gente andando de bicicleta, andando de skate, isto dá uma energia a mais para a cidade. A gente vê uma cidade mais viva, as pessoas se divertindo, usando o espaço público como ele deveria ser usado como se fosse um quintal de todo mundo, e não apenas como um espaço de passagem (Klaus Bohms, skatista profissional, depoimento concedido ao Programa Olho de Peixe. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em: 11/08/2016).

As paisagens das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini foram moldadas para conter certas apropriações cidadinas; contudo, em afronta a muitos dos agenciamentos que as controlam é que skatistas de todas as partes da metrópole estão a se deslocar para se apropriar dos tantos *picos* nelas dispostos¹¹. Eles estabelecem, conforme Borden (2001), uma crítica performativa a forma como a cidade esta consolidada. Deste modo, essas constatações parecem corresponder, pois, com aquelas que Robert Park já chamava a atenção em suas pesquisas feitas na Chicago do século passado: as atuações dos skatistas revelam “o ardor do jovem cidadão no seu combate à segregação dos enclaves e do sentimento de pertencer a um

11 Para uma análise detida sobre a prática do skate nas centralidades paulistanas, verificar Machado (2019).

local” (citado em Joseph, 1999, p. 28).

Os skatistas, jovens em sua maioria, quando em ação colocam em xeque determinados ordenamentos esperados por planejadores urbanos e demais estratégias fomentadas por agentes políticos. É possível considerar que os seus *rolês* e busca por *picos* repolitizam o cotidiano de uma cidade muitas vezes caracterizada pela sua mercantilização: elas testam a vigilância de seus espaços, dão visibilidade a diferentes formas de segregação, subvertem normas de acessibilidade, esquivam-se de aparatos de controle, deixam, pois, em suspensão as fronteiras entre os centros e as periferias. Enfim, os skatistas são cidadãos de difícil captura.

Quando jovens futebolistas fazem cidade

Crianças e jovens “jogam bola” em diferentes tempos e espaços. O futebol faz parte do cotidiano paulistano e atravessa diversos contextos citadinos, tecendo ambientes futebolísticos que compõem um denso e dinâmico universo relacional ocupado por tais interlocutores, que aprendem a jogar “jogando”, algo que não se dá de uma só vez, mas de um processo contínuo por meio de um intenso compartilhamento de conhecimentos. Os jovens futebolistas aprendem na prática tal partilha de saberes e valores comuns em inúmeras situações de aprendizado desde a tenra infância: ruas, quadras de futsal, campos de várzea, casas, escolas e outros locais de prática (Spaggiari, 2009).

A pesquisa de doutorado de Spaggiari (2016), que teve como lócus principal o futebol varzeano de Guaianases¹², mais especificamente o Grêmio Botafogo F.C. e sua escolinha de futebol, permitiu perceber como

12 Bairro periférico da Zona Leste em posição limítrofe a municípios vizinhos de São Paulo, composto por dois distritos, Guaianases e Lajeado, com cerca de 280 mil habitantes. Apresenta altas taxas de defasagem escolar e homicídios, segundo dados do Seade em 2010. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>. Acesso em: 13/5/2013.

crianças e jovens reinventam o cotidiano dos espaços institucionais em que convivem, transformam os lugares, redefinem os limites, participam de escolhas e momentos de decisão, provocam reflexões entre os demais praticantes e produzem respostas. Apesar de concentrada em Guaianases, a pesquisa acompanhou a intensa circulação dos jovens futebolistas por mais de sessenta campos de futebol, ou noventa, se contarmos as partidas de futebol de várzea acompanhadas, além de acompanhar deslocamentos para cidades do interior e litoral de São Paulo.

Em uma manhã de sábado, por exemplo, a equipe sub14 do Botafogo de Guaianases, que iria disputar a final da Taça Cidade de São Paulo, organizada pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME). No ônibus, que transportava a equipe para o estádio do Pacaembu, na região central de São Paulo, dois garotos, sentados lado a lado e um tanto alheios às brincadeiras dos demais, acompanhavam atentamente as mudanças na paisagem urbana pela janela do ônibus. Um deles, Felipe, indicou para o colega os lugares que conhecia. Para cada bairro, identificava, de forma minuciosa, os campos onde já havia jogado: localização, nome do campo, estrutura das instalações, tamanho do gramado. Tal interação se repetiu por quase todo o trajeto. Já na região do centro expandido, o colega, menos conhecedor dos espaços citadinos e campos de futebol, perguntou a Felipe se o estádio do Pacaembu fica próximo da Avenida Paulista, e aventou a possibilidade de darem um pulo na famosa avenida. Felipe respondeu que não sabia, pois nunca fora à Avenida Paulista, e em seguida complementou: “Mas ali perto tem os campos da Casa Verde”.

O conhecimento empírico de Felipe, acerca de uma cidade composta e mapeada por campos de futebol, permite perceber como a construção do saber futebolístico não se resume a uma passagem liminar, mas envolve uma participação intensa e contínua no cotidiano varzeano do bairro e

da cidade; um saber produzido em uma miríade de espaços coletivos e formas de interação, propiciado pela mobilidade e itinerário das crianças e jovens pelas ruas da cidade, nas caminhadas pelo bairro ou por meio do uso de transportes públicos, automóveis e motocicletas. São arranjos que desvelam a constituição do jovem futebolista por saberes apreendidos nas interações cotidianas e na vivência contínua de experiências encravadas nas tramas das redes de relações futebolísticas e cidadinas.

A construção das redes de relações centradas no esporte possibilita a ampliação dessas redes para o bairro e a cidade por meio da participação em competições, amistosos, peneiras e entrevistas. Assim, a cidade é recortada e ordenada de acordo com os laços sociais produzidos e reproduzidos cotidianamente por meio do futebol. Plano privilegiado para a observação da esfera pública das dinâmicas urbanas, tais espaços esportivos são “produto da prática social acumulada desses agentes, e também como fator de determinação de suas práticas, constituindo, assim, a garantia (visível, pública) de sua inserção no espaço” (Magnani, 2005, p. 177). A mobilidade e circulação pela cidade fazem com que essas crianças e jovens ampliem relações e trocas, experimentem circuitos e estilos, confirmem sentidos às experiências que vivenciam e articulem um conjunto heterogêneo de redes de significados. Portanto, frente à imprevisibilidade que marca a trajetória dos futebolistas, os “circuitos de jovens” (Magnani, 2005)¹³ e as sociabilidades inscritas nas experiências pela cidade contribuem não só para compreender a participação destes no processo de produção dos espaços urbanos, mas para a própria produção de conhecimento e constituição do jovem futebolista em relação a outros espaços e atores sociais.

Deste modo, a cidade é uma variável fundamental para compreender

¹³ Denominação proposta pelo autor para abordar as práticas dos jovens nos grandes centros urbanos e que articula os atores sociais e os espaços e equipamentos de interação na cidade.

dinâmicas, práticas e relações constitutivas do processo de produção de jogadores de futebol no universo varzeano de São Paulo. A partir de suas perspectivas e experiências juvenis e periféricas, os jovens futebolistas se movimentam pelas situações urbanas, trafegam pela permeabilidade da experiência cidadina (Frúgoli Jr., 2005). Em deslocamento, articulam uma multiplicidade de contextos e relações vivenciadas entre campos de futebol e espaços esportivos. Assim, fazem *idades futebolísticas* desenhadas de forma singular por aqueles que as mapeiam e se apropriam dos seus espaços, sejam jovens futebolistas, varzeanos ou torcedores, conforme seus itinerários, temporalidades e formas de deslocamento.

Trata-se, portanto, de uma *cidade relacional* (Agier, 1999; 2011),¹⁴ construída a partir da mobilidade, circulação e de experiências concretas por territorialidades dilatadas. Assim, um olhar para o modo como a cidade é vivenciada e inventada em situações cotidianas nos bairros, ruas, espaços domésticos ou de trabalho, dentre outras, permite compreendê-la do ponto de vista dos cidadãos, deslocando assim o olhar da cidade para as pessoas que vivem, sentem e *fazem a cidade* (Agier, 2011).

Ao se relacionarem com a cidade e seus múltiplos atores sociais predominantemente, por meio do futebol, os jovens desvelam um *fazer cidade* orientado por táticas e saberes (Certeau, 1994) elaborados em seus deslocamentos, percursos e itinerários, e pelos lugares e espaços onde o futebol é vivido e praticado na metrópole, em suas diferentes escalas: Guaianases, Zona Leste, São Paulo. Observar suas práticas, itinerários e formas de mapear permite compreender os desenhos alternativos de

¹⁴ O autor propõe um acompanhamento da construção de redes ampliadas que partem de um núcleo inicial específico e territorializado, marcado por relações cotidianas e diferentes formas de sociabilidade, bem como constituído pelas esferas da família, vizinhança, trabalho e lazer. Tais relações e sociabilidades, inicialmente vinculadas a um contexto singular, articulam-se e se alargam em redes, ligando os pequenos mundos de cada cidadão, a “cidade familiar”, às macroestruturas sociais. Desse modo, evita-se trabalhar com uma representação fixa, normativa e apriorística da cidade, e busca-se compreender a agência dos cidadãos, conhecer e contextualizar os lugares e interações pesquisados, e apresentar o ponto de vista do antropólogo sobre a cidade (Agier, 2011).

articulação e circulação em suas inserções na vida cidadina. O trânsito por diferentes territórios relacionais, que abarca as interações vivenciadas em distintos planos do universo futebolístico, catalisa múltiplas experiências urbanas e proporciona oportunidades para criar relações com o outro e estabelecer modos particulares de uso do espaço público, domínio das diversas formas de convivência social, seja de atração ou rejeição.

As circulações reafirmam o direito à mobilidade na cidade daqueles que vivenciam um distanciamento físico e simbólico, com poucas oportunidades de transitar por regiões mais centrais e turísticas. Trata-se de um modo de inclusão na vida urbana, de estar na cidade, num processo constante de integração das periferias afastadas das centralidades da cidade (Frúgoli Jr., 2000). Diante das contradições do espaço urbano, vivenciam um cotidiano de deslocamentos que problematiza dicotomias cidadinas como centro-periferia e trabalho-lazer. Se os acessos a outras regiões são assinalados pelas dificuldades de circulação pela cidade em que vivem os moradores dos bairros pobres, por meio do futebol, tais jovens exploram os espaços de uma cidade desconhecida, alargam suas redes e ampliam suas referências. A mobilidade dos jovens futebolistas coloca centros e periferias em movimento, bem como tensiona as linhas de desigualdade das fronteiras geográficas e simbólicas que os apartam do restante da cidade, demonstrando as porosidades do espaço urbano (Aderaldo, 2017).

Diversos atores ligados ao futebol varzeano de Guaianases – professores da escolinha, diretores do clube, agentes de futebol – afirmam que, para ser jogador, é fundamental estar em trânsito contínuo, circulando por vários mundos, seja para disputar partidas e torneios por um único clube, seja para rodar por diferentes agremiações e campos em busca de um espaço. Ainda que enfrentem adversidades e obstáculos para o deslocamento numa cidade que não facilita a mobilidade, os jovens, por meio do futebol, “aprendem” a circular pelo espaço urbano, utilizar os

transportes públicos, chegar aos campos, treinos e avaliações.

Nesse sentido, a circulação revela-se central no processo de produção de jogadores. Os gastos com combustível e passagens são sempre lembrados, principalmente pelas crianças e jovens das “equipes de competição” do Botafogo que treinam e jogam por outros clubes e escolinhas em outros dias da semana. Alguns participam das atividades em duas agremiações no mesmo dia, com poucas horas de diferença: “O negócio é jogar. Quanto mais, melhor. E em mais lugares também, para verem o moleque”, afirma Geraldo, pai de um jovem futebolista.

Além de ganhar experiência, o deslocamento pela cidade proporciona mais oportunidades de os jogadores serem observados por olheiros, agentes e diretores de clubes. Visibilidade que os torneios e campeonatos disputados pelo Botafogo ao longo do ano também oferecem, mas com uma circulação das “equipes de competição” pautada pelas formas de deslocamento observadas no universo varzeano. Configura-se uma circulação por entre campos e clubes que valoriza a trajetória dos jovens futebolistas, tal como o *rodar* (Rial, 2008) no futebol profissional.¹⁵ O caso de Felipe, citado anteriormente, é exemplar da constituição da cidade a partir dos seus espaços de “jogar bola”. Ele sabia informar em qual bairro ficava cada campo que lhe era mencionado. Tal como no caso dos jogadores profissionais, que pouco conhecem as cidades que visitam a trabalho para além dos trajetos aeroporto-hotel-estádio-hotel-aeroporto (Damo, 2007, p. 154; Rial, 2009), a rotina que envolve a disputa das partidas oferece poucas oportunidades aos jovens futebolistas de conhecer outros espaços citadinos, apesar da presença em campos de futebol próximos. Muitos deles, por exemplo, nunca foram, como torcedores, a

15 A dicotomia futebol amador-futebol profissional (Damo, 2002), é aqui atualizada e modulada para evitar reducionismos dos significados. Amadorismo e profissionalismo apresentam diferentes significados nas conversas sobre futebol, de forma situacional e valorativa (Spaggiari, 2009, p.15-16). Como lembra Rial (2006, p. 6), “todas as performances futebolísticas, mesmo as amadoras, podem se constituir em um espetáculo”.

um dos grandes estádios da cidade, tampouco a teatros, casas de shows e outros espaços de lazer e cultura.

O futebol não é, portanto, apenas um projeto de transformação das experiências das crianças e jovens moradores de bairros periféricos da Zona Leste de São Paulo com vistas a alcançar a carreira profissional de jogador. Os jovens futebolistas redefinem as diferentes formas de vivenciar o urbano frente aos discursos produzidos por instituições sociais (família, escola ou governo) que os relacionam à condição de sujeitos expostos aos riscos representados pela exclusão, violência e criminalidade, de vítimas da segregação socioespacial, que devem ser preservados em lugares de controle e confinamento, para ficarem longe do convite ao desvio e à marginalidade. Portanto, para além de uma conjectura sobre como ocupam o tempo livre num espaço urbano marcado pela ausência de equipamentos de lazer, a circulação permite refletir sobre como, por meio da prática do futebol, as crianças e jovens garantem certas modalidades do direito à cidade.

Considerações finais

Com base em duas pesquisas etnográficas de longa duração, que tematizaram as práticas corporais juvenis em contextos urbanos, este capítulo buscou evidenciar, de forma crítica, a diversidade de experiências cidadinas, para assim analisar, de maneira contextual e relacional, o entendimento sobre o protagonismo juvenil em diferentes espaços de atuação.

As duas abordagens aqui articuladas trazem reflexões sobre como os jovens de São Paulo, por meio das práticas corporais, engendram mobilidades para utilizar os espaços públicos urbanos e acionar suas relações e valores enquanto atores sociais com certa autonomia. Com

distintos graus de abrangência, os jovens skatistas e jogadores de futebol circulam e experimentam os sentidos de uma cidade atravessada por *picos* e campos que sobrevivem em meio a discursos conflituosos e disputas simbólicas, políticas e urbanísticas. Concordamos, desta maneira, com as observações de Teresa Caldeira (2012, p. 35) quando de sua análise acerca da inserção juvenil em espaços urbanos de São Paulo:

São os jovens protagonistas das novas práticas urbanas que engendram novas condições de visibilidade para as camadas subalternas. Aqueles mesmos jovens, que supostamente deveriam circular por outros locais, passam agora de maneira transgressora e agressiva a ocupar o espaço público, a imprimir nele suas marcas, a reivindicar direitos sobre ele e a transformá-lo em local de lazer. Ao fazerem isso, trazem à luz as desigualdades. (...) A presença deles na cidade e as condições daí advindas não podem ser, portanto, ignoradas.

Enquanto sujeitos de locomoção que não se fixam, isto é, em suas condições de cidadãos (Joseph, 2005), os jovens, sejam eles praticantes do skate de rua ou do futebol, desafiam uma gama de espaços por meio de usos vernaculares, o que contribui, no limite, para fortificar a dimensão pública da cidade ao expandir a sua acessibilidade. A vida relacional desses cidadãos amplia-se para outros lugares, alcança as dinâmicas sociais de diversos pequenos mundos urbanos e dota de sentido os ditos “não lugares” da cidade (Agier, 2011; Augé, 1994).

Nesse sentido, as práticas e itinerários dos jovens contribuem para a produção e conhecimento do espaço urbano enquanto se movimentam, caminham e mapeiam a cidade de forma aberta e contínua. Uma intensa mobilidade que produz vidas que não estão inscritas no interior de pontos e tampouco circunscritas a uma série de destinos interligados; ao contrário, como lembra Ingold (2007, p. 90), são marcadas por linhas que, ao invés de pontos e locais, caracterizam-se por serem contínuas e dispostas em

malhas, sempre em movimento. Assim, ao acompanhar algumas destas linhas de vida, trajetórias, movimentos contínuos e caminhos percorridos pelos jovens em São Paulo, revelam-se cidades e corporalidades que não são fixas nem estão concluídas.

Referências bibliográficas

ABRAMO, H. W. (1997). “Considerações sobre a tematização social da juventude”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, p. 25-36.

ADERALDO, G. (2017). *Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas “periferias” de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

AGIER, M. (1999). *L'invention de la ville*. Paris: Ed. des Archives Contemporaines.

_____. (2011). *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome.

ARIÈS, P. (2006). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.

AUGÉ. M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.

BORDEN, I. (2001). *Skateboarding, space and the city: architecture and the body*. Oxford: Berg.

CALDEIRA, T. P. R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/EdUSP.

_____. (2012). “Inscrição e circulação: novas visibilidades e configurações

do espaço público em São Paulo”. *Novos estudos CEBRAP*, n. 94, p. 31-67. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002012000300002.

CERTEAU, M. (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes.

DAMO, A. S. (2002). “O uso dos termos amadorismo e profissionalismo como categorias sociológicas na literatura acadêmica sobre o esporte”. *Paper do XXVI Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu: 2002.

_____. (2007). *Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França*. São Paulo: Hucitec/Anpocs.

DEBERT, G. G. (1998). “A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade”. In: BARROS, M. M. L. (org.). *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.

FIX, M. (2001). *Parceiros da exclusão: duas histórias de construção de uma “Nova Cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo.

FRÚGOLI JR., H. (2000). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp.

_____. (2005). “O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia”. In: *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 1, p. 133-165.

GROPPO, L. A. (2000). *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel.

HOWELL, O. (2001). “The poetics of security: skateboarding, urban design, and the new public space”. *Urban Action*, p. 64-86.

HUMPHREYS, D. (1997). “Shredheads go mainstream? Snowboarding and alternative youth”. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 32, n. 2, p. 147-160.

JOSEPH, I. (1999) “Paisagens urbanas, coisas públicas”. Tradução de Regina Martins da Matta. *Caderno CRH*, n. 30/31, p. 11-40.

_____. (2005 [1998]) “A respeito do bom uso da Escola de Chicago”. In: VALLADARES, Lícia do Prado (Org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Ed. UFMG/IUPERJ, p. 93-128.

INGOLD, T. (2007). *Lines: a brief history*. Routledge: London.

MAGNANI, J. G. C. (2002). “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ANPOCS / Edusp*, v. 17, n 49, p. 11-29.

_____. (2005). “Os circuitos dos jovens urbanos”. *Tempo Social*, v.17, n. 2, p. 173-205.

MACHADO, G. M. C. (2014). *De “carrinho” pela cidade: a prática do skate em São Paulo*. São Paulo: Editora Intermeios/FAPESP.

_____. (2017). *A cidade dos picos: a prática do skate e os desafios da cidadinidade*. Tese (doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. (2019). “Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistana”. *Anuário Antropológico*, v. 44, n.1, p. 285-305.

NOLAN, N. (2003). “The ins and outs of Skateboarding and transgression in public space in Newcastle”. *Australian Geographers*, v. 34, n. 3, p. 311-327.

PAIS, J. M. (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI JR., H. (2001). “Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, n. 6, p. 55-83.

RIAL, C. S. (2006). “Jogadores brasileiros na Espanha: emigrantes, porém...”. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 87, p. 1-42.

_____. (2008). “Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior”. *Horizontes Antropológicos*, vol.14, n. 30, p. 21-65.

_____. (2009). “Fronteiras e zonas na circulação global dos jogadores brasileiros de futebol”. *Antropologia em Primeira Mão*, n. 109, p. 1-28.

SPAGGIARI, E. (2009). “Tem que ter categoria: construção do saber futebolístico”. Dissertação de mestrado (Antropologia Social), Universidade de São Paulo.

_____. (2016). *Família joga bola: jovens futebolistas na várzea paulistana*. São Paulo: Intermeios/Fapesp.

ZUKIN, S. (2000). “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder”. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, p. 80-103.

Materiais de imprensa

OLHO DE PEIXE. “Avenida Faria Lima”. *Programa Olho de Peixe*, 29/08/2014. Disponível em: <http://www.programaolhodepeixe.com/site/avenida-faria-lima/>. Acesso em 11/08/2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Revitalização da Avenida Faria Lima tem acessibilidade e padronização de calçada”. *Portal Prefeitura de São Paulo*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/calçadas/index.php?p=37451>. Acesso em 09/12/2015.

PRECONCEITO, EXPERIÊNCIA E IDEOLOGIA A PARTIR DE T. W. ADORNO

Rafael Baioni do Nascimento

O preconceito pode ser definido, de forma provisória, como um erro de julgamento culturalmente induzido e que produz consequências danosas às pessoas que são seu alvo. É um fenômeno de grande penetração na população, pois não há quem se possa dizer imune a manifestá-lo em alguma de suas mais diversas formas. Existem preconceitos de ordem étnico-racial, de gênero, de classe social, de orientação sexual, preconceitos contra pessoas com deficiência, contra estrangeiros, contra idosos, contra pessoas gordas e contra qualquer outra divergência, individual ou grupal, em relação aos padrões normativos dominantes em uma determinada sociedade.

Tema clássico de estudos na sociologia e na psicologia social, abordo aqui o preconceito pela perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, também chamada Escola de Frankfurt, em especial a partir de trabalhos de um autor de sua primeira geração, Theodor W. Adorno (1903–1969), cujas principais obras foram produzidas entre as décadas de 1930 e 1960, e de trabalhos deste autor escritos em parceria com Max Horkheimer, assim como a partir da importante pesquisa *A Personalidade Autoritária*, escrita por ele em conjunto com Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson e Nevitt Sanford, originalmente publicada em 1950. O recorte teórico e temporal certamente impõe limites ao alcance destes apontamentos. Contudo, acredito que as condições sociais que produziram os tipos de preconceito analisados por Adorno não mudaram substancialmente nas últimas décadas

e, no que mudaram, suas reflexões ainda são de grande valia para nos inspirar em nossas próprias análises. Por isso, portanto, penso também que seu pensamento se mantém atual.

Apesar dessa grande variedade de manifestações do preconceito – que necessitam cada uma de estudos específicos –, parte-se aqui do princípio de que há um núcleo comum que une essas manifestações diversas e justifica seu estudo também como um fenômeno geral, ao menos em relação aos preconceitos correntes nas sociedades capitalistas desde sua fase industrial. Uma das características mais importantes desse núcleo comum e que será meu primeiro objeto de análise é a perda da capacidade dos indivíduos de passarem por experiências significativas com os outros à sua volta. Em seguida, abordarei a relação entre preconceito e ideologia no pensamento de Adorno, com o objetivo de mostrar como o preconceito, para este autor, se deve em grande parte à mencionada perda da capacidade de ter experiências e não somente à adesão individual a determinadas ideologias de conteúdo preconceituoso.

Trata-se aqui, portanto, de uma reflexão teórica de caráter ensaístico sobre o preconceito em sua relação com a experiência e com as ideologias, feita a partir da leitura de algumas obras de Adorno. A opção metodológica pelo ensaio é bastante cara a esse autor (ADORNO, 2003b) e é especialmente importante para nossos objetivos, pois favorece o reconhecimento de que o discurso científico não é neutro, atemporal e universal, mas que cada trabalho se encontra situado em uma determinada perspectiva (de classe, gênero, etnia etc.) e defende, consciente ou inconscientemente, interesses específicos em uma sociedade em conflito.

O ensaio, por acolher com maior tranquilidade essa limitação insuperável da perspectiva – sem recair, necessariamente, em um perspectivismo –, retira o sujeito do conhecimento de seu lugar abstrato e impessoal e o encarna no sujeito empírico, no escritor-pesquisador. Essa encarnação – tida pela tradição positivista como algo que enviesa e contamina – é justamente uma condição para a experiência, para a abertura ao outro e para a construção de uma relação com o conhecimento que não se paute pela dominação.

Preconceito e experiência

Para Adorno, o preconceito, do ponto de vista de sua psicologia, diz respeito ao sujeito preconceituoso e não ao objeto do preconceito. Em *Educação após Auschwitz*, ele é bastante categórico ao dizer que “é preciso buscar as raízes nos perseguidores e não nas vítimas”, sobretudo investigando a “psicologia das pessoas que fazem coisas desse tipo” (ADORNO, 2003a, p. 121). Não porque ele considerasse o preconceito um problema de natureza estritamente psicológica, mas sim por saber que atualmente é bastante limitada a possibilidade de transformação das condições objetivas (sociais, econômicas e políticas) que produzem sujeitos preconceituosos.

É evidente que ocorre algum contato – condição necessária, mas não suficiente à experiência – entre o preconceituoso e sua vítima. No decorrer da história, as formas mais comuns desse contato foram a dominação e a exploração, direta ou indireta, pela via individual ou de classe. Na história do Brasil, a escravização e o extermínio indígena, o tráfico de escravos negros e o regime de semiescavidão vivido por muitas mulheres são exemplos próximos disso. Os homens brancos ocidentais cristãos até hoje tomaram aqueles diferentes de si como um outro a se dominar e a se temer, de forma real ou paranoica. E mesmo quando a relação de dominação e de exploração não aparece de forma tão evidente, como no preconceito contra homossexuais, transexuais, pessoas portadoras de deficiência, pessoas gordas, idosas e mais uma longa lista, está implícita uma divisão da humanidade entre fortes e fracos, característica estrutural e estruturante de uma sociedade baseada na dominação.

Esse tipo de contato difundido, perene e nefasto, por mais sofisticado e perverso que seja do ponto de vista social, caracteriza-se sobretudo, do ponto de vista de sua psicologia, pela pobreza. Isto é, pela escassez de formas e, dentro de tais formas, pela falta de sofisticação. Ele não permite o que poderíamos chamar de uma verdadeira experiência, isto é, uma experiência significativa, formadora e transformadora.

Sigo aqui a distinção presente na língua alemã, bastante salientada na obra de Walter Benjamin, e muito cara a Adorno, entre uma experiência verdadeira (*Erfahrung*, em alemão), porque refletida, mediada, que deixa marcas, define rumos, e outra mais pontual e imediata (*Erlebnis*), que, sozinha, é mera vivência esvaziada de significado (BENJAMIN, 1989,

1994b).

O trabalho do operário com a máquina é o exemplo, por excelência, da experiência empobrecida ou vivência: uma atividade estereotipada, repetitiva e desconectada do todo – o tipo de experiência, para Benjamin, predominante na vida moderna. Já um exemplo de experiência verdadeira seria uma longa viagem para um país desconhecido na qual o viajante se deixa transformar pelos encontros e percalços no transcorrer da viagem.

Não por acaso esse exemplo da viagem soa romântico, assim como a ideia de formação (em alemão, *Bildung*) a ela correlacionada. Experiência e formação estão ligadas ao pensamento filosófico e à arte de certa parcela da burguesia europeia do final do século XVIII até meados do século XIX. Romantismo bem representado pelos trabalhos de autores como Rousseau (1712–1778), Goethe (1749–1832), Schiller (1759–1805), Friedrich Schlegel (1772–1829) e August Schlegel (1767–1845) e com fortes ressonâncias em boa parte do pensamento ocidental posterior.¹

A burguesia europeia desse período – ela mesma situada em um lugar privilegiado graças à dominação econômica e, ao mesmo tempo, ainda sob a dominação política e cultural da nobreza e do clero – vislumbrou, pelos olhos desses autores, uma sociedade que se libertaria da dominação em grande parte por meio da valorização da experiência e da formação cultural.

Certamente essa parcela da burguesia não foi a primeira nem a última a imaginar uma sociedade mais justa, e sequer logrou produzir uma fração substantiva das transformações sociais ansiadas, mas suas obras e suas ideias devem ser contadas entre as manifestações do espírito que se colocaram e ainda se colocam contra a dominação, e com as quais muito podemos aprender se quisermos reverter um dia os tais “pressupostos objetivos” aos quais se referia Adorno.

Sobre a *Bildung*, podemos dizer que o ideal do indivíduo formado

¹ O romance de Goethe, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, considerado o primeiro romance de formação, é uma das obras fundamentais na construção dessas ideias de formação e experiência. Nele, o personagem principal, Wilhelm Meister, oriundo da burguesia, percebe as limitações e a pobreza cultural do modo de vida estritamente burguês e resolve fazer, contra a vontade de sua família, uma longa viagem cheia de percalços, na companhia de uma trupe de teatro e entrando em contato com camponeses e nobres, bastante diferentes dele, formando-se e transformando-se significativamente. Em trabalhos anteriores (NASCIMENTO, 2010; 2014) me dediquei ao tema da formação romântica, sua relação com a experiência e a importância dessas concepções para a Teoria Crítica.

nos termos dessa tradição seria aquele profundamente consciente de seu enraizamento no passado e, ao mesmo tempo, que conquistou no presente autonomia e liberdade sem precedentes, de modo a ser capaz de superar, no futuro, o império tirânico da natureza, incluindo a humana, e da cultura enrijecida, que funciona como uma segunda natureza.

Assim, quando Benjamin, Adorno e Horkheimer escrevem sobre a perda da capacidade de ter experiências ou quando pensamos na ideia de uma experiência verdadeira, não devemos entender, com isso, que há um tipo de experiência natural ou atemporal em relação à qual a experiência empobrecida é uma degenerescência. O que está em jogo é a transformação histórica da experiência, em que temos de um lado o ideal da *Erfahrung* (e da *Bildung*) – “verdadeira” como um juízo de valor, uma tomada de posição – e do outro o tipo de experiência, em última instância, responsável por Auschwitz. A mesma sociedade que produz indivíduos abertos à experiência, que tomam consciência da desigualdade, da injustiça e da violência à sua volta e trabalham pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária também produz indivíduos avessos à experiência e os torna tão insensíveis ao outro que podem conduzir o trem que leva os prisioneiros à câmara de gás, sem se sentirem, com isso, culpados de assassinato (ADORNO, 2003a).

Por isso, para Adorno, é tão importante analisar essas tendências conflitantes, suas causas objetivas e as bases subjetivas que lhes dão sustentação. Para que não assistamos passivamente o apagamento das possibilidades críticas.

Talvez um dos textos mais importantes sobre experiência e preconceito seja o capítulo “Elementos do antissemitismo”, na *Dialética do esclarecimento* (1985), no qual Adorno e Horkheimer defendem que o preconceito é um tipo de experiência danificada, uma experiência em que a percepção do objeto é substituída por uma “falsa projeção”.

Há nessa ideia uma confluência de psicologia evolutiva, marxismo e teoria psicanalítica. Da psicologia evolutiva utilizam o argumento de que desde os primórdios da espécie a percepção sempre foi um reflexo das necessidades. O homem-animal só percebia aquilo que tinha alguma relação com suas necessidades: a comida, o abrigo, o inimigo, o parceiro sexual. O exterior percebido, portanto, refletia o interior, a economia interna do organismo. Sobre essa base biológica, entretanto, há a cultura,

e a cultura é uma quebra do padrão repetitivo da natureza. O exterior continua sendo um reflexo do interior, porém, agora, um reflexo mediado, em constante transformação, com potencialmente infinitos graus de distanciamento do modelo original. Só uma correção muito importante a esse argumento aparece implícita no texto de Adorno e Horkheimer, que é o questionamento da própria existência de um modelo original, de uma natureza primeira, já que, como ensina a teoria marxiana, a natureza que conhecemos sempre foi constantemente modificada pelo trabalho, pela cultura – ou seja, a própria natureza também é cultural.

Da psicanálise, os autores utilizam a descrição psicodinâmica. Para eles, o preconceito é uma “falsa projeção” de uma parte do mundo interno do sujeito preconceituoso sobre o objeto de preconceito. Falsa, portanto, porque atribui ao objeto características que não lhe pertencem e produz, assim, uma imagem deformada dele. Ocorre uma espécie de falha de percepção. Em vez de se relacionar com o objeto, o preconceituoso se relaciona com uma imagem interna distorcida deste – imagem à qual, infelizmente, a vítima muitas vezes é forçada a se ajustar.

Estendendo o raciocínio um pouco além de como ele aparece na obra citada, poderíamos dizer que uma percepção fidedigna do objeto depende de uma vasta gama de experiências prévias, de “introjeção” – termo da teoria psicanalítica que os autores não utilizam.

Resumidamente, introjetar é aprender um padrão de ação (comportamento ou pensamento) a partir da imitação inconsciente de outro padrão que nos foi oferecido de fora, desde as experiências com a mãe (em geral, nosso primeiro outro significativo) e estendendo-se a todas as demais experiências no decorrer da vida. Ainda que haja, a princípio, no bebê, padrões simples e rígidos de ação de origem instintiva, logo eles são transformados ou substituídos por padrões cada vez mais complexos e variáveis, oriundos do ambiente cultural. Para dar um exemplo: ainda que haja uma necessidade biológica de alimentação e um padrão de comportamento instintivo de sucção no bebê, os modos de aleitamento são muito variados, dentro de uma mesma cultura e entre culturas diferentes. O bebê aprende primeiro com o corpo da mãe aquilo que aos poucos recebe nomes, e com isso organiza, de forma cada vez mais complexa, sua experiência, que não poderia de outra forma ser devidamente percebida, registrada, repetida e aprimorada.

A aquisição da linguagem e a gênese do pensamento (enquanto linguagem internalizada) seriam algumas das formas mais elaboradas de introjeção, já bastante distantes da imitação inicial da criança – e, por isso, o sujeito adulto se esquece que seu pensamento abstrato tem essa base na imitação. Só nomeamos, a princípio, aquilo que já foi nomeado por outro, e as nomeações futuras serão uma recombinação (mais ou menos criativa) do padrão de nomeação anteriormente assimilado. Enquanto, por uma vez, as possibilidades lógicas do pensamento nada mais são que as possibilidades de operação oferecidas pela linguagem.²

Não cabe aqui expor todo o complexo de relações entre corpo, linguagem e pensamento. O que nos interessa, no momento, é esboçar o modo como a imitação inconsciente de modelos, desde a primeira infância, determina as possibilidades de percepção, de organização da experiência e do pensamento. Isso porque o problema, no caso dos sujeitos preconceituosos, é que eles foram privados de um rol essencial desses modelos.

A diferença resultante da comparação entre os modelos introjetados é aquilo que permite perceber as diferenças dentro e fora do sujeito. A “verdadeira projeção” acontece quando a imagem que fazemos do objeto – portanto, internalizada – passou por um processo de sintonia fina com o objeto de origem, no decorrer de experiências sucessivas. Parte-se dos modelos disponíveis para superá-los no encontro da particularidade daquele objeto específico. Porém, no caso dos sujeitos preconceituosos, a cultura de base é pobre, oferecendo poucos e restritos modelos de introjeção. Resulta disso que o indivíduo preconceituoso tem poucas imagens possíveis do “outro” e que esse repertório limitado é insuficiente para dar conta da particularidade dos objetos, não importa quantas vezes seja com eles confrontado.

Podemos dizer ainda que os sujeitos preconceituosos foram privados

2 Ver Freud (1973). Adorno e Horkheimer basearam-se, em boa parte, na obra de Sigmund Freud, mas poderíamos pensar em mecanismos semelhantes a partir de outros referenciais teóricos na psicologia, que também explicariam bem esse processo de constituição da subjetividade a partir da experiência, como os conceitos de assimilação e acomodação na obra de Jean Piaget (1973) ou o conceito de internalização de Lev Vigotski (2007). Por exemplo, em termos piagetianos poderíamos explicar a “falsa projeção” do seguinte modo: a percepção especializada não ocorre com a assimilação e mera repetição de um esquema de ação, mas na acomodação entre diversos esquemas assimilados. Cada teoria, entretanto, implica na escolha de diferentes bases epistemológicas, o que inclui diferentes concepções de natureza e cultura, e tem, por isso, consequências diversas.

de entrar em contato com a cultura em sua diversidade de manifestações e de tradições – virtualmente abundante em modelos – e postos em contato, em vez disso, com uma cultura empobrecida, padronizada e padronizadora, que não oferece modelos de introjeção suficientes para dar conta da riqueza da experiência individual virtualmente disponível. Dizemos “virtualmente” porque na realidade temos assistido também a um empobrecimento dos próprios objetos da cultura. São os estereótipos, a contraparte social do preconceito.

Os estereótipos e sua produção sistemática nas sociedades modernas são tema bastante importante para o preconceito e muito estudados pelos autores da Teoria Crítica. O ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1994a), de Benjamin, e o capítulo sobre a indústria cultural, da *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer, são referências clássicas nesse sentido. Crochík, em trabalho sobre o preconceito, com base nos teóricos da Escola de Frankfurt, apresenta de forma bastante condensada a diferença entre preconceito e estereótipo:

O preconceito diz respeito a um mecanismo desenvolvido pelo indivíduo para poder se defender de ameaças imaginárias, e assim é um falseamento da realidade, a qual o indivíduo foi impedido de enxergar [...] Já os estereótipos são produzidos e fomentados por uma cultura, que pede por definições precisas através de suas diversas agências: família, escola, meios de comunicação de massa etc., nas quais a dúvida, como inimiga da ação, deve ser eliminada do pensamento e a certeza, perante a eficácia da ação, deve tomar o lugar da verdade que aquela ação aponta: o controle, quer o da natureza, quer o dos homens, para melhor poder administrá-los (CROCHÍK, 1997, pp. 18-19).

Se retomarmos a definição de preconceito apresentada no início deste texto – *um julgamento prévio ao contato com o objeto* – podemos dizer agora com mais propriedade que esse julgamento prévio não está no campo do pensamento consciente (ainda que nele possa aparecer), mas em um campo mais básico ou anterior, o campo da percepção. Percepção

entendida aqui como o processo cultural de interpretação das sensações. Não se confundindo, portanto, com as próprias sensações – sendo essas os processos mecânicos e fisiológicos de estimulação dos órgãos do sentido. Ao menos em sua origem psicológica, o preconceito não se trata, portanto, de um erro de informação ou de raciocínio. Não basta instruir ou confrontar premissas e proposições. O trecho a seguir, do verbete “Preconceito”, de *Temas básicos da sociologia*, de Adorno e Horkheimer, é bastante ilustrativo nesse sentido, e poderia até mesmo servir de epígrafe ao presente ensaio:

Em geral, [os preconceituosos] perderam em grande parte a capacidade de realizar experiências vivenciais e, para modificá-los seriamente, não bastaria instruí-los, alimentar e estimular as suas convicções mais válidas; seria necessário, em primeiro lugar, formar ou reconstruir nesses indivíduos, mediante processos demorados e fatigantes, a capacidade de estabelecer relações espontâneas e vitais com os homens e as coisas (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p. 180).

Note que não se trata apenas de uma perda eventual ou momentânea de capacidade em sujeitos antes capazes. Assim como acreditava Benjamin, Horkheimer e Adorno também enxergavam a perda da capacidade de ter experiências como um fenômeno mais amplo. Tanto é assim que em alguns sujeitos seria necessário não apenas “reconstruir”, mas “formar” essa capacidade, desde o princípio – tarefa nada fácil, ainda mais em um adulto. Talvez por isso em *Educação após Auschwitz* Adorno enfatize tanto a importância de concentrarmos esforços na educação da primeira infância, se pretendemos impedir a repetição da barbárie fascista. (ADORNO, 2003a, pp. 121-122)

É possível, portanto, que em muitos casos a percepção do preconceituoso não tolere a diferença mais por uma incapacidade cognitiva característica de sua personalidade – a perda da capacidade de ter experiências – do que por uma opção ideológica, isto é, por ter aderido a determinado discurso preconceituoso sobre o objeto.

Preconceito e ideologia

Em seu exílio americano, Adorno participou de uma importante pesquisa sobre o preconceito intitulada *A personalidade autoritária* (ADORNO *et al.*, 1965). Quando a pesquisa teve início, a Segunda Guerra estava chegando ao seu fim e o mundo estava chocado com os relatos que vinham à tona sobre as atrocidades cometidas pelo nazismo, sobretudo com os judeus. E a pesquisa se estenderia ainda por alguns anos após o término da guerra. Ela partia do pressuposto de que essas atrocidades não foram apenas um caso isolado ou um acidente na história, mas tinham raízes profundas em nossa sociedade. Uma dessas raízes seria um tipo de personalidade, o autoritário – mas que também podemos chamar de preconceituoso. Esse tipo preconceituoso, que atuou no nazismo, não estaria restrito à Alemanha do Terceiro Reich, mas poderia ser encontrado inclusive em regimes democráticos como o dos Estados Unidos. O objetivo da pesquisa foi investigar o potencial fascista: até que ponto se poderia encontrar tendências antidemocráticas, antisemitas e etnocêntricas na população.

Nesse trabalho os autores marcam bem uma distinção que nos interessa especialmente – entre ideologia e personalidade (também chamada de “necessidades fundamentais do indivíduo”). Segundo eles, “ainda que ambas as coisas possam considerar-se como um todo organizado dentro do sujeito, isso não significa que não possam ser analisadas separadamente” (ADORNO *et al.*, 1965, p. 28, tradução minha). Isso porque “as mesmas tendências ideológicas podem, em pessoas distintas, terem diferente origem, assim como as mesmas necessidades pessoais podem manifestar-se em diferentes tendências ideológicas” (ADORNO *et al.*, 1965, p. 28, tradução minha).

Em uma das partes da pesquisa, foram distribuídos mais de 2 mil questionários contendo algumas escalas nas quais os sujeitos assinalavam seu grau de concordância ou discordância com determinadas proposições. Essas eram divididas em três grandes categorias (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, pp. 176-182):

- 1) A primeira se referia a atitude do sujeito em relação às minorias étnicas e religiosas. Isto é, indicava aderência a uma ideologia preconceituosa. Por exemplo: “Há algumas exceções, mas, em geral,

os judeus se parecem bastante entre si” e “A maioria dos negros se tornariam arrogantes e desagradáveis se não fossem mantidos em seu lugar”.

- 2) A segunda categoria trazia proposições com diferentes pontos de vista sobre problemas políticos e econômicos. Isto é, indicava o alinhamento a uma ideologia político-econômica mais liberal ou mais conservadora. Por exemplo: “Em geral, a completa segurança econômica é contraproducente; quase ninguém trabalharia se não necessitasse do dinheiro para comer e viver” e “Os sindicatos trabalhistas deveriam adquirir mais força e influência em geral”.
- 3) E a terceira categoria se referia a opiniões e comportamentos privados. Os itens desta categoria procuravam medir tendências antidemocráticas implícitas em determinados traços de personalidade e foram construídos com base em estudos clínicos extensivos (de orientação psicanalítica). Por exemplo: “Os homens podem ser divididos em duas classes claramente distintas: os fortes e os fracos” e “A juventude precisa, sobretudo, de uma rígida disciplina, de uma atitude forte e decidida, vontade de trabalhar e lutar pela pátria”.

Apenas as duas primeiras categorias são propriamente ideológicas – tendo em vista a distinção que estabeleço neste trabalho – e foram chamadas pelos autores de “ideologias superficiais” (ADORNO *et al.*, 1965, p. 40). A terceira, por sua vez, aponta para aspectos mais “profundos”, que podem ser considerados como fazendo parte da personalidade do sujeito (ainda que cada proposição isolada não deixe de ter alguns elementos ideológicos).

Um dos resultados mais surpreendentes da pesquisa foi que a terceira categoria se mostrou índice mais confiável para medição indireta do preconceito (medida diretamente na primeira categoria) do que a segunda:

[...] as atitudes a respeito de problemas estritamente privados demonstraram ser índices mais idôneos sobre a tendência de um indivíduo para o preconceito étnico, racial ou religioso, que as suas reações às perguntas de natureza política geral (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p. 177).

Era esperado que pessoas com um discurso político-econômico conservador apresentassem também uma aderência a ideologias preconceituosas e que com os liberais ocorresse o contrário, isto é, fossem menos preconceituosas. Esse resultado foi apenas em parte verificado, mas a correlação foi abaixo da esperada. Muitas pessoas com ideologias liberais mostraram-se preconceituosas e muitas pessoas com ideologias conservadoras não. Já as atitudes a respeito de problemas privados, nos itens indicadores de personalidade, apresentaram uma correlação bem maior com as atitudes fascistas que as respostas sobre as ideologias político-econômicas.

Outro resultado interessante da pesquisa – que incluía, além dos questionários e das escalas, também entrevistas clínicas e testes projetivos – foi verificar que as pessoas manifestamente preconceituosas (isto é, que aderiam a ideologias preconceituosas) eram muito parecidas entre si (tinham personalidade semelhante), a ponto de poderem ser classificadas como um tipo (o “autoritário”, também chamado de “totalitário” e “preconceituoso”), enquanto as pessoas que não eram preconceituosas apresentavam maior variedade de personalidade, não podendo ser enquadradas em um tipo específico: “O tipo caracterológico totalitário resultou ser, de um modo geral, uma estrutura relativamente rígida e constante, apesar da variedade das ideologias políticas. Em compensação, o tipo não totalitário é muito mais diferenciado” (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p. 178). Esse tipo de personalidade, o autoritário, foi justamente aquele que os autores caracterizaram como tendo perdido a capacidade de ter experiências verdadeiras.

Podemos perceber na pesquisa que os autores fazem uma distinção entre dois tipos de preconceito: um preconceito profundo, ligado à personalidade, e um preconceito superficial, ligado às ideologias (racistas, antissemitas, machistas, homofóbicas etc.). Neste ensaio, entretanto, quando utilizo o termo preconceito me refiro sobretudo ao preconceito de tipo profundo, por pensar que assim melhor podemos identificar e combater o preconceito em suas bases psicológicas, na personalidade, e para que pensemos em formas de resistência a esse padrão de formação de indivíduos avessos à experiência, ao invés de concentrarmos esforços apenas no combate às ideologias preconceituosas. Obviamente, um esforço não anula o outro, e é de extrema importância o combate a essas ideologias.

Porém, estrategicamente, argumento a favor do fortalecimento da primeira frente, a qual acredito, ainda hoje, não ter recebido a devida atenção. A esse respeito, sigo a indicação de Adorno em *Educação após Auschwitz*, em que escreve que o “esclarecimento geral”, apesar de importante, talvez não seja tão efetivo para uma transformação social substantiva quanto a educação na primeira infância (ADORNO, 2003a, p.136). Uma pessoa como uma personalidade não autoritária provavelmente terá menos chances de aderir a qualquer ideologia preconceituosa, enquanto o “esclarecimento” provavelmente combaterá manifestações localizadas de preconceito, mas precisa ser aplicado – um protocolo educativo de esclarecimento – a cada novo objeto do preconceito.

Outro motivo para privilegiarmos – estrategicamente – o combate ao preconceito pela via da formação dos indivíduos, mais do que pelo combate ideológico, diz respeito a um diagnóstico feito por Adorno e Horkheimer de que na contemporaneidade as ideologias estão em declínio. Isso exige, entretanto, que nos aprofundemos um pouco mais no conceito de ideologia, objeto de muitas controvérsias.

Partamos da definição de ideologia utilizada em Adorno *et al.* (1965):

Empregamos aqui o termo ideologia na acepção que lhe é dado comumente na literatura atual, ou seja, com ele designamos uma organização de opiniões, atitudes e valores; em suma, uma maneira de pensar sobre o homem e a sociedade. Podemos falar de uma ideologia total de um indivíduo ou de sua ideologia com respeito a diferentes aspectos da vida social: política, economia, religião, grupos minoritários, etc. As ideologias têm uma existência independente de qualquer indivíduo isolado, e as que ocorrem em determinados períodos resultam tanto de processos históricos como de acontecimentos sociais do momento. Tais ideologias exercem sobre cada indivíduo diferente grau de atração, o qual depende de suas necessidades e da medida em que estas são satisfeitas ou frustradas (ADORNO *et al.*, 1965, p. 28, tradução minha).

Ideologia aparece, portanto, como uma espécie de discurso organizado que reflete uma determinada “visão de mundo”. As diversas ideologias transcendem os indivíduos isolados, os quais vão aderir a elas

de diferentes formas e por diferentes motivos. Entretanto, apesar de muito úteis, as definições têm suas limitações, e no caso da ideologia também precisamos ir além. Essa definição servia muito bem aos objetivos da pesquisa de Adorno e seu grupo, mas não esgota o sentido desse conceito de uma perspectiva histórica. O próprio Adorno escreve, em conjunto com Horkheimer, que “o significado de ideologia e do que são ideologias só pode ser compreendido se reconhecermos o movimento histórico desse conceito, que é, ao mesmo tempo, o da coisa” (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p. 185).

No surgimento do conceito de ideologia havia um projeto utópico de uma parcela da burguesia que tem paralelo com a concepção de ideologia presente na teoria marxiana, que foi, de certa forma, uma denúncia contra a não efetivação desse projeto.

A palavra “ideologia” deve-se a Destutt de Tracy (1754–1836), líder do grupo filosófico que viria a ser conhecido como “ideólogos franceses”. Para os ideólogos, o estudo da ideologia seria a investigação das leis que governam as ideias, enquanto fenômenos naturais, produto da relação do homem com o meio ambiente, físico e social. Para Adorno e Horkheimer, há nos ideólogos tendências contraditórias, por um lado progressistas e, por outro, conservadoras. O domínio da razão intentado por eles – e que pode ser encontrado em todo o iluminismo – serviria para organizar o mundo em favor da humanidade. O forte posicionamento contrário à monarquia, pela sua injustiça inerente, é exemplo disso. Essa escola, entretanto, segundo Adorno e Horkheimer, não era incompatível com um governo que procura ter o domínio sobre as pessoas (tendência conservadora), como era o de Napoleão, pois, apesar do impulso progressista, o conhecimento das leis que governam as ideias seria propriedade de alguns poucos, que se utilizariam desse conhecimento para estabelecer a ordem racional.

Análise semelhante dessa dialética caberia também a muitas outras ideologias modernas. Lembremos, por exemplo, como a ideologia liberal do século XVIII não foi apenas uma justificação para o imperialismo e para a escravização – possuía também elementos importantes para a constituição do ideal de liberdade desenvolvido no século XIX e foi essencial para o nosso conceito moderno de democracia. Mais ainda, poderíamos citar como progressistas, por exemplo, as ideologias ligadas ao comunismo, à contracultura da segunda metade do século XX e aos

movimentos sociais atuais, ainda que reconheçamos nelas também elementos conservadores. Desse modo, é possível pensar o surgimento do conceito de ideologia e alguns de seus usos como uma manifestação dos conflitos sociais, não apenas entre grupos, mas intragrupos. Isto é, em vez de pensarmos as ideologias apenas como uma justificativa racional para a dominação, a exploração ou a anulação do outro, podemos pensar que há também elementos utópicos em algumas ideologias, que servem de crítica à dominação e que podem colaborar com uma visão respeitosa do outro, quer na pouca liberdade que é possível em cada momento histórico, quer por seu potencial de transformação social, a longo prazo.

Alguns leitores da Escola de Frankfurt provavelmente não concordariam com essa concepção de ideologia, pois preferem reservar para a ideologia apenas o sentido de “justificativa para a dominação”, se atendo a uma noção mais próxima da teoria marxiana.³ Isso porque, na teoria marxiana, ideologia é falsa consciência. É uma inversão na relação entre consciência e vida na qual a consciência aparece como determinando a vida, quando, na verdade, é a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). A ideologia assim concebida é sempre prejudicial porque oculta as relações de dominação. Justificar a exploração do negro por sua “inferioridade natural”, por exemplo, é uma inversão de causas e efeitos: não foi a “inferioridade natural” do negro que causou sua exploração, foi sua exploração que causou a criação da explicação/justificação via o mito da “inferioridade natural”. Para a teoria marxiana, a ideologia é uma forma de defesa dos interesses da classe dominante, pois faz tais interesses parecerem interesses de todos – racionais e universais.

Essa concepção marxiana de ideologia é bastante acertada em uma análise mais geral, porque, até os dias atuais, não vimos uma transformação efetiva da sociedade, e os elementos utópicos de algumas ideologias, no final das contas, permaneceram secundários em relação aos elementos conservadores dessas ideologias ou em relação a outras ideologias majoritariamente conservadoras.

Em minha leitura dos textos de Adorno e Horkheimer, contudo, percebo que, embora os autores não rejeitem a concepção marxiana, eles procuram fazer uma análise mais aprofundada, buscando nas ideologias também seu sentido crítico e utópico, e não apenas como justificção da

dominação ou ilusão promovida pela classe dominante. Por exemplo:

As ideologias verdadeiras e próprias convertem-se em pseudoideologias apenas na relação em que se situam a respeito da própria realidade. Elas podem ser verdadeiras “em si”, como o são as ideias de liberdade, humanidade e justiça, mas não verdadeiras quando têm a presunção de já estarem realizadas. Assim, o rótulo de ideologia que se lhes pode apor, em virtude do conceito total de ideologia, documenta não tanto a possibilidade de conciliar a crítica com a falsa consciência, mas, sobretudo, a fúria contra tudo o que, mesmo na forma de reflexão ideal, e por mais impotente que se torne, exige a possibilidade de uma ordem melhor do que a existente (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p. 199).

Nesse trecho creio estar bastante evidente tanto o reconhecimento, por parte dos autores, da importância da concepção marxiana de ideologia como “falsa consciência” quanto da importância do caráter utópico, por mais “impotente” que esse se mostre no momento.

Outro exemplo dessa utilização mais ampla do conceito de ideologia encontra-se em *A personalidade autoritária*, em que Adorno e os demais autores se dedicam não apenas a pesquisar as ideologias antissemita, etnocêntrica e conservadora, mas também a ideologia liberal, considerada então, dentre as predominantes no contexto americano do pós-guerra, como mais próxima de uma visão crítica de sociedade.

Assumindo então esse caráter ambíguo e conflituoso das ideologias, ora de justificação da dominação, ora de crítica, podemos partir para o diagnóstico que Adorno e Horkheimer fazem a respeito do declínio das ideologias e que acrescenta novos fatores ao problema. Para eles “com a crise da sociedade burguesa, também o conceito tradicional de ideologia parece ter perdido seu objeto” (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p. 200). Se, a princípio, as ideologias eram “um produto espiritual” que surgiam “do processo social como algo autônomo, substancial e dotado de legitimidade” (ADORNO; HORKHEIMER, 1978, p. 200), e que por isso podiam servir também de crítica ao estabelecido, no decorrer dos séculos XIX e XX assistimos ao enfraquecimento das bases subjetivas que lhe davam sustentação.

Adorno e Horkheimer defendem em diversos momentos de suas

obras a tese de que, na época liberal do capitalismo, este precisou, em seu desenvolvimento, de uma constituição psicológica que favorecia a ideologia, pois o capitalismo ainda dependia, em grande parte, da iniciativa individual. Na época atual, por outro lado, o capitalismo chegou a um estágio de autonomia que não só dispensa a liberdade e a iniciativa individual como a repele (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Na época liberal, o capitalista precisava defender o capitalismo (ou melhor, o capitalismo precisava que o capitalista quisesse defendê-lo); hoje o capitalismo é defendido por quase todos, inclusive por muitos daqueles que são mais terrivelmente explorados, porém essa defesa se dá agora de forma automática e difusa, como se não houvesse outra opção. No tocante ao preconceito, o declínio das ideologias significa que as ideias preconceituosas, para terem grande penetração, não precisam mais de alguns indivíduos que as sustentem com elaborados edifícios argumentativos ou que as defendam e procurem difundir-las como uma “visão de mundo” mais verdadeira do que outras.

Estarem as ideologias em declínio não significa que o problema das ideologias preconceituosas se resolverá por si só. Pelo contrário, torna o problema ainda mais difícil de combater. Nesse sentido, é interessante lembrar a consideração que Adorno e Horkheimer fazem sobre a ideologia antissemita. Se até a época liberal fazia sentido combater seus argumentos, isto é, tentar contrapor a ideologia antissemita a outras ideologias mais igualitárias, depois da Alemanha nazista ficou evidente que esse combate ideológico fazia pouco sentido, pois a própria ideologia “foi substituída, em grande parte, por um simples ‘sim’ dado ao ticket fascista”, e “a experiência foi substituída pelo clichê” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 187). Não havia mais a necessidade de convencimento individual porque não havia mais uma experiência formadora de uma psicologia individual tal qual havia, ao menos em alguns casos, na época liberal do capitalismo:

Se, no liberalismo, a individuação de uma parte da população era uma condição da adaptação da sociedade em seu todo ao estágio da técnica, hoje, o funcionamento da aparelhagem econômica exige uma direção das massas que não seja perturbada pela individuação [...] Se, outrora, os burgueses introjetavam a coação em si mesmos e nos trabalhadores como um dever de consciência, agora o homem inteiro tornou-se

o sujeito-objeto da repressão. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 190)

Em resumo, esse é o movimento dialético da ideologia em nossa sociedade: foi interessante para o capitalismo, em determinado momento, a criação de sujeitos autônomos e com “ideias próprias” (ideologias), mas apenas as ideias próprias que davam continuidade à acumulação capitalista foram integradas ao sistema. As ideias contrárias ao capital foram mantidas à margem, sob controle. Com a consolidação do sistema capitalista em nível mundial, diminuiu-se a criação de sujeitos autônomos, e as ideias que davam sustentação ao sistema passaram a ser reforçadas por métodos mais confiáveis que a vontade individual: regimes políticos e jurídicos, que defendem os interesses capitalistas; a educação padronizadora, que educa para a submissão, e não para a autonomia; a razão enrijecida e seu principal avatar, a ciência tecnicista, que se preocupa mais em aumentar a eficiência da acumulação capitalista do que em explicar e procurar soluções para os problemas humanos.

Claro que a realidade não é tão simples nem tão fatalista assim. Os sujeitos autônomos e com “ideias próprias” contrárias à primazia da acumulação do capital também continuam a existir, ainda que marginalmente. Também escrevem livros, criam obras de arte, manifestam-se politicamente e questionam essa ciência a favor do capital, fazendo verdadeira ciência, a favor das pessoas. O ponto defendido aqui – à guisa de conclusão – é que nós que nos consideramos parte desses sujeitos autônomos precisamos combater esse sistema desigual, injusto e violento em suas bases, e não apenas em epifenômenos tais quais se tornaram atualmente as ideologias defendidas por sujeitos incapazes de contrapô-las com experiências verdadeiras. Retomando o Adorno de *Educação após Auschwitz*: se está difícil mudar as bases objetivas e modificar todo o sistema político e econômico da sociedade atual, temos que concentrar esforços nas bases subjetivas, na psicologia das pessoas, por meio da educação. Uma educação não apenas no campo abstrato das ideias, que contrapõe argumentos, mas no campo da vida em seu aspecto mais amplo, o que inclui as ideias e que parte, sobretudo, da experiência.

Referências

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2003a.

_____. O ensaio como forma. In: _____. **Notas de literatura**. São Paulo: Ed. 34, 2003b.

ADORNO, Theodor W. *et al.* **La personalidad autoritaria**. Buenos Aires: Proyección, 1965.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo: Cultrix, 1978.

_____. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: _____. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

_____. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1994b.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito: indivíduo e cultura**. São Paulo: Robe, 1997.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. **Edição Standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845–1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NASCIMENTO, Rafael Baioni do. **Cultura e emancipação através de T.W. Adorno: formação e arte**. 2010. 171f. *Dissertação* (mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, Rafael Baioni do. **Solidão e formação, solidão da formação: reflexões teóricas sobre a possibilidade desprezada pela Psicologia**. 2014. 220p. *Tese* (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2014.

PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.